

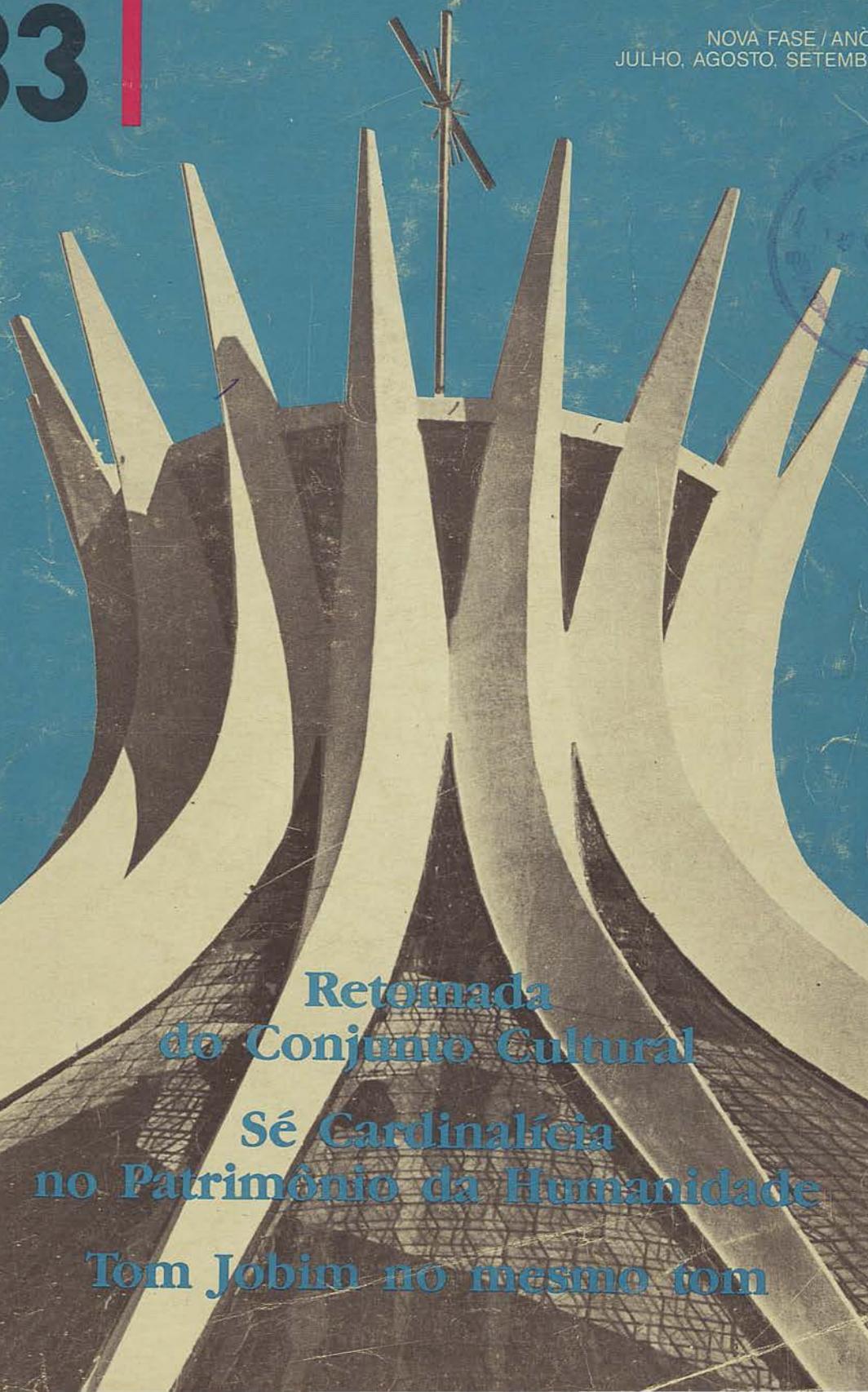
83- 1980
JUL

83-1980

brasilíia

83

NOVA FASE / ANO I / N.º 83
JULHO, AGOSTO, SETEMBRO / 1988



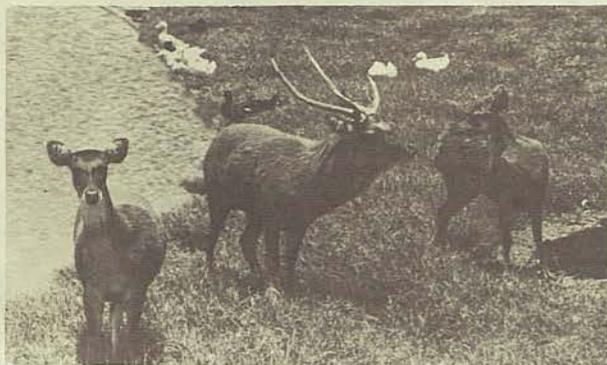
Retomada
do Conjunto Cultural
Sé Cardinalícia
no Patrimônio da Humanidade
Tom Jobim no mesmo tom

A presente edição reflete o grande avanço da vida cultural de Brasília, neste ano que é o primeiro de sua consagração como Patrimônio Cultural da Humanidade e de sua elevação à dignidade de Sé Cardinalícia. A idéia do Conjunto Cultural Federal foi retomada com a reunião da Comissão nomeada pelo Presidente José Sarney, e presidida pelo Governador José Aparecido de Oliveira.

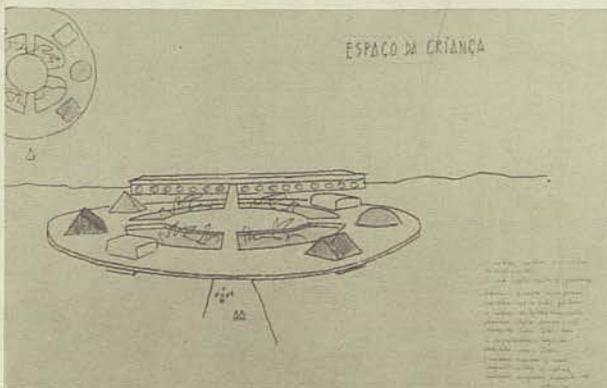
Dois novos Museus estão sendo erguidos — o Museu de Arte Moderna, cujo edifício está quase concluído, e que começará com o precioso acervo da pinacoteca doada pela viúva do poeta Murilo Mendes, e o Museu do Índio, no “campus” da Universidade de Brasília, acoplado a um Centro de Estudos Indigenistas, que tem como embrião as cadeiras de Antropologia e de Lingüística.



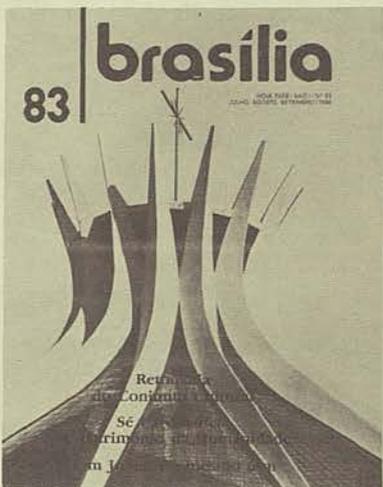
83 - 1988



Na página 50, o secretário Paulo Nogueira Neto fala sobre a nova estrutura preservacionista do GDF, que tem preocupação especial com a fauna (acima). O ex-secretário José Carlos Mello fala na página 17 sobre as perspectivas dos transportes públicos em Brasília (à esq., acima). O economista Gilberto Paim analisa na página 27 os dados sobre população e mão-de-obra no DF (ao lado)



O governador José Aparecido discutiu com o diretor-geral da Unesco, Federico Mayor, a possibilidade de se instalar em Brasília o Espaço da Criança, que a Unicef planeja para a América Latina (ver na página 36), e que já tem projeto de Oscar Niemeyer (acima). A foto da capa é de Rodolfo Stuckert, e mostra a Catedral de Brasília com sua roupa nova, toda branca



83 | brasília

NOVA FASE / ANO I / Nº 83
JULHO, AGOSTO, SETEMBRO / 1988



Diretor: José Aparecido de Oliveira.

Editor: Osvaldo Peralva.

Conselho de Redação: Alan Viggiano, Antônio Carlos Osório, Bernardo Elis, Domingos Carvalho da Silva, Francisco de Assis Barbosa, Gerardo Mello Mourão, Guy de Almeida, José Santiago Naud, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer.

Coordenação Gráfica: Cristina Barbosa.

Ilustrações: Jô Oliveira.

Colaboram nesta edição: Alan Viggiano, Antonio Carlos Osório, Carlos Chagas, Edson Nery da Fonseca, Gilberto Paim, Gualter Loyola, Jorge Amado, José Aparecido de Oliveira, José Carlos Mello, Oscar Niemeyer, Osvaldo Peralva, Paulo Nogueira Neto, Dom Raimundo Damasceno Assis, Roberto de Abreu Sodré, Virgílio Costa, Yêda Virgínia Barbosa.

SUMÁRIO

Editorial: Brasília, Sé Cardinalícia	5
A Saudação do Papa	6
Dom José Freire Falcão, Cardeal	8
Entrega da Medalha de Brasília	9
O que Significa o Consistório	9
“Quand les cathédrales étaient blanches”	11
Eleições no Distrito Federal	12
Dois Museus em Questão	16
Os Transportes Urbanos	20
População e Mão-de-obra	24
Vila Planalto, Preservação da Memória	28
Brasília e a Unesco	31
Brasília Próxima do Espaço da Criança	35
Tom Jobim em Ritmo de Brasília	37
O Prefeito Pintor	41
Academia de Letras: um Lugar à Sombra	43
Benedictinos no Planalto	45
Nova Estrutura Conservacionista	48
Os Homens se Renovam na Crise	56
Uma Volta às Raízes de Nossa Cultura	57
O Conjunto Cultural	58
Carta de Abreu Sodré a Federico Mayor	59
Carta ao Presidente	65
Universidade da ONU Reúne-se no DF	67
Notas & Correspondência	73

BRASÍLIA é uma revista trimestral, editada pela Secretaria de Comunicação Social do Governo do Distrito Federal. **Redação, Publicidade e Administração:** Palácio do Buriti / Térreo / Praça do Buriti / Brasília / D.F. Telex: 061.1968 — Telefone: 225-7055, ramais 129 e 130 — **Preço do exemplar:** CZ\$ 250,00. **Assinatura anual:** CZ\$ 1.000,00. Remeta cheque personalizado e cruzado ao Governo do Distrito Federal, endereçado à Secretaria de Comunicação Social, Palácio do Buriti - Brasília-DF — **Composição e impressão:** Gráfica Brasileira Ltda.



EDITORIAI

Brasília, Sé Cardinalícia



Ao regressar de Roma, com seu barrete de cardeal, dia 10 de julho, Dom José Freire Falcão foi acolhido pela emoção da alma popular. A Arquidiocese registrou, na alegria do seu rebanho feliz, a consciência cristã de um novo tempo no Brasil como maior nação católica do mundo.

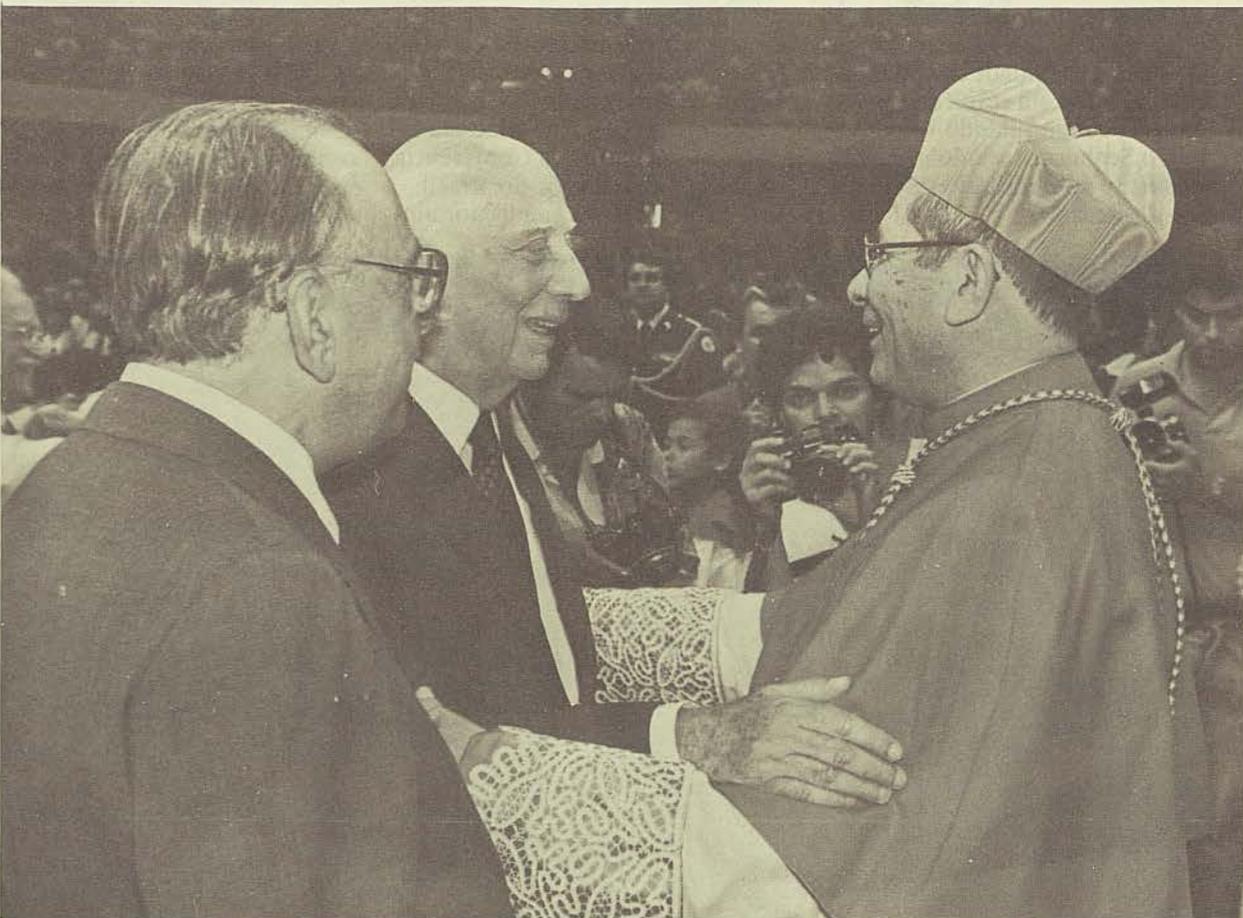
Temos, agora, 7 delegados entre os 120 cardeais, sendo 36 da América Latina, componentes do Colégio Eleitoral que escolhe o Papa e forma o Governo da Igreja. Com o memorável Consistório de 1988 a Santa Sé recompôs nossa presença na Corte do Vaticano.

Com Dom José Freire Falcão, pela primeira vez na crônica da Igreja Católica, uma cidade de 28 anos passa a sede cardinalícia. Em Roma, no mesmo dia, o Papa João Paulo II anunciou a nova Constituição Apostólica. Em quatro séculos, é a terceira reforma da Cúria Romana. E nesta hora singular, Brasília, cidade jovem, Patrimônio Cultural da Humanidade, ganha assento, voz e voto no Governo da Igreja.

Ficou assim o Brasil com seus sete cardeais: Dom Agnelo Rossi, sediado em Roma; Dom Lucas Moreira Neves, da Bahia e primaz do Brasil; Dom José Freire Falcão, de Brasília; Dom Eugênio Sales, do Rio; Dom Paulo Evaristo Arns, de São Paulo; Dom Vicente Scherer, de Porto Alegre; Dom Ivo Lorscheider, de Fortaleza.

A festa com que foi recebido Dom José Freire Falcão não significou apenas um júbilo de Brasília, mas uma alegria nacional. Na missa sole-

Na missa de recepção ao novo cardeal, o governador José Aparecido e o representante do presidente José Sarney, deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e da Assembléia Nacional Constituinte



R. STUCKERT/GDF

RODOLFO STUCKERT/GDF

ne estiveram presentes o Presidente da República, José Sarney, que regressara horas antes de sua também histórica visita à China, o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, o Governador José Aparecido de Oliveira e o Núcio Apostólico, Dom Carlo Furno.

A capital dos brasileiros incorporou assim mais uma data ao seu calendário histórico, pois se a Bahia tem o 2 de julho e São Paulo o 9 de julho, Brasília terá daqui por diante o 10 de julho - o dia de nosso cardeal.



A saudação do Papa

Na audiência concedida ao Cardeal de Brasília e ao Governador José Aparecido de Oliveira, sábado, 2 de julho, ao meio dia, na residência pontifical, no Vaticano, o Papa João Paulo II disse as seguintes palavras:

Senhor Cardeal (Dom José Freire Falcão)
meus irmãos e irmãs em Cristo

Sinto-me feliz por receber aqui o Senhor Cardeal, a seguir à sua elevação à dignidade cardinalícia, circundado desta coroa de pessoas amigas, congratulando-se por verem o Senhor associado mais intimamente ao ministério do Sucessor de Pedro.

Saúdo a todos, especialmente seus familiares, - a Senhora sua irmã e esposo e demais parentes - que, certamente, se sentem em festa por esta honra. Saúdo a Igreja particular de Brasília, aqui presente pelo Senhor Arcebispo emérito, Bispos auxiliares, Sacerdotes, Religiosos e Religiosas e Leigos que o acompanham; e, com a mesma estima, os membros da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Dirijo a minha saudação, ain-

da, ao Senhor Presidente da República que aqui se fez representar, pessoalmente, pelo Senhor Ministro Antônio Carlos Magalhães, ao Senhor Governador do Distrito Federal e aos demais componentes da representação oficial; e, sem poder nomear a todos, saúdo os presentes e os que aqui gostariam de estar.

Eles o acompanham, Senhor Cardeal, por conhecerem sua vida e seu ministério: desde Limoeiro do Norte, a Teresina, até Brasília, onde, fiel ao seu lema episcopal, há catorze anos continua generosamente a "servir com humildade" a Igreja de Deus, não só localmente, mas também em âmbito latino-americano e universal.

O fato de o Pastor e amigo ser Cardeal é apelo para brasilienses e brasileiros: a sentirem-se mais empenhados com as preocupações comuns de toda a Igreja, que os Cardeais compartilham de perto com o Bispo de Roma.

Recordo gratamente o acolhimento tocante, que me foi dispensado em Brasília, e em Teresina, na minha visita pastoral ao Brasil, pelo qual continuo rezando; para que, vencendo desafios que se lhe põem, avance por caminhos de paz, de justiça e de prosperidade.

Aqui convosco, reitero a minha confiança afetuosa ao Senhor Cardeal Arcebispo de Brasília; e, neste Ano Mariano, peço a Nossa Senhora que vos proteja sempre, e obtenha para todos a abundância dos dons celestes, com a minha Bênção Apostólica.

No Vaticano, o governador José Aparecido, o Papa João Paulo II, o cardeal de Brasília, Dom José Freire Falcão, e o Arcebispo Emérito de Brasília, Dom José Newton

REUTERS



Biografia do Cardeal

Como seu primeiro Cardeal, Dom José Freire Falcão já faz parte da história de Brasília. As solenidades do Vaticano, nos dias 28 e 29 últimos, oficializaram a escolha do Papa. Ter um cardeal como arcebispo causou muita satisfação ao povo desta Capital.

Natural de uma região sofrida do Nordeste, no Ceará, Dom Falcão conserva em seu temperamento tímido, retraído, a memória do sofrimento de seu povo; talvez isso tenha influído para a escolha de seu lema, desde o primeiro momento: "Servir em humildade".

Filho de Otávio Freire de Andrade e de Maria Falcão Freire, já falecidos, um casal modesto que residia, na época do seu nascimento, a 23 de outubro de 1925, na pequena vila de Ereré, no Ceará, Dom Falcão só tem uma irmã, casada, Maria do Carmo, residente no Rio Grande do Norte, que, juntamente com o marido, foi a Roma para assistir à solenidade da nomeação do irmão.

Dom Falcão fez os estudos correspondentes ao primeiro grau na sua vila natal, Ereré, e em Russas (1934-1937). Entrou para o seminário aos treze anos, tendo feito os estudos de Filosofia e Teologia no Seminário da Prainha, em Limoeiro, Ceará (1938-1949).

Foi ordenado sacerdote em Limoeiro do Norte, em 19 de junho de 1949.

Como sacerdote, Dom Falcão acompanhou muito de perto o sofrimento do povo cearense vitimado pelas secas cíclicas. Viajava léguas a cavalo, pelo sertão, visitando povoados e cidades às vezes devastados pela seca. Mais tarde, dentro da cidade, passou a usar uma bicicleta. Mesmo depois de Bispo, ainda pedala sua bicicleta na missão de pastor.

Como sacerdote, exerceu os seguintes encargos: vigário paroquial da Catedral de Limoeiro do Norte; Vice-Diretor do Ginásio Diocesano; professor do Seminário Menor Diocesano e de outros educandários; e Assistente da Ação Católica.

No dia 17 de junho de 1967, Dom Falcão foi nomeado Bispo coadjutor de Limoeiro do Norte

com direito à sucessão; Bispo de Limoeiro do Norte em 19 de agosto de 1967; Arcebispo de Teresina em 20 de fevereiro de 1972 e, finalmente, Arcebispo de Brasília, em 05 de maio de 1984.

Como bispo, Dom Falcão fazia visitas pastorais percorrendo as paróquias de Limoeiro do Norte e, depois, do Piauí. Viajando por estradas esburacadas, às vezes o carro quebrava e Dom Falcão ficava perdido dias seguidos. Ao fim da aventura dessas viagens, alcançava muitas vezes paróquias paupérrimas como o povo da cidade. Nessas, ele mal dispunha de uma cama modesta para o pernoite e uma comidinha escassa. Sofreu, assim, as agruras do pobre povo nordestino, junto com os seus sacerdotes.

Como Bispo, Dom Falcão exerceu as seguintes funções: membro da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB; Presidente do Movimento de Educação de Base da CNBB; responsável pela Seção de Ecumenismo do CELAM; e membro da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé (Roma). Participou das Conferências do Episcopado Latino-americano, em Mendellin (1968), e em Puebla (1979). Tomou parte na última

Congregação Plenária da Comissão do Código de Direito Canônico (1981). Foi membro do Sínodo dos Bispos sobre Penitência e Reconciliação (1983). Exerce atualmente os encargos de membro do Secretariado para a União dos Cristãos e é 2º Vice-Presidente do CELAM.

Dom Falcão escreve artigos mensais para os diários: "Jornal do Brasil" e "Correio Braziliense" e artigos semanais para o folheto litúrgico da Arquidiocese, "O Povo de Deus".

Fato curioso na vida de Dom Falcão é que ele, quando residia em Limoeiro, prestava assistência a um velho mendigo cego, de nome Manoel. Esse mendigo, muito religioso, tinha o dom da profecia e profetizou que Dom Falcão um dia seria chefe da Igreja de uma cidade que ele, Manoel, não conhecia mas descreveu para Dom Falcão os seus edifícios, a sua urbanização. Manoel profetizou também que Dom Falcão, após o arcebispado, chegaria a cardeal.

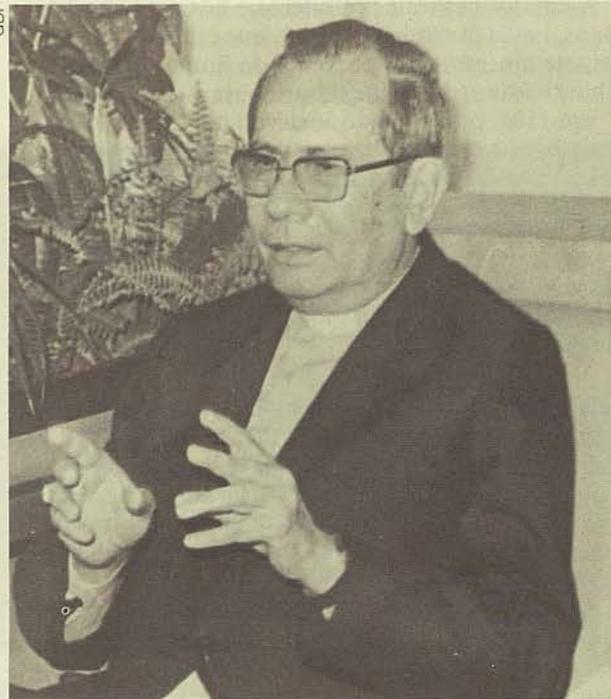
Dom Falcão não esquece a sua Ereré natal. Uma das mensagens que mais o comoveram, por ocasião de sua elevação a Cardeal, foi o curto telegrama de sua terrinha: "Ereré deu o sacerdote, mas Deus fez o Cardeal".

Não esquece também os tormentos do povo nordestino afligido pelas secas. Muito sensível, o sofrimento do seu povo é o seu sofrimento.

E é assim que ele se propõe a "Servir em humildade".



GDF



O primeiro cardeal de Brasília, Dom José Freire Falcão, considerou a inclusão de Brasília na lista do patrimônio mundial como fundamental para sua elevação a Sé Cardinalícia

DOM RAYMUNDO DAMASCENO ASSIS

Dom José Freire Falcão, Cardeal

Brasília amanheceu no dia 29 de maio p.p. com a alvissareira notícia vinda de Roma: Sua Santidade o Papa João Paulo II escolheu Dom José Freire Falcão para Cardeal da Santa Igreja Romana.

Foi uma distinção feita a Brasília, nossa Capital que, com apenas 28 anos de existência, tornou-se neste ano patrimônio cultural da humanidade, conforme reconhecimento da UNESCO, e agora é agraciada com o seu primeiro Cardeal. É certamente um caso ímpar na história.

A distinção é igualmente um reconhecimento à pessoa do Arcebispo de Brasília, pelas suas elevadas virtudes.

Esse gesto do Papa não deixa de alegrar cada brasiliense e — por que não — cada brasileiro, e gratos dizemos: Santo Padre, muito obrigado.

Mas o que é um cardeal? Para melhor entendermos, examinemos um pouco a origem histórica deste título.

Os presbíteros de Roma que regiam as vinte e oito igrejas mais importantes, já no século VI, receberam o nome de cardeais presbíteros. Eles eram como que o eixo (do latim; cardo = gonzo) da igreja romana. Eles constituíam uma espécie de senado que assistia o Bispo de Roma.

Os diáconos das sete regiões em que estava dividida a cidade e que eram encarregados de socorrer os pobres, de assistir o Papa nos ofícios litúrgicos e na administração, foram chamados também de cardeais diáconos. A esses acrescentaram-se, mais tarde, outros sete.

Além destes quatorze diáconos, havia mais quatro que serviam diretamente na residência papal, sendo pois, ao todo, dezoito cardeais diáconos.

Além dos cardeais presbíteros e dos cardeais diáconos, havia os cardeais bispos, que estavam à frente das sete dioceses mais próximas de Roma, chamadas suburbicárias (do latim suburbe = junto à cidade).

Em 1586, o Papa Sixto V elevou o número de cardeais para setenta.

Por decisão do Papa João XXIII, todo cardeal deve pertencer à ordem episcopal; porém, essa tríplice divisão do Colégio Cardinalício é ainda conservada.

Aos cardeais presbíteros e diáconos é conferido um título ou serviço na Cidade de Roma, e aos cardeais bispos é conferido o título de uma igreja próxima à capital italiana.

A partir de 1059, por decreto do Papa Nicolau II, a eleição do Papa deve ser se fazer só pelos cardeais. O primeiro Papa eleito dentro desta modalidade foi Alexandre II, em 1061.

Após o século XI, os Papas chamaram à Roma clérigos estrangeiros, dando-lhes o título de cardeal e confiando-lhes uma igreja romana ou um bispado nas dioceses suburbicárias.

Somente no século XII é que aparece pela primeira vez um cardeal estrangeiro, não residente em Roma, provavelmente o Arcebispo de Mogúncia, na Alemanha, em 1163.

Atualmente o Colégio Cardinalício é constituído por 120 membros que têm como função precípua eleger o Papa quando vagar a Sede de Pedro, em Roma.

Além dessa função, os Cardeais constituem uma espécie de Senado do Papa, que ele convoca quando lhe aprovar, ou quando sentir necessidade de alguma consulta especial.

Em Roma, os Prefeitos das Congregações são todos cardeais e aqueles que residem fora da cidade são nomeados consultores de uma ou mais congregação.

Como se vê, o cardinalato é dado pelo Papa, e a pessoa revestida deste título é chamada a assumir responsabilidade ainda maior no âmbito da Igreja Universal.

Na Igreja não há carreira e, sim, missão que é apelo de Deus na vida de cada um, que deve ser cumprida com humildade e em espírito de serviço.

Não há também missão mais digna ou menos digna, e sim diferente, pois, a maior dignidade de uma pessoa na terra é a de ser filho de Deus pelo Batismo.

Alegremo-nos com o nosso Cardeal-Arcebispo



Ao lado de Dom José Freire Falcão, o governador José Aparecido entrega ao Papa João Paulo II a medalha de 'Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade'

REUTERS



Dom José Freire Falcão retornou da Cidade Eterna a Brasília, foi festivamente recepcionado no Ginásio de Esportes, chegando diretamente do aeroporto.

Peçamos a Deus, pela intercessão maternal de nossa Senhora Aparecida, padroeira de Brasília e do Brasil, que Dom Falcão, fiel ao seu lema episcopal, continue "servindo ao povo de Deus com humildade", promovendo a comunhão e a participação na Igreja de nosso Senhor Jesus Cristo.

Dom Raymundo Damasceno Assis é Bispo Auxiliar

Entrega da Medalha de Brasília

O governador José Aparecido de Oliveira fez entrega a Sua Santidade, dia 2 de julho, às 10h 30, no Vaticano, da Medalha Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade, mandada cunhar pela Associação Comercial do Distrito Federal. Foram produzidas apenas dez medalhas, sendo as matrizes imediatamente destruídas.

O gesto do Governador do DF, conforme explicou na carta que lhe passou às mãos naquele momento, traduzia o reconhecimento pela elevação de Brasília a Sé Cardinalícia. Texto da carta:

Santidade Reverendíssima,

Em nome do Governo e do povo de Brasília, tenho a honra e a filial alegria de entregar às suas santificadas mãos esta medalha de ouro comemorativa da decisão da Unesco que consagrou nossa jovem capital como Patrimônio Cultural da Humanidade. O fato histórico ocorreu poucos meses antes de Vossa Santidade distinguir nosso querido arcebispo, Dom José Freire Falcão, com o chapéu cardinalício.

Maior nação católica do mundo, o Brasil se rejubila neste instante, vendo o amado pastor de sua capital com assento na Corte Cardinalícia. Aquele mesmo sentimento de fé e carinho que Vossa Santidade recebeu do povo brasileiro, quando conosco esteve, confio traduzir nesta mensagem, e nesta medalha, uma entre dez, de matriz destruída, cunhada por nossa Casa da Moeda e símbolo de nosso contentamento por vermos a maior criação de nossa modernidade nacional universalmente reconhecida como patrimônio da humanidade.

Fique certo Vossa Santidade de que o Brasil, fiel à fé que nossos antepassados encontraram acesa nas estrelas do Cruzeiro do Sul, continuará contando com as preces do Sumo Pontífice na dura caminhada em busca de uma vida mais digna e mais justa para nosso povo. Com a bênção de Vossa Santidade, subscrevo-me filialmente,

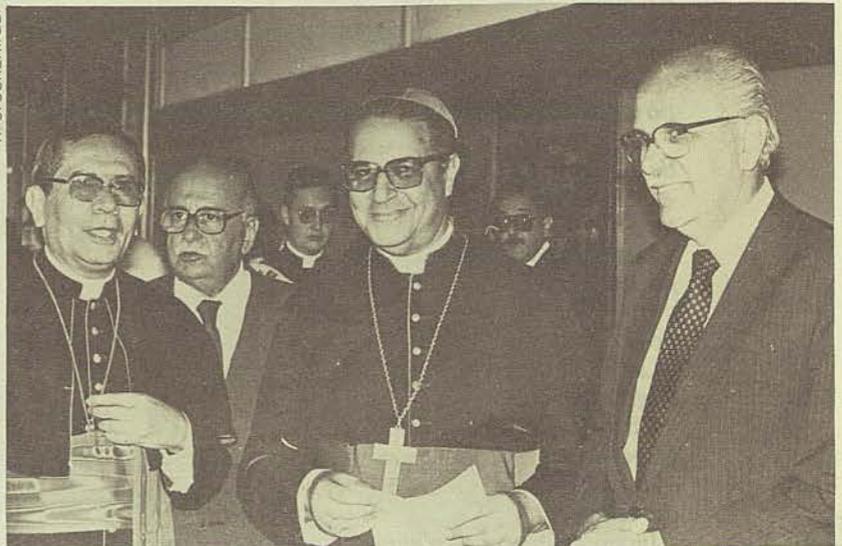
José Aparecido de Oliveira
Governador do Distrito Federal

O que significa o Consistório

Reunião solene de todos os Cardeais que se acham em Roma (quarenta e quatro residentes, menos os impedidos por problemas de saúde ou idade, mais os de passagem), presidida pelo Papa, com a finalidade de tratar de alguns assuntos entre os mais importantes relativos ao Governo da Igreja (nomeação e eventual renúncia de Cardeais, escolha do Carmelengo, designação de Bispos ou Arcebispos, canonizações, etc), o Consistório perdeu muitas de suas funções ativas - de "Senado deliberativo" - a partir do fim do século XVI, quando Sisto V estabeleceu as congregações romanas de forma organizada. Além de funções consultivas, sobraram para o Consistório as prerrogativas de conferir ritual promulgação a certos atos do Papa. À pergunta "quid vobis videtur?", "qual é a vossa opinião?", os membros do Sacro Colégio respondem coletivamente e sempre de maneira afirmativa.

Existem três tipos de Consistório: o **secreto**, assim chamado porque dele somente participam os Cardeais, mas seus documentos são publicados; o **público**, de que participam, além dos Cardeais, outros dignitários eclesiásticos e leigos da corte pontifícia, bem como o corpo diplomático acreditado junto à Santa-Sé e convidados especiais; e o **semi-público**, destinado a autorizar o prosseguimento das causas de canonização, de que participam, além dos Cardeais, os Arcebispos e Bispos que se encontram em Roma (com direito a voz

No Palácio do Buriti, Dom José Freire Falcão, o governador José Aparecido, Dom Geraldo de Avila, Bispo-auxiliar, e o chefe do Gabinete Civil, Guy de Almeida (da esq. para a dir.)



R. STUCKERT/GDF

e voto, mas, na prática, vinculados à decisão prévia da Sagrada Congregação dos Ritos).

No caso da nomeação de novos Cardeais, costumava haver dois Consistórios secretos, na mesma semana, intercalados por um Consistório público. Desta vez, o Santo Padre convocou um Consistório único, a iniciar-se pela parte secreta, realizada na Sala do Consistório, e a concluir-se com a parte pública, no Auditório Paulo VI, durante a qual foram conferidos pelo Papa aos novos Cardeais o solidéu e um título ou diaconia. Durante a missa do dia 29 o Papa lhes entregou o anel cardinalício.

Foram nomeados 25 Cardeais por João Paulo II neste seu quarto Consistório, a saber:

- Lucas Moreira Neves, *Arcebispo de São Salvador da Bahia*;
- José Freire Falcão, *Arcebispo de Brasília*;
- Eduardo Martinez Somalo, *Arcebispo titular de Tagora, Substituto da Secretaria de Estado*;
- Achille Silvestrini, *Arcebispo titular de Novaliciana, Secretário do Conselho para os Assuntos Públicos da Igreja*;
- Angelo Felici, *Arcebispo titular de Cesariana, Núncio Apostólico em França*;
- Paul Gregoire, *Arcebispo de Montreal*;
- Anthony Podiyara, *Arcebispo de Ernakulam dos Siro-Malabares*;
- Michele Giordano, *Arcebispo de Nápoles*;
- Alexandre José Maria dos Santos, *Arcebispo de Maputo*;
- Giovanni Canestri, *Arcebispo de Gênova-Bobbio*;
- Antonio Maria Javierre Ortas, *Arcebispo titular de Meta, Secretário da Congregação para a Educação Católica*;
- Simon Ignatius Pimenta, *Arcebispo de Bombaim*;
- Mário Revollo Bravo, *Arcebispo de Bogatá*;
- Edward Bede Clancy, *Arcebispo de Sidney*;
- James Aloysius Hickey, *Arcebispo de Washington*;
- Edmund Casimir Szoka, *Arcebispo de Detroit*;
- Laszlo Paskai, *Arcebispo de Esztergom*;
- Christian Wiyghan Tumi, *Arcebispo de Garoua (Camarões)*;
- Hans Hermann Goer, *Arcebispo de Viena*;
- Jacques Martin, *Arcebispo titu-*

lar de Neapoli de Palestina, Prefeito Emérito da Casa Pontifícia;

- Franz Hengsbach, *Bispo de Essen*;

- Vicentas Sladkevicius, *Bispo titular de Abora, Administrador Apostólico "ad Nutum Sanctae Sedis" de Kaisiadorys*;

- Jean Margeot, *Bispo de Port-Louis (Mauritius)*;

- John Baptist Wu Cheng-Chung, *Bispo de Hong-Kong*;

- Hans Urs Von Balthasar, *Teólogo Suíço*.

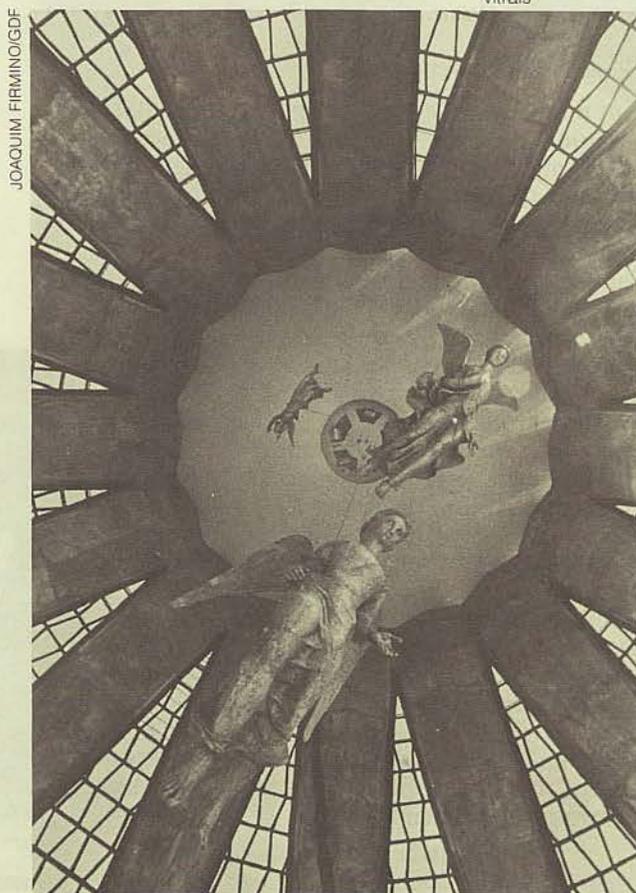
Este último, o único que não era Bispo, mas grande teólogo ("o homem mais culto do mundo", no dizer de Henri de Lubac, também ele feito cardeal em 1983 sem ser Bispo), faleceu com 84 anos de idade em Basiléia, na véspera do Consistório.

O Sacro Colégio dos Cardeais passa a ser constituído por 160 membros, dos quais 121, de idade inferior aos 80 anos, podem ser eleitores de um Papa.

Destes habilitados a participar do conclave, 59 são europeus (36 italianos) e 62 de outros continentes: 19 latino-americanos, 16 africanos, 12 norte-americanos, 12 asiáticos e 3 da Oceânia.



O interior da Catedral pouco muda, mas ganha em luminosidade com os novos vitrais



JOAQUIM FIRMINO/GDF

OSCAR NIEMEYER

“Quand les cathédrales étaient blanches”

Para o arquiteto Oscar Niemeyer, que sugeriu as alterações, a Catedral vestida de branco se insere melhor na nossa antiga arquitetura colonial, e se destaca no céu da cidade. “Templos e catedrais são quase todos brancos.”

Le Corbusier, ao escolher este título para um dos seus livros, referia-se com saudoso entusiasmo a coisas do passado, coisas que viu, amou e guardou para sempre. E uma delas — a que na verdade sugeriu essa frase — era, justamente, a imagem das velhas e brancas catedrais.

Templos e catedrais são quase todos brancos. O partenon é de mármore branco e como ele a maioria das catedrais da Europa. As da Itália, em número maior, são brancas ou quase brancas. Para elas se escolhia uma pedra calcária fácil ao trabalho do escultor e se não eram de mármore branco, entre elas era sempre preferida uma pedra clara que do branco se aproximasse.

Com o passar dos anos essas catedrais foram sendo cobertas pela pátina do tempo que as escurecia, mas, de vez em vez, cuidadosamente limpas, voltam à cor natural.

A Catedral de Saint Denis, a mais antiga da França, está sendo limpa neste momento e, como diante dela estão construindo a sede do jornal

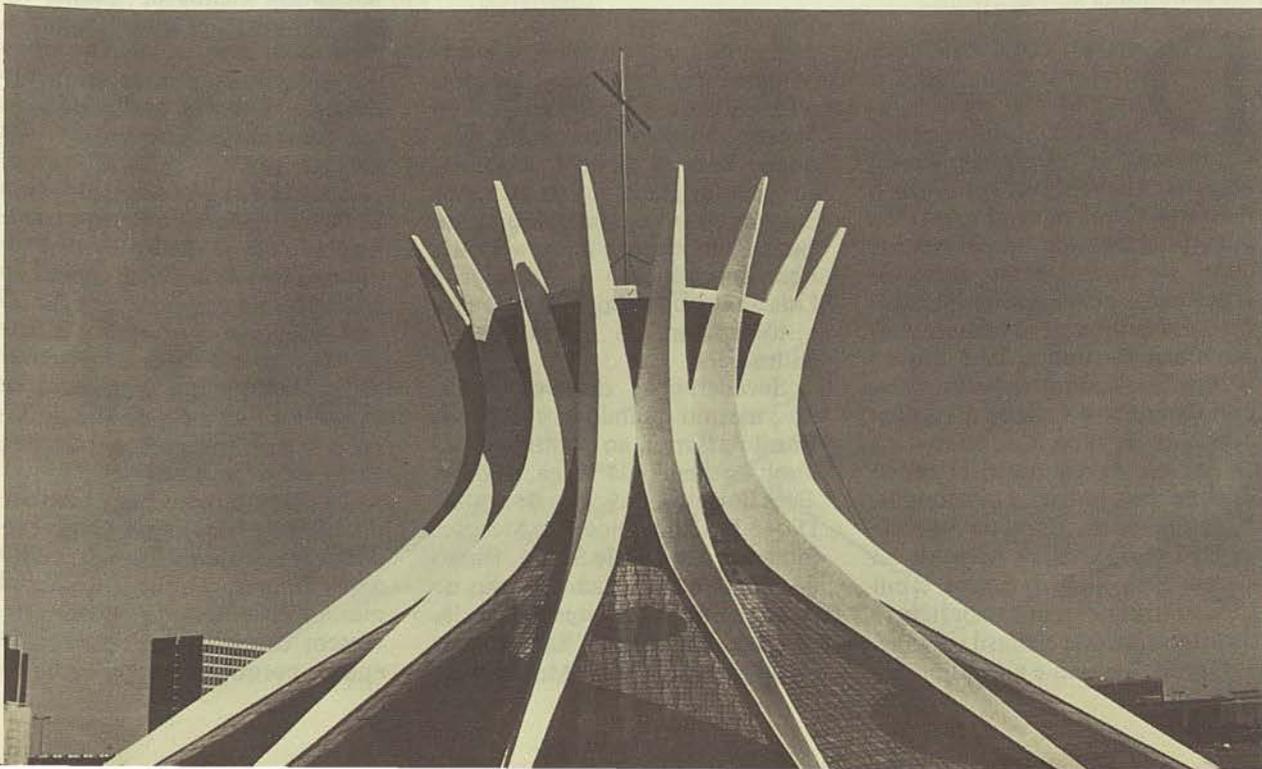
“L’Humanité” por mim projetada, vejo pelas fotos recebidas como, branca, se torna cada dia mais bonita.

A insensibilidade ou desinformação procuram manter nas catedrais e antigos palácios essa marca indesejável do tempo, preconceito que anos atrás André Malraux, culto e inteligente como era, desprezou inteiramente ao clarear as catedrais e velhos palácios de Paris. No Brasil a essa orientação se acrescentam outras razões. Brancas, singelamente brancas, são as nossas igrejas, como brancas, de caiação “éclatante”, são também suas irmãs de Portugal e Espanha.

Sem ser de concreto aparente, mas pintado de cinza, o Conjunto da Catedral de Brasília se perdia nos imensos horizontes da Nova Capital. O batistério, então, nem se via. Agora pintada de branco, a Catedral se insere melhor na nossa antiga arquitetura colonial, destacando-se no céu da cidade, fazendo-o, pelo contraste, mais azul ainda. O branco plastifica as cores. Era desejo meu, autor do projeto, que compreendido e apoiado por José Aparecido, se faz realidade. Vim a Brasília, ansioso de ver a Catedral toda branca: sentir como suas colunas curvas estão mais soltas, mais leves e graciosas; penetrar na nave finalmente enriquecida pelos vitrais coloridos — “belíssimos” — como os classificou o conhecido crítico italiano Lionello Puppi; ver pelos vazios do vitral que céu e espaços infinitos permanecem visíveis sob a nave branca e circular. Ligação espiritual inconfundível, no mundo das catedrais.

Oscar Niemeyer é arquiteto

A Catedral já está toda vestida de branco, como devem ser as catedrais, segundo Niemeyer, e parte dos vitrais novos já foi colocada



CARLOS CHAGAS

Eleições no Distrito Federal

Desde os tempos em que a capital do Brasil era a cidade de Salvador, mudando-se depois para o Rio de Janeiro, e, afinal, transferindo-se para Brasília, nenhum de seus governantes foi eleito pelo povo. Dos intendentos aos alcaides, aos prefeitos e aos governadores, todos foram indicados pelos detentores do poder absoluto ou federal, dos reis de Portugal aos príncipes-regentes, imperadores e presidentes da República, com ou sem aprovação do Senado. Apenas um, Pedro Ernesto, em 1934, viu-se escolhido pelos vereadores.

A Assembléia Nacional Constituinte, em vias de concluir seus trabalhos, estabelece a autonomia para o Distrito Federal. Confirma a eleição de representantes no Congresso Nacional e determina a eleição direta do governador e dos integrantes da Câmara Legislativa. Acabou rejeitada a proposta das Disposições Gerais e Transitórias, que fixava eleições este ano para o Distrito Federal. Elas se realizarão junto com as eleições para os demais Estados, isto é, em 1990.

Depois do Descobrimento, com o fracasso das Capitânicas Hereditárias, isto é, da iniciativa privada, incapaz de colonizar o Brasil, D. João III de Portugal criou o Governo-Geral para as terras do lado de cá do Atlântico. Designou Tomé de Souza como primeiro governador-geral, dando-lhe a incumbência de estabelecer a capital do Brasil na Bahia de Todos os Santos. Ele fundou Salvador, melhor dizendo, a Cidade do Salvador, a 29 de março de 1549.

Por isso se diz que as raízes de Brasília são longas e profundas. Assentam-se no litoral do Nordeste. Duarte da Costa e Mem de Sá vieram após Tomé de Souza, e, em 1572, Portugal tenta experiência desastrosa: divide o Brasil em dois, nas terras "aquém e além do cabo

de São Roque". Tivemos, por cinco anos, duas capitais. Salvador, olhando para o Norte, e o Rio de Janeiro, voltado para o Sul. Naquela, Luís de Brito e Almeida, governador-geral; nesta, Antonio Salema. Durou pouco a divisão. Cinco anos depois, o Rio voltou a ficar subordinado a Salvador e Luís de Brito e Almeida entrou na história como o quarto governador-geral.

Sucederam-se diversos governos, mesmo quando Portugal e o Brasil passaram ao domínio espanhol: Lourenço da Veiga, Manoel Teles Barreto, Francisco de Souza, Diogo Botelho, Diogo de Meneses Siqueira, Gaspar de Souza, Diogo de Mendonça Furtado, Matias de Albuquerque. Às vezes assaltada, às vezes abandonada, Salvador era a capital, até que o Marquês de

Pombal, em 27 de janeiro de 1763, eleva o Brasil a vice-reino e manda transferir a capital da Bahia para o Rio de Janeiro. O primeiro vice-rei, Conde da Cunha, dedica-se à construção de arsenais de Marinha na nova Capital da época.

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, fugindo de Napoleão, em 1808, quase que Salvador retoma a condição de capital. O regente, D. João, foi tentado a ficar por lá, dizem que fugindo da influência da mãe e da mulher, aportadas no Rio de Janeiro. Não conseguiu.

Em 1821, antes, assim, da declaração da Independência, D. Pedro, príncipe-regente, utiliza diversas vezes a expressão "capital do Império" para designar o Rio de Janeiro, em cartas e decretos. Por cautela, porém, omitiu qualquer referência à cidade, na Constituição que outorgou a 25 de março de 1824. Imaginava ser ele próprio a encarnação da Capital, que, por isso, deslocava-se na sua pessoa, quando viajava. O Império do Brasil era, pelo artigo 1º, "a associação política de todos os cidadãos brasileiros"; dividido o seu território em províncias.



Do Império à República

A capital do Império possuía administradores, constantemente trocados pelo Imperador, com atribuições pouco definidas em lei. A partir de 1º de outubro de 1828, deu-se nova forma às Câmaras Municipais, compostas por nove vereadores eleitos de quatro em quatro anos, dos quais se exigia, para candidatar-se, além de renda razoável, dois anos de domicílio eleitoral. E havia multa para os que faltassem às sessões: 4 mil-réis de cada vez.

Só a 12 de agosto de 1834, com D. Pedro I já fora do Brasil e transformado em D. Pedro IV de Portugal, o Rio de Janeiro, capital do Império, merece uma citação. *O Ato Adicional denomina a cidade de Município Neutro* e faz retirar dela a condição que acumulava, de capital da Província do Rio de Janeiro. Niterói, ou melhor, Nichterói, entra na crônica política.

Assim transcorrem as coisas durante o Império, sem maiores cuidados legais com a Capital, muito naturalmente porque era capital mesmo, incontestada. Talvez estivessem certos os legisladores da época, porque, até hoje, os ingle-

ses não precisaram votar lei nenhuma dizendo que Londres é a sua capital.

Com a Proclamação da República, o generalíssimo Deodoro da Fonseca baixa o decreto nº 1, datado de 15 de novembro de 1889, redigido no dia seguinte, dado o estado de saúde do proclamador. Ali, no artigo 10, lê-se que “o território do município neutro fica provisoriamente sob a administração imediata do Governo Provisório da República, e a cidade do Rio de Janeiro, constituída, também provisoriamente, sede do poder federal”. Como se já não fosse...

Transparece, com a República, outra sólida raiz de Brasília: o Rio. A Constituição de 24 de fevereiro de 1891 vai dispor, no artigo 2º, “que cada uma das antigas Províncias formará um Estado, e o antigo Município Neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a capital da União enquanto não se der execução ao artigo seguinte”. Pela primeira vez na crônica legislativa do Brasil, utiliza-se a expressão “Distrito Federal”, como, pela primeira vez, lê-se a previsão da construção de Brasília, no artigo 3º: “Fica pertencendo à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal. Efetuada a mudança, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado.”

A primeira Constituição republicana não fala em prefeito do Distrito Federal, o que ficará por conta da lei, mas ele será de livre

nomeação do presidente da República, durante toda a República Velha. Ao Congresso se dá o poder de “legislar sobre a organização municipal do Distrito Federal, bem como sobre a polícia, o ensino superior e os demais serviços que na Capital forem reservados para o governo da União” (nº 30, art. 34, capítulo IV, seção I, Título I).

Naqueles tempos, muitos presidentes da República foram, na prática, prefeitos, citando-se Rodrigues Alves como responsável pela grande remodelação do Rio.

O DF e as Constituições

A Capital de um país não precisa de títulos, referências e, muitas vezes, leis pormenorizadas para defini-la como tal: “é porque é”. No Rio de Janeiro, tudo acontecia, as decisões se tomavam, as ebulções eclodiam e as críticas mais veementes se faziam.

O primeiro decreto do Governo Provisório, após a Revolução de 1930, vai dizer no artigo 3º: “O Poder Judiciário Federal, dos Estados, do Território do Acre e do Distrito Federal, continuará a ser exercido na conformidade das leis em vigor”. O artigo 9º estipulará: “É mantida a autonomia financeira dos Estados e do Distrito Federal”. Mais não precisava ser dito, nem escrito. O reconhecimento de situações de fato prescinde da prolixidade. Ou não foi para o Rio de Janeiro, partindo do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e da Paraíba, que as tropas revoltosas se dirigiram?

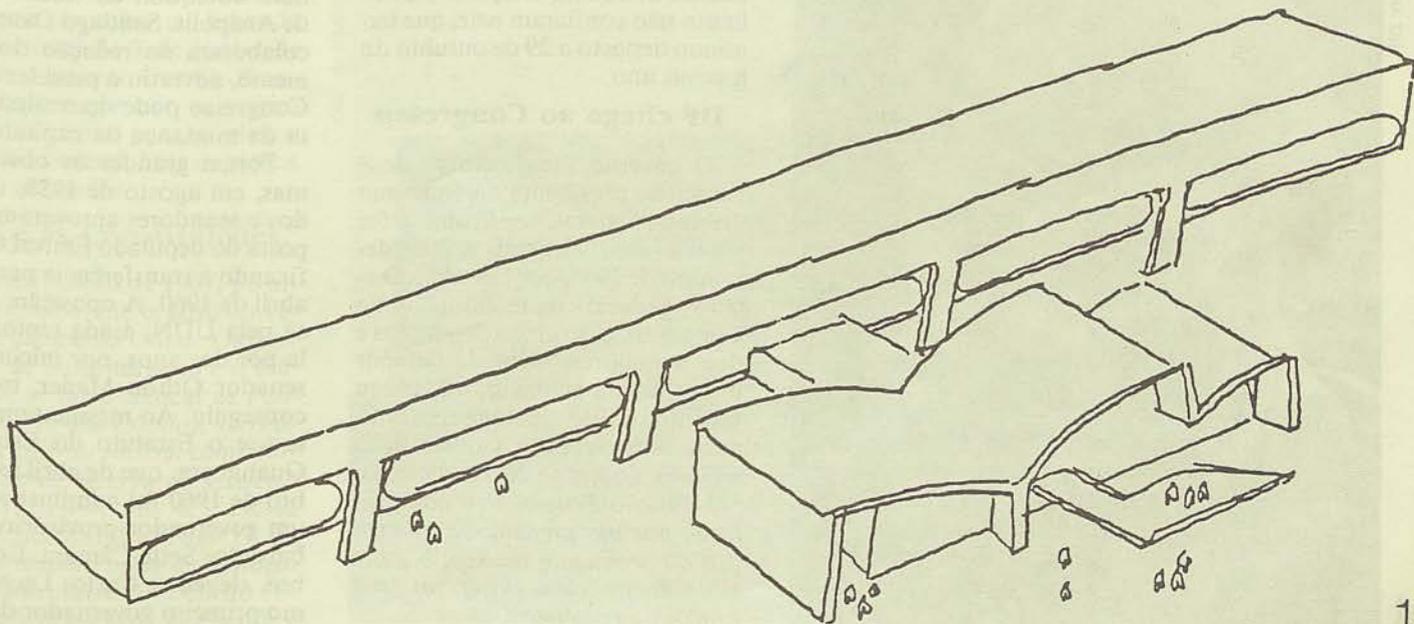
Com a Constituição de 1934,

certos cuidados se tomaram. “A Nação brasileira, constituída da união perpétua e indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, em Estados Unidos do Brasil, mantém como forma de governo, sob regime representativo, a República Federativa proclamada em 15 de novembro de 1889” (art. 1º). “O Distrito Federal será administrado por um Prefeito, de nomeação do presidente da República, com aprovação do Senado Federal e demissível ad nutum, cabendo as funções deliberativas a uma Câmara Municipal eletiva” (art. 15).

Como no Brasil teoria e prática têm andado sempre separadas, lê-se depois, nas Disposições Transitórias, artigo 3º, parágrafo 3º: “No mesmo prazo deste artigo serão realizadas as eleições para a Câmara Municipal do Distrito Federal, que elegerá o prefeito e os representantes no Senado Federal”. O Distrito Federal tem representação no Legislativo Federal e não terá um prefeito meramente indicado pelo presidente da República, com o aval dos senadores, um, também, eleito pelos vereadores, assim que eles consigam reunir-se. Conseguiram, 90 dias após a promulgação da Constituição, elegendo Pedro Ernesto, que teve seu nome aprovado pelo Senado e foi nomeado por Getúlio Vargas, mudado de chefe do governo provisório para presidente constitucional, eleito pela Assembléia Nacional Constituinte.

Começava, naquele momento, a campanha pela autonomia do Distrito Federal, estimulada por mais

O projeto de Niemeyer, entre o Centro de Convenções e a Praça do Buriti, abrigará 24 deputados



um artigo das Disposições Transitórias, o 4º, que definia o futuro: *"O atual Distrito Federal será administrado por um prefeito, cabendo as funções legislativas a uma Câmara Municipal, ambos eleitos por sufrágio direto, sem prejuízo da representação profissional, na forma que for estabelecida pelo poder legislativo federal, na lei orgânica"*. Assim, na mesma Constituição, três modalidades distintas para a escolha do prefeito da Capital: no texto permanente, nomeação pelo presidente da República; no artigo 3º das Disposições Transitórias, eleição pela Câmara Municipal; no artigo 4º, eleição direta.

Preservava-se o ideal de 1891: *"Será transferida a Capital da*

União para ponto central do Brasil".

Os fatos desfizeram as intenções. Os cariocas não chegaram a eleger diretamente o seu prefeito. Pedro Ernesto acabou preso após a Intentona de 1935. Getúlio Vargas, ao aproximar-se a hora de sair, rasgou a carta de 34 e editou a Constituição fascista de 10 de novembro de 1937, incompatível com qualquer tipo de eleições, mesmo as que ela mesmo fixava. Para não haver dúvidas, a "polaca" dispôs de modo simples: *"O atual Distrito Federal, enquanto sede do governo da República, será administrado pela União"* (artigo 7º).

Mais tarde, ainda sob a ditadura do Estado Novo, o país começou a assistir a mudanças geradas pela vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. O ditador, permeável aos novos ventos, manobrou pela democratização, e, ao mesmo tempo, para permanecer no poder. Baixou leis constitucionais de anistia, marcou eleições presidenciais, permitiu a formação de partidos políticos e levantou a censura à imprensa, ainda que continuando implacável quanto ao Distrito Federal. Diz a lei Constitucional n.º 9, de 28 de fevereiro de 1945: *"O Distrito Federal será administrado por um prefeito de nomeação do presidente da República, demissível ad nutum, e pelo órgão deliberativo criado pela respectiva lei orgânica"*. Pelo menos, Vargas admitia a formação futura de uma Câmara Municipal. Permitiu, até, que o Distrito Federal viesse a ter representação legislativa federal, com cinco deputados, quando fossem marcadas eleições. Os militares não confiaram nele, que terminou deposto a 29 de outubro do mesmo ano.

DF chega ao Congresso

O governo provisório de José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal, confirmou e fez realizar eleições gerais a 2 de dezembro de 1945, adquirindo o Distrito Federal representação no Congresso, com cinco deputados e dois senadores, além de compor uma Câmara Municipal. Mas seu prefeito, o Rio de Janeiro continuou sem eleger. A Constituição de 1946, no artigo 26, estabeleceu: *"O Distrito Federal será administrado por um prefeito, de nomeação do presidente da República, e terá Câmara, eleita pelo povo, com funções legislativas"*.

Nova tentativa para suspender a cassação declarada foi feita pela cidade, obtendo sucesso formal apenas a 3 de julho de 1956, com a aprovação, pelo Congresso, da Emenda Constitucional n.º 2: *"O atual Distrito Federal será administrado por um prefeito, cabendo as funções legislativas a uma Câmara de Vereadores, eleitos, estes e aquele, por sufrágio direto, simultaneamente, pelo período de quatro anos. A primeira eleição de prefeito realizar-se-á quando se efetuar a de presidente da República para o próximo período governamental"*.

Acontece que o próximo período governamental só se iniciaria em 1961. Juscelino Kubitschek entrou no palácio do Catete meses antes, para governar cinco anos, e tinha outras idéias. Decidiu transferir a Capital para o Planalto Central, disposto a cumprir a norma constitucional pela primeira vez referida em 1891. Enfrentou obstáculos de toda ordem, mas obteve do Congresso a lei da mudança, ao tempo em que iniciou a construção de Brasília, num território demarcado a partir de 1946 pela missão sob a chefia do marechal José Pessoa.

Surgimento de Brasília

No dia 19 de setembro de 1956, oito meses depois de empossado na presidência da República, Juscelino Kubitschek sancionou lei aprovada pelo Congresso, delimitando a área do futuro Distrito Federal e criando a Companhia Urbanizadora da Nova Capital. A mensagem havia sido assinada num botequim da cidade goiana de Anápolis. Santiago Dantas, que colaborara na redação do documento, advertiu o presidente: só o Congresso pode determinar a data da mudança da capital.

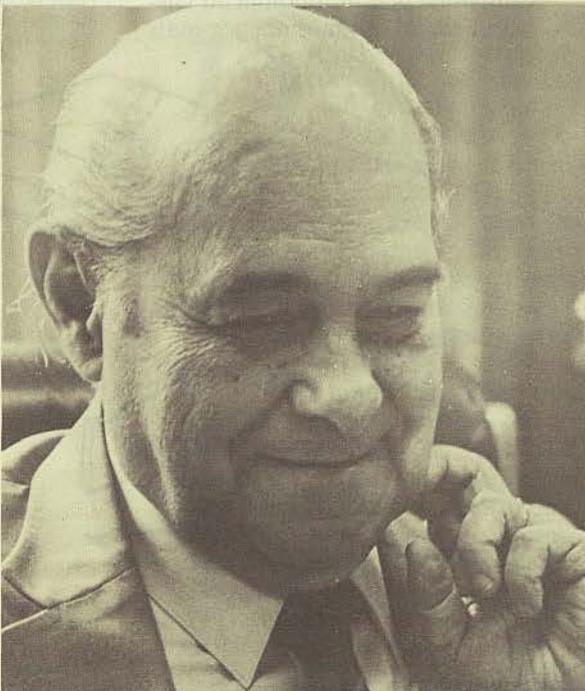
Foram grandes os obstáculos, mas, em agosto de 1958, deputados e senadores aprovaram a proposta do deputado Emival Caiado, fixando a transferência para 21 de abril de 1960. A oposição, expressa pela UDN, ainda tentou adiá-la por dez anos, por iniciativa do senador Othon Mader, mas não conseguiu. Ao mesmo tempo, votou-se o Estatuto do Estado da Guanabara, que de abril a dezembro de 1960 foi administrado por um governador provisório, o embaixador Sette Câmara. Em outubro, elegeram-se Carlos Lacerda como primeiro governador do Novo

Abaixo, o governador José Aparecido, que comandou as primeiras eleições de Brasília. Mais abaixo, o ex-presidente Tancredo Neves, para quem Brasília foi a "primeira cidade cassada" que ele conheceu

SUSUKI/GDF



LUÍZ ANTONIO



Estado, empossado no último mês do ano.

Dia 21 de abril de 1960, Brasília começou a funcionar como capital. Juscelino recebeu os embaixadores credenciados, instalou o Arcebispado, reuniu o ministério, marcando a instalação oficial do Executivo no Planalto Central e compareceu às solenidades de instalação do Congresso e do Supremo Tribunal Federal.

Pela lei (Emenda Constitucional nº 3), "O Distrito Federal será administrado por um prefeito, nomeado pelo presidente da República com aprovação do Senado, e terá Câmara eleita pelo povo, com as funções que a lei federal lhe atribuir. Compete ao Congresso Nacional fixar a data das primeiras eleições de representantes no Distrito Federal ao Senado, à Câmara dos Deputados e à Câmara do Distrito Federal, e exercer, até que esta se instale, a função legislativa em todos os assuntos da competência do Distrito Federal".

O Congresso não conseguiu fixar data para eleições no Distrito Federal. Jânio Quadros sucedeu a Juscelino Kubitschek e renunciou sete meses depois. A guerra civil quase eclode, em função da luta pela posse do vice-presidente João Goulart, que acaba assumindo sob um recém-instalado parlamentarismo. Ano e meio depois, obtém do Legislativo a revogação do sistema, após plebiscito nacional. Os prefeitos do Distrito Federal continuam nomeados e a representação eleitoral brasiliense não emerge.

Com o movimento de 1964 o processo ganha outros rumos. Não se fala mais de eleições em Brasília. Como exceção, a Emenda Constitucional de 3 de junho de 1965, sob o governo Castelo Branco, estabelece que não se exigirá domicílio eleitoral para os pleitos no Distrito Federal. Mas os pleitos não são marcados.

O DF e as Constituições

A Constituição de 1967, no artigo 2º, dispõe que o Distrito Federal é a capital da União. Os tempos são de autoritarismo e o máximo que se faz é colocar as *Polícias Militares dos Estados, Territórios e do Distrito Federal como forças auxiliares, reserva do Exército* (artigo 13, parágrafo 4º). Nessa mesma Constituição, artigo 17, lê-se: "A lei disporá sobre a organização administrativa do Distrito Federal. Caberá ao Senado discutir e

votar projetos de lei sobre matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração do Distrito Federal. O prefeito do Distrito Federal e os governadores dos territórios serão nomeados pelo presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado." Não se fala mais de eleições em Brasília. Nem de prefeito, para a Câmara Municipal ou a representação no Congresso. Tancredo Neves dirá, na ocasião, ter visto cidadãos cassados, instituições cassadas, mas, jamais, uma cidade inteira cassada, privada de seus direitos políticos.

Os ministros militares, em outubro de 1969, promovem integral revisão no texto de 1967, editando o que se chamou depois de nova Constituição. Mantém os dispositivos referentes ao Distrito Federal, com uma alteração: o prefeito passa a denominar-se governador (artigo 17).

Dezenove anos depois, já em plena nova República, a Assembléia Nacional Constituinte encontra-se prestes a promulgar a oitava Constituição brasileira. Os constituintes evitaram referir que o Distrito Federal é a capital da União. No capítulo V do Título III (da Organização do Estado), dedicam a seção I ao Distrito Federal. Fixam, no artigo 38 e parágrafos: "O Distrito Federal, dotado de autonomia política, legislativa, administrativa e financeira, nos termos desta Constituição, será administrado por governador e disporá de Câmara Legislativa. A eleição do go-

vernador, observada a regra do artigo 89, e dos deputados distritais, coincidirá com a dos governadores e deputados estaduais, para mandato de igual duração. Aos deputados distritais e à Câmara Legislativa, aplica-se o disposto no artigo 28. O Distrito Federal, vedada a sua divisão em municípios, reger-se-á por Lei orgânica aprovada por dois terços da Câmara Legislativa. Lei federal disporá sobre a utilização, pelo governo do Distrito Federal, das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar. Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e municípios."

Em 1986 voltaram a ser eleitos os representantes do Distrito Federal no Congresso Nacional, os primeiros de Brasília, até então impedida de ter deputados federais e senadores.

Pelo texto da nova Constituição, prestes a ser promulgada, as eleições de governador e para a Câmara Legislativa do Distrito Federal deverão realizar-se em novembro de 1990, junto com os demais Estados, quando, também, se renovará a representação federal.

O governador José Aparecido de Oliveira, empossado em 1985 por escolha do presidente José Sarney e aprovação do Senado Federal, declarou em seu primeiro discurso a pretensão de vir a ser o último governador nomeado.

Carlos Chagas é jornalista, autor de livros políticos, como "A Guerra das Estrelas".

O Palácio do Buriti, com seu Anexo onde funcionam as Secretarias, hoje é a sede do Governo do Distrito Federal

JOAQUIM FIRMINO/GDF



Dois Museus em questão: do Índio e Arte Moderna



Entre o Memorial JK e a Praça do Buriti há um edifício novo, praticamente concluído: ele abrigará o Museu de Arte Moderna. Deveria ser o Museu do Índio, que terá endereço mais adequado, pois vai ser localizado no "campus" da UnB.

Nos últimos meses, duas questões foram levantadas e se entrelaçaram, e agora estão próximas de uma solução. A primeira delas, envolvendo o Museu que está sendo construído entre a praça do Palácio do Buriti e o Memorial JK: ele teve sua destinação contestada por pessoas vinculadas ao movimento indigenista, sob a alegação de que iria servir apenas para satisfazer a curiosidade de turistas estrangeiros, transformando a cultura indígena em folclore. A segunda questão, envolvendo defensores da organização de um importante e imprescindível Museu de Arte Moderna em Brasília, entre os quais o diretor do MASP, de São Paulo, Pietro Maria Bardi, e o próprio autor do projeto do Museu do Índio e criador de Brasília, arquiteto Oscar Niemeyer.

Em entendimento com o reitor da Universidade de Brasília, Cristovam Buarque, o governador José Aparecido de Oliveira e o arquiteto Oscar Niemeyer decidiram patrocinar a criação de um Museu do Índio no "campus" da UnB, com uma concepção mais avançada, acoplado a um Centro de Estudos Indigenistas, para o qual já existe um embrião na própria Universidade, que são as cadeiras de Antropologia e de Linguística, nessa área.

O presidente José Sarney concordou com a solução, dispondo-se a ajudar a implementá-la. Assim, o prédio originalmente previsto para ser o Museu do Índio seria transformado em Museu de Arte Moderna, e o Museu do Índio acoplado a um Centro de Estudos Indigenistas, com projeto também de Niemeyer, seria criado no "campus" da UnB. Coincidindo com tudo isso, a viúva do poeta Murilo Mendes propôs ao governo brasileiro doar a pinacoteca de seu falecido marido para um Museu em Brasília, mediante condições que foram aceitas pelo Ministério da Cultura e pelo Governo do Distrito Federal. Em artigo na "Folha de São Paulo" do dia 13 de julho, o jornalista Osvaldo Peralva faz as seguintes observações sobre essas questões:

"No movimento que se iniciou no Rio de Janeiro, com repercussão em Juiz de Fora, em torno da pinacoteca do poeta Murilo Mendes, está acontecendo uma espécie de comédia de equívocos, como diria nosso prezado colega Shakespeare: "The Comedy of Errors".

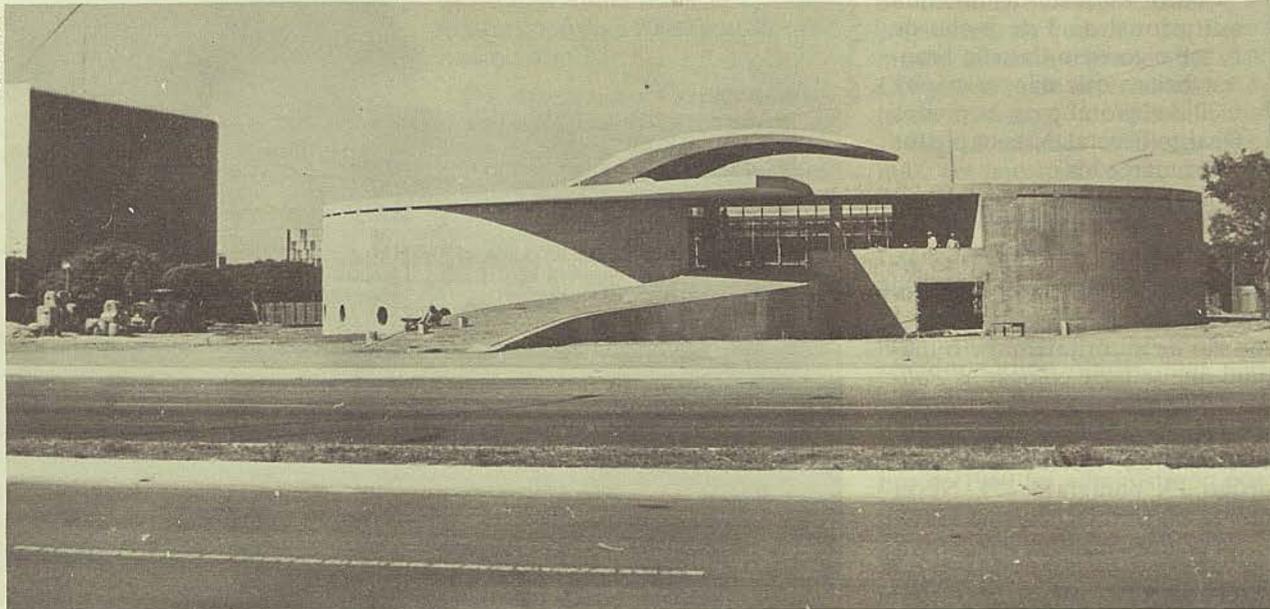
"Intelectuais dos mais ilustres fizeram um abaixo-assinado ao presidente José Sarney para que a preciosa coleção de obras de arte do vate mineiro fosse para o Rio de Janeiro, pátria da cultura, e não para Brasília. Os cariocas, que são uma raça múltipla, constituída de gentes das mais distantes origens geográficas, do Oiapoque ao Chui, fizeram ecoar, uníssono, o grito de guerra: "A pinacoteca é nossa!"

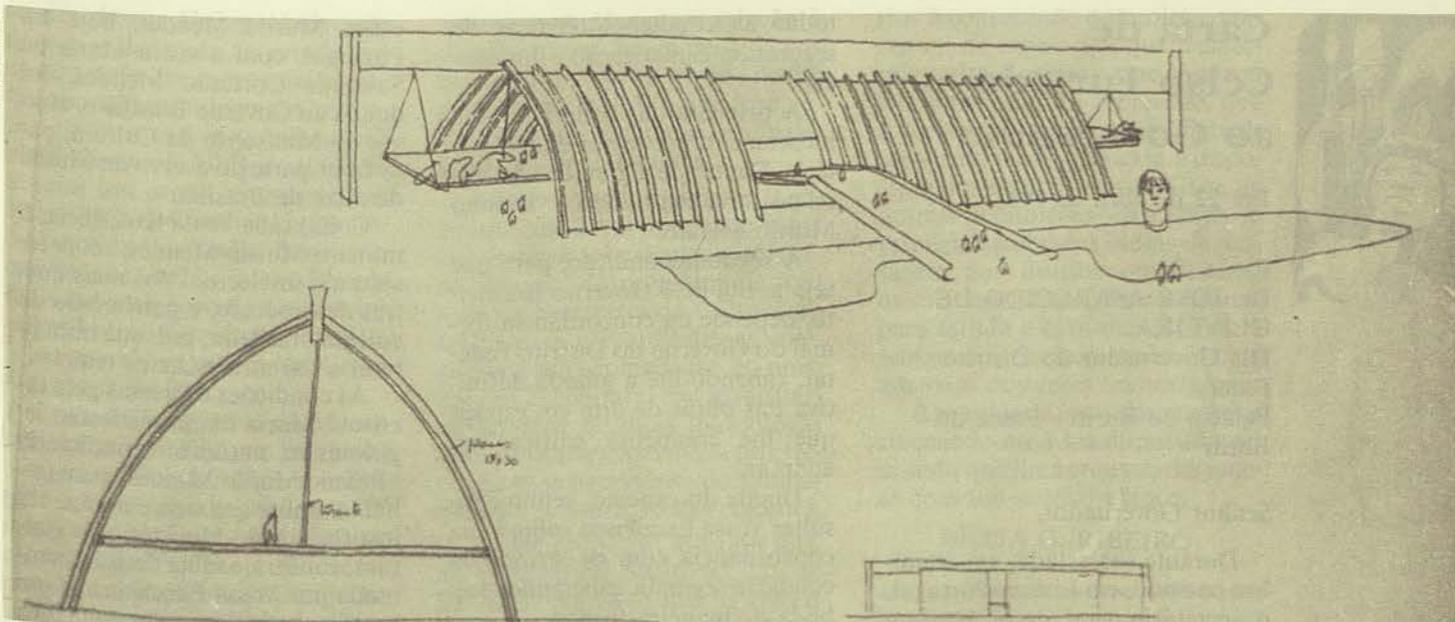
"Esse o primeiro equívoco. Sarney não é o destinatário correto de semelhante petição. Afinal os quadros se encontram em Lisboa e pertencem a dona Maria da Saudade Cortesão Mendes, viúva do colecionador. Só ela pode decidir onde, e sob que guarda, eles devem ficar.

"O segundo equívoco é que a petição chega tarde — tanto a dos intelectuais do Rio quanto a dos vereadores de Juiz de Fora, terra natal do poeta e colecionador. Em entendimentos com o embaixador brasileiro em Portugal, Alberto da Costa e Silva, dona Maria da Saudade propôs ao governo brasileiro, através do Ministério da Cultura, doar-lhe a coleção, mediante duas condições estabelecidas com nitidez e aceitas com igual nitidez pelas partes envolvidas: o ministro Celso Furtado criará um prêmio anual de dois mil dólares para o melhor estudo sobre a obra

À esquerda, o prédio quase pronto do futuro Museu de Arte Moderna, antes previsto para ser Museu do Índio

SUSUKIGDF





explicação necessária

A idéia foi encontrar uma solução que lembrasse as casas dos índios, mas que fosse, ao mesmo tempo, uma expressão da técnica de hoje.

E isso explica a rampa de entrada, a viga mestra, as placas curvas e pré-fabricadas das fachadas e os tirantes de 6 em 6 metros, permitindo menor espessura para a laje de piso com a exclusão de tirantes nas fundações.

O responsável pelo concreto armado se entusiasmou com o esquema estrutural do projeto que marca o progresso da técnica de construir.

No primeiro piso, o grande salão de 42 x 16 pronto para as exposições e no térreo, outro espaço de dimensões idênticas destinado aos setores administrativos, culturais, etc. Quem examinar o projeto e as perspectivas interiores sentirá que a solução apresentada é tão bem concebida que só para um museu do índio deveria ser aplicada.

Oscar Niemeyer

de Murilo Mendes, durante vinte anos; a coleção seria mantida no Museu de Arte de Brasília, exposta de forma permanente, num determinado local, em condições de segurança, climatização e iluminação adequadas. Consultado a respeito desta segunda parte, o governador do DF, José Aparecido de Oliveira, comprometeu-se a acatar da melhor forma a exigência.

“Os abaixo-assinados cariocas alegam, em favor de sua reivindicação de que a pinacoteca seja transferida para o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, não existir em Brasília lugar próprio para acomodar e expor essa valiosa coleção, que inclui trabalhos de artistas nacionais como Portinari, Guignard e Ismael Nery, e gênios universais como Miró, Picaso, de Chirico e Braque. Esse o terceiro equívoco.

“Ora, apesar da reportagem crítica, feita meses atrás por minha querida editora Márion Strecker sobre o Museu de Arte de Brasília, a viúva de Murilo Mendes deve ter achado satisfatório o local, pois o indicou nominalmente como desejável para abrigar a coleção de seu falecido marido.

“Além disso, há um museu novo em folha quase em frente ao Palácio do Buriti, originalmente destinado às coisas indígenas. Os líderes índios não gostaram, acharam que iria servir apenas de atração para turistas. Ao mesmo tempo, o autor do projeto, Oscar Niemeyer, ao ver seu desenho convertido em carne e osso, isto é, em armaduras de ferro e concreto, tomou-se de tanto amor pela obra como Pigmalião pelo maravilhoso corpo que havia esculpido em mármore, conforme nos conta Ovídio nas “Metamorfoses”.

“Surgiu então a idéia de que se constituísse aí um Museu de Arte Moderna, enquanto ele, Oscar, projetaria outro museu para os índios, acoplado a um centro de estudos indigenistas, no “campus” da Universidade de Brasília. Assim não faltará lugar em Brasília para receber condignamente a doação das obras de arte colecionadas pelo poeta mineiro e cristão Murilo Mendes”

Nas páginas seguintes, a respeito dessas questões, publicamos carta do ministro Celso Furtado ao governador José Aparecido, e a resposta deste, a carta da antropóloga Berta Ribeiro ao reitor Cristovam Buarque, da UnB, e sua resposta.





Carta de Celso Furtado ao Governador

Em 22 de abril de 1988

Exmo. Sr.
Dr. JOSÉ APARECIDO DE
OLIVEIRA
DD Governador do Distrito
Federal
Palácio do Buriti - Praça do
Buriti

Senhor Governador,

Durante sua estada, em setembro passado, em Lisboa-Portugal, o secretário-geral deste Ministério, Joaquim Itapary, manteve entendimentos com a senhora Maria da Saudade Cortesão Mendes - viúva do escritor brasileiro Murilo Mendes - sobre a possibilidade de a referida senhora fazer a doação, ao governo brasileiro, da coleção de obras de arte que lhe deixou o falecido esposo.

O acervo a que me reporto incorpora peças de Braque, Capogrossi, Chagall, De Chirico, Ensor, Guignard, Léger, Magnelli, Magritte, Portinari, Ismael Nery, Picasso, Vieira da Silva e outros grandes mestres da pintura universal, tendo sido, no ano passado, exposto ao público, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

Rencentemente, recebi comunicado do Exmo. Sr. Dr. Alberto da Costa e Silva, embaixador do Brasil em Portugal, dando-me conta de que a senhora Maria da Saudade havia decidido doar a valiosíssima coleção de arte de sua propriedade ao Ministério da Cultura do Brasil, para integração ao patrimônio da União, desde que atendidas as seguintes condições:

1.^a - comprometer-se o Ministério da Cultura, através do Instituto Nacional do Livro, a instituir, para vigência durante vinte anos, prêmio anual no valor de US\$ 2.000,00 (dois mil dólares americanos) para autores de trabalhos sobre a vida e obra de Murilo Mendes; e

2.^a - comprometer-se o Ministério da Cultura a manter o referido acervo no Museu de Arte de Brasília, em espaço a ele exclusiva e permanentemente destinado, sob

todas as condições técnicas de segurança, climatização e iluminação.

A primeira das condições está inteiramente aceita por este Ministério. Dentro de alguns dias baixarei portaria instituindo o "Prêmio Murilo Mendes".

A segunda condição, para que seja aceita pelo Governo Brasileiro, depende da concordância formal do Governo do Distrito Federal, cabendo-lhe a guarda definitiva das obras de arte em espaço que lhe competirá edificar ou adaptar.

Diante do exposto, venho consultar Vossa Excelência sobre a sua concordância com os termos da condição segunda, esperando recebê-la de maneira formal.

Na oportunidade, renovo-lhe protestos de elevada estima e consideração.

CELSO FURTADO
Ministro de Estado da Cultura

Resposta do Governador

Brasília, 09 de junho de 1988

Exmo. Senhor
Professor CELSO FURTADO
DD Ministro de Estado da Cultura
NESTA

Senhor Ministro,

O Governo do Distrito Federal recebeu a grata notícia de que a coleção de obras de arte do grande

poeta Murilo Mendes, hoje em Portugal, com a viúva Maria da Saudade Cortesão Mendes, foi doada ao Governo Brasileiro, através do Ministério da Cultura, para fazer parte do acervo do Museu de Arte de Brasília.

Como sabe Vossa Excelência, o mineiro Murilo Mendes, sobre ter sido um intelectual dos mais ilustres deste século, é patrimônio da cultura brasileira, pois sua obra literária vai atravessar os tempos.

As condições expressas pela escritora Maria da Saudade são legítimas e naturais: criação do "Prêmio Murilo Mendes" para trabalhos sobre sua vida e obra, a ser instituído pelo Ministério da Cultura, conforme sábia decisão já tomada por Vossa Excelência, e um espaço exclusivo e permanente, com todas as condições técnicas de segurança, climatização e iluminação no MAB.

Venho responder a Vossa Excelência, de acordo com parecer conclusivo da Secretaria da Cultura do meu governo, que tomaremos todas as medidas para cumprir, da melhor forma, a parte do GDF, honrado com a guarda definitiva de tão expressivas obras de arte.

Agradecendo a oportuna iniciativa do ministro da Cultura renovo a Vossa Excelência os meus protestos de estima.

JOSÉ APARECIDO DE
OLIVEIRA

Governador do Distrito Federal

Carta de Berta Ribeiro ao Reitor

Rio de Janeiro, 28 de Junho de 1988

Exmo. Sr.
Dr. Cristovão Buarque
Reitor da
Universidade de Brasília
Brasília, D.F.

Prezado Sr. Reitor:

Em vista da mudança de planos com respeito ao Museu do Índio de Brasília, tomo a liberdade de dirigir-me a V.S. para sugerir algu-

mas medidas que tornem possível a implantação do Museu no "campus" da UnB. Essa perspectiva é plausível, diante da afirmativa do presidente José Sarney, que nos foi transmitida pelo governador José Aparecido de Oliveira, de que o Governo Federal proveria as verbas para a construção do edifício-sede. Como é do seu conhecimento, já está pronto o projeto arquitetônico - belíssimo como o anterior - devido a Oscar Niemeyer. Assim sendo, urge não deixar escapar a oportunidade de dotar Brasília -

através de sua Universidade - de uma casa dedicada ao estudo e à conservação das expressões materiais da cultura indígena. Com isso, cumprir-se-á a previsão do plano-diretor da UnB, de 1962, de instalar um órgão complementar ao Instituto de Ciências Humanas, o Museu da Civilização Brasileira, na Praça Maior, do qual o Museu do Índio (ou a Casa da Cultura Indígena) seria a unidade inicial.

As providências mais imediatas, a meu ver, seriam:

1) Conselho consultivo do Museu (ou Casa da Cultura Indígena)

Dever-se-ia constituir um órgão normativo integrado por representantes de instituições científico-culturais que, por sua natureza, possam assessorar a Comissão Executiva encarregada da implantação do Museu. Basicamente, o Conselho teria por objetivo estreitar laços de cooperação entre a Universidade e o CNPq, a Fundação Nacional pró-Memória, a Fundação Nacional do Índio, a Secretaria de Cultura do GDF e a União das Nações Indígenas. Para cumprir essa incumbência, seriam convidados a integrar o Conselho personalidades que, por sua profissão e atitude humanística, estejam vinculadas à problemática indígena, a começar pelo arquiteto Oscar Niemeyer e o governador José Aparecido de Oliveira.

2) Comissão Executiva

Integrada por um ou mais representantes do Instituto de Ciências Humanas e do Instituto de Artes da UnB, sob a coordenação de pessoa indicada por V.S.^a essa Comissão teria por objetivo:

a) reformular o plano-diretor do Museu do Índio de Brasília, elaborado por mim (cf. **Cadernos Rioarte** n.º 7:84-95, 1987) a fim de adaptá-lo às novas condições exigidas por seu vínculo direto à UnB, especialmente à área de Ciências Humanas;

b) examinar o projeto conceitual da exposição inaugural intitulada "Índios do Brasil: cultura e identidade", também de minha autoria, constante de 287 temas-textos, respectiva iconografia e previsão de peças a serem exibidas, tendo em vista sua crítica e aperfeiçoamento;

c) providenciar a transferência, a título de empréstimo por comodato ou mediante outra figura jurídica da coleção da Artíndia da FUNAI que constituiria o acervo básico inicial do Museu. Tomar a

mesma providência em relação à coleção do alto Xingu, reunida por Eduardo Galvão na década de 60, pertencente à UnB e que fora cedida provisoriamente à Fundação Nacional pró-Memória.

Para isso será necessário: 1) encontrar um local adequado (cuja cubagem já foi calculada por Lêda Watson, do programa de museus da Secretaria de Cultura do GDF) para a guarda dessas coleções até sua acomodação no novo prédio; 2) contratar (ou requisitar) os serviços de duas museólogas que se encarreguem dessa transferência e, se necessário, do tombamento e restauração das coleções.

A esse propósito informo que, no Boletim da SBPC n.º 121 de 20/26-2-1988, lê-se que o CNPq prevê uma "nova modalidade de fomento à pesquisa" com o objetivo de recuperar e ampliar coleções científicas nas áreas da etnologia, botânica e ecologia.

Finalmente devo dizer que, tendo V.S.^a manifestado o desejo de que eu me incorpore à equipe que cuidará do planejamento e implantação do Museu do Índio da UnB, sugeriria que isso fosse feito mediante um contrato não remunerado de prestação de serviços, uma vez que sou funcionária da FUNAI e professora visitante de antropologia e arte indígena da Escola de Belas Artes da UFRJ. Assim sendo, o referido contrato formalizaria meu vínculo com a UnB tendo em vista as funções que viria a desempenhar na implantação do Museu; conceder-me-ia a liberdade de contactar pessoas e instituições que também pudessem contribuir para isso; e, ainda, me garantiria a concessão de passagens e ajudas de custo para ir periodicamente a Brasília.

Confesso que, ao ser surpreendida pela decisão de outro destino ao prédio erguido para ser o Museu do Índio de Brasília, tive a sensação do candango que, depois de pronta a casa, nela não pode entrar. Convenci-me de imediato, contudo, que o Museu estará melhor protegido na UnB e cumprirá as funções científicas, culturais e humanísticas que se fazem mister. Isto porque, na Universidade concentra-se a massa crítica de antropólogos, arquitetos, fotógrafos, comunicadores sociais e programadores visuais que poderão incumbir-se do detalhamento e produção dos requisitos necessá-

rios à consecução do projeto conceitual da exposição; que nela terá guarita o espírito que inspirou sua concepção. E, sobretudo, que o acervo do Museu, a ser gradualmente ampliado, colocará à disposição dos especialistas da Casa, de outras instituições científicas e, principalmente, dos índios de passagem por Brasília ou especialmente convidados, bens culturais para estudo e consulta que representam as principais etnias indígenas vivas existentes em nosso país.

Aguardando suas instruções e colocando-me à sua disposição para tudo que lhe aprouver, despede-se com um cordial abraço.

BERTA G. RIBEIRO

Resposta do Reitor

Brasília, 13 de julho de 1988.

Ilustríssima Senhora Professora Berta Ribeiro

Professora Berta Ribeiro,

Muito obrigado por sua carta do dia 28/06. Estou plenamente de acordo com suas sugestões, com respeito ao Conselho Consultivo e à Comissão Executiva.

Como a Sra., eu também lamentei, no primeiro momento, a suspensão do Museu do Índio, do seu local inicial. Entretanto, creio que a mudança feita será de grande vantagem para a cidade de Brasília, que ganhará um Museu de Arte Moderna e um Museu do Índio na UnB.

De nosso ponto de vista, da Universidade, esta mudança preenche uma velha aspiração de implantar um Centro de Estudos de Culturas Indígenas, especialmente nas áreas de Antropologia e Linguística. Com o Museu, este Centro estará consolidado, além de passar a fazer parte do complexo de museus que era previsto na concepção inicial da UnB e que estamos agora implantando.

Cabe lembrar que todos estes projetos dependem de seu apoio técnico, como pioneira no assunto. Neste sentido, reafirmo o nosso interesse de outra vez fazê-la candanga, agora "com direito a casa própria".

Cristovam Buarque
Reitor



JOSÉ CARLOS MELLO

Os Transportes Urbanos



Unidade que nos transportes coletivos impõe longos percursos, por isso mesmo elevando o custo das passagens, Brasília não parece ter outra saída senão utilizar uma tecnologia com maior capacidade, como o metrô leve de superfície, proposto pelo Instituto Mauá.

O projeto urbanístico do Plano Piloto, a distribuição espacial das cidades-satélites e o acentuado crescimento populacional criaram uma situação peculiar em Brasília, no que diz respeito ao deslocamento das pessoas, principalmente as de menor poder aquisitivo, não aquinhoadas pelos meios de transportes individuais.

A mistificação do automóvel é marcante em todas as fases da concepção da cidade. A ponto de termos um Plano Piloto cortado por uma via expressa quando todas as cidades fogem do convívio com as rodovias, construindo vias de contorno, anéis periféricos e vias de circulação destinadas a isolar o tráfego rodoviário de suas áreas centrais, mais densamente povoadas.

Contribui decisivamente no agravamento dessa questão a baixa densidade ocupacional do Plano Piloto, ditada por preceitos de uso do solo que provocaram e continuarão provocando o surgimento de longos percursos, com número relativamente baixo de passagerei-

ros. Isso se reflete na frequência das viagens, obrigatoriamente reduzida fora dos horários de pico e numa tarifa conseqüentemente mais elevada que em outras áreas urbanas do mesmo porte.

A mania de criar longos percursos foi-se consolidando ano após ano, com o assentamento das cidades-satélites, distantes até mais de 50 quilômetros do Plano Piloto, grande gerador de empregos do Distrito Federal. Hoje vivemos a paradoxal situação de ter 75% da população vivendo nas cidades-satélites, e 75% dos empregos gerados no Plano Piloto, situação que tende a se consolidar ao longo dos anos, por mais que esforços sejam feitos para reverter essa tendência.

Os empregos na quantidade requerida só seriam gerados através de um processo maciço de industrialização, com uso intensivo de mão-de-obra em detrimento do capital. Ora, a mentalidade elitista de Brasília, que faz com que as pessoas às vezes esqueçam até que ela é capital do Brasil, e pensem que é capital de algum rico país euro-

peu, tende a pensar em indústrias sofisticadas, de alta tecnologia, incapazes de gerar em número necessário os empregos para essa mão-de-obra migrante de regiões pobres do país, em geral desqualificada, exceto para a construção civil.

Brasília está no meio de uma região de grande futuro como produtora primária, numa primeira fase, e que, numa segunda etapa, poderá ser importante pólo agro-industrial.

A geração de empregos industriais nas cidades-satélites, embora desejável, é de difícil equacionamento a curto e médio prazos. É ainda conflitante com um plano mais amplo de desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília, pelo menos de seu entorno mais próximo, que, uma vez industrializado, seria capaz de construir um cinturão de proteção de Brasília, pela capacidade que teria de absorver pelo menos parcela dos fluxos migratórios que hoje buscam a capital da esperança. X

O crescimento populacional do Distrito Federal tem causas que extrapolam suas fronteiras, no centro do país. Por elas passam as correntes migratórias originadas nas regiões mais pobres do Nordeste, que buscam melhores oportunidades no Sudeste, encontrando no meio da caminhada Brasília. Inspiram-se na vaga esperança de sucesso, no exemplo de um parente que para cá veio há anos, já tem uma casa, emprego e os filhos encaminhados. Essas pessoas vão ficando e Brasília vai crescendo, inchando, de maneira incontrolável. Isso se constitui no maior desafio contemporâneo aos planejadores e administradores públicos, pois as demandas por serviços e equipamentos urbanos são crescentes, sem possibilidade de atendimento e cumulativas ano a ano, frustrando as tentativas dos responsáveis pela sua gestão.

Na década de 60, a Capital cresceu 14,4% ao ano; na de 70 teve a sua população aumentada em 8,15% a cada ano e na década atual cresce a 5,0%. São taxas bem superiores à média brasileira e incomparavelmente maiores que as dos países desenvolvidos. A projeção para o ano 2.000, daqui a apenas 12 anos, é que a população urbana do Distrito Federal será de 4 milhões de habitantes.

Ante este número é fácil imaginar a deterioração da qualidade de vida, na Capital da República em

futuro próximo, caso não sejam começados hoje projetos de grande porte em quase todos os setores da infra-estrutura urbana: saneamento, abastecimento d'água e transportes, que devem ter atenção especial por exigirem grandes investimentos iniciais, e ter, em geral, maturação lenta.

No caso dos transportes, a situação é aflitiva.

Além daqueles problemas originários da concepção urbanística básica do Plano Piloto, e da localização das cidades-satélites em relação aos pontos geradores de emprego, vários sinais de patologia do sistema de transportes são observados nos dias de hoje, dentre os quais podem ser destacados a exagerada lotação nas horas de pico, perto de 10 passageiros/m², quando o desejável seriam 6, e o elevado número de acidentes envolvendo ônibus.

O transporte público urbano em Brasília é realizado por quatro empresas, sendo uma estatal, que utilizam um total de 1.468 ônibus. A frota tem a idade média de 5,1 anos, o que é um dado favorável.

As características básicas dos transportes coletivos no Distrito Federal são:

A base de transporte é o chamado serviço convencional, com suas linhas circulares e de ligação. Este tipo de transporte é aquele que tem como atividade principal a ligação das cidades-satélites ao Plano Piloto.

O dado mais interessante a verificar na tabela acima é o IPK (Índice de passageiros por quilômetro), extremamente baixo, bem menos do que seria desejável para o estabelecimento de uma política tarifária razoável. Ele indica um reduzido número de passageiros por quilômetro percorrido, devido principalmente aos longos trajetos existentes entre as cidades-satélites e o Plano Piloto.

Outro problema é o relativo à ociosidade da frota nas horas de menor movimento. Parte dos custos operacionais não cessam de correr, mesmo quando os veículos encontram-se parados. A ocorrência desta ociosidade é devida às características de renda da população, às longas distâncias que são percorridas e à falta de renovação de passageiros durante os percursos, entre as cidades-satélites e o Plano Piloto, gerado pela falta inexistencial de adensamentos populacionais ao longo dos trajetos per-

corridos. Aqui cabe uma observação: as linhas de ligação das cidades-satélites Plano Piloto possuem características operacionais de linhas interurbanas e no entanto devem ser tratadas como se urbanas fossem. Isto traz graves problemas ao estabelecimento de uma política tarifária justa. As linhas de ligação são as mais utilizadas pelos usuários, respondendo por 60% da demanda, e nelas ocorre o menor IPK: 1,7.

A ociosidade e a superlotação na hora do pico fazem com que a frota tenha de ser maior do que desejável. No quadro abaixo será possível comparar o IPK e a frota per capita de Brasília, comparativamente a outras capitais brasileiras:

INDICADORES OPERACIONAIS

Cidade	IPK	PMM	Ônibus por 1.000 Habitantes
Brasília	2,00	6.544	1,00
Rio de Janeiro	2,79	7.769	0,94
São Paulo	3,41	5.884	0,87
Recife	2,81	7.436	0,68
Salvador	2,96	7.812	0,94
Belo Horizonte	2,84	6.682	1,00
Porto Alegre	3,51	4.958	1,24
Belém	4,29	7.345	0,80
Fortaleza	3,31	6.969	0,66
Curitiba	3,91	5.995	0,97

Fonte: EBTU. Transporte Público, Registro, outubro de 1987
IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1985

Obs.: IPK - Índice de Passageiros por Quilômetro. Índice que divide o custo operacional unitário (Cz\$/Km) para resultar o custo por passageiro.

PMM - Percurso médio mensal. Indicador para cobertura dos custos operacionais fixos.

Serviço	Número de Linhas	Passageiros/Dia	IPK	PMA	Recurso Médio das Linhas /Km
Convencional	323	770.000	2,05	77.000	49
Executivo	19	17.000	0,84	49.000	62
Vizinhança	20	6.900	0,55	49.000	28

Fonte: DTU/SSP, outubro de 1987

SUSUKI/GDF



O sistema de transportes coletivos de Brasília já não atende às crescentes necessidades da capital

Tendo em vista essas evidentes dificuldades, o Governo do Distrito Federal estabeleceu, a partir de junho de 1986, um novo modelo de exploração dos transportes coletivos, baseados nos aspectos principais:

1. Estabelecimento de um Regulamento para os Transportes Públicos

Através do Decreto nº 10.062 de 05 de janeiro de 1987 são definidas as funções de cada componente do sistema de transportes. A alteração mais importante foi quanto à forma de delegação dos serviços. A concessão não é mais por linha ou por zona de operação, mas por frota, cabendo ao Departamento de Transportes Urbanos, o poder concedente, planejar a distribuição dos veículos como um todo.

O regulamento limitou, ainda, a 30% a participação máxima de cada empresa no sistema.

2. Remuneração dos Serviços

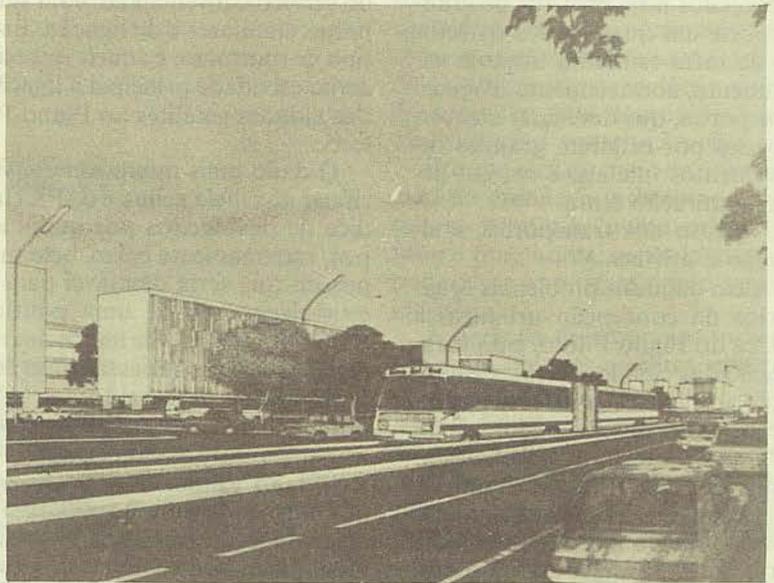
Foi introduzido o sistema denominado CAIXA ÚNICO, a partir do qual a receita obtida pela venda do serviço é pública, cabendo às empresas o pagamento pelos serviços prestados, em função da quilometragem rodada.

3. Subvenção ao Usuário

O uso do subsídio ao usuário do transporte coletivo é prática universal, independente do sistema de governo adotado. Sejam economistas, socialistas ou capitalistas, mesmo naqueles em que poucos setores são subconvençados, há subsídio ao transporte coletivo urbano.

No Brasil, cuja economia é fortemente subsidiada, são poucos os setores que não gozam de algum benefício governamental. Os transportes urbanos são subsidiados só excepcionalmente, não como regra geral, o que até certo ponto é um paradoxo difícil de compreender. É, sem dúvida, uma exceção dentre os países que de uma forma ou de outra se preocupam em estabelecer uma política para os seus transportes coletivos. O paradoxo brasileiro nesta área é tal que há subsídio ao transporte por táxi,

SUSUKI/GDF



A opção pelo pré-metrô (foto acima, maior) foi tomada depois de estudadas várias alternativas (fotos menores): a via exclusiva, o ônibus articulado, o trólebus articulado, o sistema elevado, o metrô, e, enfim, o pré-metrô, com diversas estações previstas para o Plano Piloto, ligando-o às satélites

SUSUKI/GDF



utilizado somente pela população de maior poder aquisitivo, e para o automóvel individual, através da subvenção ao álcool.

Em Brasília, graças à introdução do Caixa Único, foi possível subsidiar a passagem do usuário de baixa renda. Sem essa política, após o descongelamento de preços posterior ao Plano Cruzado, as tarifas ficariam totalmente incompatíveis com a renda do usuário. O nível de subsídio chegou a 38% do custo da passagem.

4. Controle da Operação

O sucesso de qualquer plano de transporte está intimamente ligado à sua fiscalização, pois a falta de um controle efetivo da operação fatalmente leva ao fracasso qualquer plano de transportes. No caso de Brasília foi criado o SITUR - Sistema de Informação sobre os Transportes Urbanos, buscando três tipos de dados:

- quilometragem percorrida, em função das frequências preestabelecidas;
- quilometragem efetivamente percorrida;
- quilometragem admitida em cada linha em função do Regulamento.

Uma viagem, por exemplo, não será remunerada se estiver fora dos padrões estabelecidos pelas tabelas horárias, que fixam as frequências de viagens.

5. Custos Operacionais Unitários

A base para remunerar o serviço é a quilometragem efetivamente percorrida, ou seja, o custo operacional por quilômetro. Para isto são analisados:

- formação do custo operacional;
- percurso médio anual de cada empresa;
- quilometragem real morta em cada empresa.

A introdução de novo modelo operacional possibilitou uma série de melhorias no sistema, desde um melhor controle dos aspectos do transporte: limpeza e segurança dos veículos, cumprimentos das tabelas horárias e, principalmente, um aumento da quilometragem rodada, ou seja, uma ampliação da oferta de transporte ao usuário, que passou de 8,5 milhões de qui-

lômetros por mês para 10,1 milhões de quilômetros rodados, aumentando o rendimento do material rodante em 11%, o que apresentou um notável acréscimo na capacidade de transporte.

Paralelamente, a partir de maio de 1987 o Governo do Distrito Federal introduziu um programa de renovação de frota, visando à substituição dos veículos mais velhos, com custo operacional mais elevado e menor confiabilidade, por outros mais novos. Em que pese o programa ter sido cumprido apenas parcialmente, ele possibilitou a entrada em circulação, até junho de 1988, de 336 novos veículos.

Pode-se dizer que o transporte coletivo por ônibus está tendo tratamento adequado, a despeito de uma série de dificuldades, principalmente as relativas à impossibilidade da companhia estatal, a TCB, de renovar a sua frota, face à decisão do Governo Federal de restringir empréstimos para estados e municípios.

O problema maior é relativo à incapacidade do sistema rodoviário de atender às crescentes demandas, nos eixos de maior concentração de tráfego nas horas de pico. A ligação Ceilândia, Taguatinga e Guará ao Plano Piloto é feita de maneira cada vez mais precária, e por causa do crescimento constante de demanda e degradação do sistema será progressiva.

De modo a estudar melhor este trecho do sistema, o GDF contratou, ao Instituto Mauá de Tecnologia, o "Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica de Sistemas Alternativos de Transporte de Massa no Distrito Federal", que mediante análise do uso do solo, dos aspectos demográficos, dos fluxos de transporte de alternativas tecnológicas, recomendou estudos para a implantação, no percurso mais carregado, de uma tecnologia leve sobre trilhos, um metrô leve ou veículo leve sobre trilhos. Essa tecnologia é habilitada a atender adequadamente às demandas existentes e, através de melhorias progressivas em sua capacidade, chegar a transportar até 35.000 passageiros/hora.

Não há como fugir do emprego de uma tecnologia de maior capacidade. A rodoviária, atualmente, emprega no eixo mais carregado; operária de forma integra-

da ao transporte ferroviário, como sistema alimentador.

O adiantamento da operação de um sistema de maior capacidade trará, sem dúvida alguma, problemas sérios de locomoção à população mais pobre.

Paradoxalmente, a capital que deveria ser símbolo de modernidade, poderá contemplar a virada do século sem ter seu problema de transportes modernamente adequado às necessidades. Ao contrário de outros sítios, igualmente patrimônios da humanidade, como Atenas e Roma, só para citar dois dos mais expressivos, que souberam acompanhar a evolução tecnológica no campo dos transportes, sem perder os seus valores históricos, caso contrário, junto ao Coliseu romano não haveria uma estação do metrô e uma linha de bondes, mas quem sabe uma pista pra bigas, Brasília não conseguirá compatibilizar sua monumentalidade com o bem viver cotidiano das pessoas. A não ser que se decida encarar o problema imediatamente.

GILBERTO PAIM

População e mão-de-obra

O problema habitacional em Brasília é grave, e se agrava cada vez mais em função do constante fluxo migratório, que provém mais — ao contrário do que se supunha — das regiões urbanas de outros estados que da área rural. No entanto, mantém-se um índice crescente de serviços básicos para as residências em toda a capital, e o Governo se esforça para superar o problema habitacional, apesar da queda de investimentos.

Os problemas de infra-estrutura, que se acumulam nos últimos quinquênios, criaram impasses transitórios tendentes a torná-los aparentemente maiores do que a capacidade dos governantes para resolvê-los a contento. Sua solução está traçada nos projetos que integram o programa do atual governo. A tendência a exagerar a dimensão desses problemas parece suscitada pela aproximação da década de 90, em cujo primeiro ano é provável que a população do DF alcance os dois milhões de habitantes. E o fato de o Distrito Federal disputar com Fortaleza o quinto lugar entre as capitais mais populosas do País, menos de trinta anos após a inauguração de Brasília como sede do Governo Federal, contribui para que se exagerem as dificuldades do processo de metropolização deste trecho do Planalto. No entanto algumas ocorrências ampliaram a dimensão dos problemas colocados diante da administração pública.

O declínio dos investimentos públicos no primeiro quinquênio des-

ta década provocou agravamento sensível de certos problemas da área social, inclusive o habitacional com a sua infra-estrutura de água e saneamento. As conseqüências não se fizeram esperar. Manifestaram-se sob várias formas, inclusive a falta clamorosa de habitações para as camadas sociais de baixa renda. A exibição pública de aspectos socialmente deploráveis dos problemas acumulados já causava a revolta dos brasilienses antes mesmo da posse do Governo José Aparecido de Oliveira. De modo que a atual Administração do DF se deparou de súbito com a necessidade de investimentos maciços para fazer face a problemas de solução demorada. A demanda insatisfeita de serviços públicos talvez pudesse ser ilustrada com uma das facetas da queda dos investimentos. Baixaram de forma insuportável as aplicações de recursos na área habitacional, por exemplo. O valor dos contratos firmados a preços corrigidos pelo Banco Nacional da Habitação, no período de 1982 a 1984, caiu de forma dramática. Os empréstimos para Brasília

baixaram de 57 bilhões de cruzeiros para apenas 35 bilhões, no período; os financiamentos habitacionais caíram de 184 bilhões para apenas 72 bilhões; e os investimentos em abastecimento de água e sistema de esgotos baixaram de 295 bilhões para 115 bilhões. Seguiram direções opostas às necessidades gritantes da população e aos investimentos em desenvolvimento urbano.

Na atualidade, uma visão otimista do futuro ficará na dependência da seqüência que se der aos investimentos em serviços públicos básicos e à política de desenvolvimento industrial instaurada pelo atual Governo. As duas condições aqui apontadas terão decisiva influência na evolução demográfica e social do DF durante as próximas décadas. E se forem ambas devidamente observadas, não haverá razões que levem a supor que Brasília deixará de preencher os requisitos essenciais para manter-se à altura como sede do Governo da República.

Não são de menor importância os fatores que atenuam o drama da expansão populacional brasiliense. Em primeiro lugar as cidades-satélites acham-se muito dispersas e ocupam parcela ínfima do território do DF. Essa distribuição geográfica deixa as três maiores delas a mais de vinte e cinco quilômetros do Plano Piloto. É o caso de Ceilândia, Taguatinga e Gama, que abrigam mais da metade da população do DF.

O espectro das migrações, todavia, se constitui num sério fator de perturbação dos espíritos. Como somente os resultados do recenseamento de 1990 nos darão o quadro exato da contribuição dos migrantes à expansão demográfica do DF, no curso desta década, a falta de dados atualizados deixa os brasilienses entregues a análises do fenômeno com base nos dados do Censo de 1980, ano em que os não naturais do DF totalizavam 803.864 habitantes. Havia nesse total 5.546 estrangeiros e pequena parcela de pessoas sem declaração de tempo de residência.

Migrantes dominam

É curioso observar que os dados censitários do IBGE dão os não naturais do DF como representando um pouco mais de dois terços da população de 1.176.935 encontrada em 1980. Trata-se de fenômeno único na história do País. Nenhuma cidade brasileira com mais de um milhão de habitantes jamais abrigou dois terços de migrantes. Os problemas

da acomodação social no DF poderiam ter produzido aspectos muito mais dramáticos, à vista da massa da população advéncia formada em pouco mais de dois decênios.

A situação do domicílio dos migrantes em suas origens nos leva a destacar que seiscentos mil deles procederam da zona urbana e que cerca de duzentos mil vieram da zona rural. Torna-se digno de registro o fato de que dois terços procederam da zona urbana, o que nos leva a especulações sobre o potencial das migrações na direção do DF. Se considerarmos que os não naturais do DF procederam, em pouco mais de oitenta por cento, do Nordeste, de Goiás e de Minas, constatamos que em 1980 a população conjunta das três áreas somava 52 milhões de habitantes. Os 640 mil migrantes procedentes das mesmas representavam apenas 1,2 por cento desse total. Essa percentagem ínfima destaca as potencialidades das migrações para Brasília, de vez que nas citadas regiões as suas populações em maioria se encontram situadas nas faixas de renda baixa e assim acham-se predispostas à aventura do deslocamento para áreas mais desenvolvidas.

Observe-se que, em 1980, a população rural brasileira era de apenas 23 mil pessoas, das quais quatorze mil residiam na zona rural em suas

origens. O fato ressalta a preferência pela zona urbana da esmagadora maioria dos migrantes de origem rural, que naquele ano totalizavam 197.307 pessoas. Isto significa que apenas sete por cento dos que em suas origens residiam na zona rural se decidiram a morar na área agrícola do DF.

A maioria é urbana

Essa constatação fortalece a tese de que a população total das regiões mais pobres continuará como a fonte alimentadora da expansão demográfica brasileira. Sobretudo, os dados comentados esclarecem outros aspectos do problema. Por exemplo, não encontram apoio na realidade as suposições de que (1) os migrantes são em maioria de origem rural, quando na verdade os que antes moravam no campo representam apenas uma terça parte, e de que as populações urbanas das demais regiões produzem menos migrantes, quando do total de não naturais do DF dois terços procedem da zona urbana. Os números do Censo de 80 desfizeram idéias imprecisas a respeito, mas não deixaram de dar uma dimensão muito maior ao potencial de migrantes das regiões mais pobres para o DF. Os dados a seguir apontam as origens de 81,3% dos migrantes em 1980:

Origens dos habitantes não naturais do DF			
Origens	Há menos de dez anos	Total	
Maranhão	33.824	46.539	
Piauí	38.517	61.817	
Ceará	39.693	71.400	
RN	10.988	23.582	
Paraíba	22.927	48.442	
Pernambuco	15.646	33.585	
Alagoas	1.428	5.016	
Sergipe	1.557	4.220	
Bahia	33.271	67.017	
	Subtotal	197.851	361.618
Minas	76.181	170.118	
Goiás	86.139	121.558	
	Total	360.171	653.294

Os 653.294 representam 81,3% dos migrantes encontrados pelo Censo de 1980, o que ressalta a predominância do Nordeste e dos estados de Goiás e Minas como fontes de migrações para Brasília e cidades-satélites. Resta apontar Taguatinga e Ceilândia como as duas cidades-satélites que absorvem os maiores contingentes de migrantes, seguidas de longe pelo Gama. Salientemos que cerca de quarenta e oito por cento dos maranhenses, piauienses, cearenses e baianos se localizaram até 1980 nas duas cidades. Dos nordestinos, destacaram-se os paraibanos com nada menos de 53% do respectivo total. Seguiram-se os goianos com 45% e os mineiros com 40%. Essa preferência conduziu para as duas cidades aproximadamente trezentos mil nordestinos, goianos e mineiros dos 483 mil habitantes que ambas possuíam no ano do último censo. Os dados a seguir discriminam migrantes distribuídos por três das cidades-satélites e Brasília:

Migrantes em Cidades-Satélites e Brasília				
Origens	Taguatinga/ Ceilândia	Gama	Brasília	Total
Maranhão	22.176	5.509	15.330	46.539
Piauí	29.957	9.324	15.291	61.817
Ceará	33.469	10.046	20.555	71.400
RN	10.194	3.031	7.177	23.582
Paraíba	25.639	6.640	10.353	48.442
Pernambuco	14.287	4.770	11.149	33.585
Alagoas	1.661	481	2.405	5.016
Sergipe	1.333	439	1.881	4.220
Bahia	31.403	8.954	17.243	67.017
Minas	68.105	18.206	62.953	170.118
Goiás	55.133	11.743	34.988	121.558
Soma	293.357	79.143	161.736	653.294
%	44,9%	12,1%	24,7%	

As favelas surgem em toda parte, e crescem desordenadamente



O dado referente a Brasília desfaz outro equívoco, ou seja, o de que, procedendo em sua maioria de zonas pobres, a totalidade desses migrantes se comporia de pessoas desvalidas, dispostas a instalar-se na periferia das cidades-satélites ou em habitações provisórias em áreas faveladas. O fato de que uma quarta parte dos migrantes pode residir no Plano Piloto demonstra que a escolha de Brasília como objetivo da mudança ocorre a uma parcela ponderável dos adventícios. Por sua vez, nem todos os goianos, mineiros e nordestinos que chegam às cidades-satélites estão sob o domínio da pobreza absoluta. Esse raciocínio nos revela um horizonte mais amplo das migrações, de vez que os migrantes são pessoas de todas as classes sociais.

No entanto, a escala das migrações neste decênio somente nos será dada pelo Censo de 1990, cujos resultados pormenorizados aparecerão alguns anos depois. Perdurará a dúvida, até lá. Quanto aos migrantes encontrados em 1980, cerca de sessenta por cento deles haviam chegado a Brasília menos de dez anos antes, sendo de cerca de 47 mil a média anual de entrada, em comparação com a média anual de cerca de 22 mil pessoas nos quinze anos anteriores a 1970. É oportuna a observação de que no triênio anterior ao Censo de 80 o ingresso médio anual foi de aproximadamente sessenta mil migrantes. Até o último ano citado havia uma tendência ao aumento das médias anuais. Temos de aguardar para ver se se manteve essa tendência, embora nenhuma razão nos faça crer que a chegada de migrantes tenha declinado a ponto de se refletir no abrandamento das pressões múltiplas sobre os serviços públicos urbanos da Capital Federal. Ao contrário, o surgimento de favelas, nos últimos anos, e o enorme contingente de pretendentes a casa própria nos inclinam a supor que os recém-chegados das mais diferentes partes do País formam correntes que dificilmente poderão ser plenamente absorvidas a prazo curto.

Se pudéssemos considerar estritamente comparáveis os dados do Censo de 1980 com os da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada em 1985, constataríamos o crescimento da população economicamente ativa, PEA, da ordem de 34,2%, no período. De acordo com o Censo de 80, a força de trabalho do DF totalizava 473.182

pessoas, em comparação com as 635.019 apuradas pela Pesquisa de 85. A diferença de 161.837 pessoas representa um acréscimo de fato substancial. Levando-se em conta que os dados discriminados não são comparáveis, apresentaremos a seguir apenas os números da PNAD relativos aos vários ramos de atividade:

Setor agrícola	16.594
Indústria de transformação	30.111
Indústria da construção	38.461
Outras atividades industriais	9.903
Comércio de mercadorias	87.115
Serviços auxiliares da atividade econômica	30.706
Transportes e comunicações	31.130
Prestação de serviços	155.284
Setor social	82.887
Administração pública	116.154
Outras atividades	36.674
Soma	635.019

No Distrito Federal, todas as atividades econômicas são dependentes da administração pública, o setor de renda mais alta e o segundo pelo número de pessoas ocupadas. Do lado oposto desse nível de renda situa-se a prestação de serviços, a qual ocupa o maior número de pessoas. Aliás, nenhum ramo de atividade se equipara à administração pública em termos de renda. Como frisamos, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios não pormenoriza os dados como ocorre nas publicações do Censo, por isso que as percentagens da distribuição de renda entre os diferentes ramos de atividade resultam de dados constantes do Censo de 1980, excluídas as pequenas parcelas dos sem declaração:

Ramos de atividade	Até 2	de + de 2 a 5	de + de 5 a 10	+ de 10
Ind. de transform.	% 52,4	34,2	7,3	5,1
Ind. da construção	% 66,7	26,7	3,6	2,6
Comércio	% 55,5	28,7	9,0	6,7
Transportes & Comunicações	% 32,1	48,7	10,7	8,0
Prestação de Serviços	% 75,7	16,1	3,9	3,0
Atividades sociais	% 36,0	33,7	16,4	12,4
Administ. pública	% 23,2	37,0	19,7	19,8

Com respectivamente 19,7% e 19,8% do seu pessoal ganhando mais de 5 salários-mínimos e mais de 10, a administração pública é o setor que preside as demais atividades. Em virtude desse nível de renda, 63,6% das pessoas ocupadas nesse ramo tinham residência no Plano Piloto. As demais, representando 36,4% do total, moravam nas

cidades-satélites, sofrendo por isso o seu baixo nível de renda o impacto do elevado custo do transporte para Brasília.

O transporte encarece

No pólo oposto se encontra a prestação de serviços, onde 75,7% do pessoal ocupado ganhavam até dois salários-mínimos e a parcela que percebia mais de dez salários mínimos se reduzia a 3,0%. Mais de 63% dos integrantes dessa categoria de trabalhadores moravam em 1980 nas cidades-satélites, inclusive cinquenta mil deles em Taguatinga/Ceilândia (ou cerca de quarenta por cento do total) e cerca de quinze mil no Gama (ou onze e meio por cento). Como a prestação de servi-

cos é o ramo de atividade onde a esmagadora maioria auferia renda muito baixa, a localização da maioria nas cidades-satélites implica um elevado dispêndio com transporte para os que trabalham em Brasília.

Na prestação de serviços os que percebiam até um e meio S.M. formavam maioria considerável e se distribuíam por uma vasta gama de ocupações, que abrangiam os empregados domésticos, em hotéis e pensões e atendentes de bar e lanchonete, assim como os cabeleireiros, maquiadores, manicures, lavadeiras, passadeiras e engraxates, os atletas profissionais, os porteiros, ascensoristas, vigias, serventes e contínuos. E nas ocupações de baixa renda, não declaradas ou mal definidas, se encontram os dedetizadores, guardadores de automóveis, guardas sanitários, jardineiros, lixeiros, lubrificadores, trabalhadores braçais sem especificação, bilheteiros no serviço de diversões etc.

Observe-se que há quatro subgrupos no grupo dos que ganham até dois S.M. Na indústria da construção, 66,7% do pessoal ocupado percebiam em 1980 até dois salários-mínimos, ressaltando a dimensão do

contingente com esse nível de renda.

Por sua vez, nas ocupações do comércio e atividades auxiliares estão os comerciantes por conta própria, os vendedores, os operadores de caixa, os repositores de mercadorias e demonstradores, e à sua margem estão os feirantes, aguadeiros, doceiros, quitandeiros e fruteiros, peixeiros e leiteiros e outras ocupações do comércio ambulante; nas atividades auxiliares encontram-se os vendedores de jornais e revistas, os viajantes, representantes e praticistas, havendo em outras ocupações do comércio pessoas com melhor remuneração, como os corretores de seguros, imóveis e de títulos e valores, avaliadores e leiloeiros e outros agentes e corretores.

Serviços básicos

Ao mesmo tempo, as percentagens mais altas de pessoas com mais de 5 e mais de 10 salários-mínimos nas atividades sociais explicam-se pelo fato de que aí estão incluídos os que trabalham na Previdência Social pública e privada, em sindicatos e associações de classe, instituições científicas e tecnológicas, ins-

tuições culturais, culto e atividades auxiliares, entidades desportivas e recreativas, organizações cívicas e políticas.

A posição ímpar que a Capital Federal ocupa entre as cidades capitais do País também se destaca pelos serviços básicos que tornam bastante razoáveis as condições de existência da sua população. Diante do Rio de Janeiro, onde quarenta por cento da população vivem em favelas desprovidas dos elementos indispensáveis a uma vida higiênica, Brasília e parte das cidades-satélites são um pequeno paraíso. Pois, não obstante a população do DF ter crescido vinte e cinco por cento nos primeiros cinco anos desta década, foram mantidos em nível muito alto os percentuais de domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água. Os domicílios assim abastecidos representavam em 1985 cerca de 95% do total. O lixo era coletado em 338.281 domicílios (94,2% do total), ao passo que 339.605 outros (97%) estavam ligados à rede de iluminação elétrica. O número de proprietários de casa própria elevou-se de 113.764 para 178.876, crescendo 65.112, ou 57,2%, ou mais do dobro do crescimento da população (25%). No mesmo quinquênio, o número de domicílios alugados crescia cinquenta por cento, dado esse que revela uma espantosa capacidade do DF para acomodar a maior parte da população em crescimento.

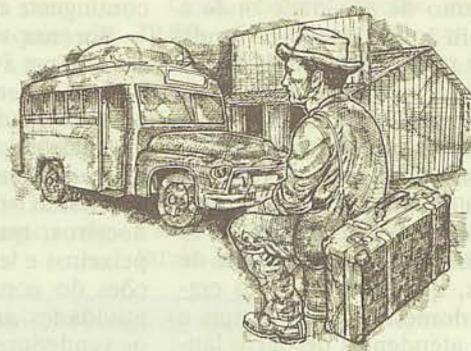
Por sua vez, o Censo de 1980 informa que em 97% dos domicílios havia fogão, e em 95,6% havia gás de botijão. A geladeira estava presente em 69% das residências e o automóvel em 33,4%, percentuais que perdiam para os da TV, presente em 81,5% dos domicílios. Indica o ímpeto da expansão urbana o fato de que 81.692 dos domicílios (32,4% do total) estavam ocupados há menos de um ano pelas pessoas recenseadas em 1980. Os que estavam ocupados há menos de dois anos somavam 55.883 (ou 22% do total). Não há dados que se assemelhem a estes para espelhar a velocidade com que se expande a zona urbana brasileira. Somente um ritmo intenso da construção residencial permitiria que a maioria esmagadora da população habitasse casas e apartamentos com o mínimo indispensável de conforto, indicado pelo uso de água encanada, fogão a gás, eletricidade, geladeira, rádio e TV.



As invasões são a marca da migração desordenada (esq.), e o Governo tenta minorar o problema construindo casas em regime de mitrão (abaixo)



YÊDA VIRGÍNIA BARBOSA



Vila Planalto, preservação da memória de Brasília

Com a inclusão de Brasília na lista do patrimônio mundial, a cidade passou a olhar também para seu recente patrimônio histórico, especialmente para a Vila Planalto, que guarda em cada casa, em cada morador, a memória dos dias heróicos da construção de Brasília.

Ao comemorar seu 28º aniversário, Brasília, primeiro monumento contemporâneo a compor a lista de bens do Patrimônio Mundial, teve reconhecido como patrimônio cultural um dos mais importantes acompanhamentos pioneiros, remanescente do período de sua construção — a Vila Planalto, berço da nova capital do País.

Essa data marca uma conquista pela população, por seu espaço e por seus direitos, a partir de uma incessante luta que também completa 28 anos, estabelecendo um marco definitivo na história de Brasília, e sobretudo na história da Vila Planalto. Com esse ato, a cidade chama a si a responsabilidade de salvaguardar esse patrimônio cultural, presente em cada lugar, em cada morador desse acampamento, através dos quais pode-se reconstituir o surgimento da cidade.

Esse ato encerra uma carga altamente simbólica, na medida em que assegura a permanência dos moradores na Vila e, especialmente, reconhece a importância das relações entre a estrutura social e o espaço físico. Esse é, contudo, apenas um passo à frente no que está por vir, sendo o momento propício para avaliar o seu significado para a Vila e para o Governo do Distrito Federal, pois, da postura agora assumida por ambos, dependerá o êxito da tarefa de fixação e a possibilidade de reprodução desta experiência em outras realidades que enfrentam problemas da mesma natureza.

A partir da inauguração de Brasília, vão-se con-

cluindo as obras das empresas construtoras e paulatinamente vão-se desativando seus acampamentos, localizados na Vila Planalto; acampamentos inteiros, pertencentes ao conjunto, vão sendo erradicados, seus ocupantes dispersados para as cidades satélites e para trechos da própria Vila, que teve sua área reduzida a aproximadamente um quinto, restando apenas 6 dos 22 acampamentos iniciais; as construções em madeira, interpretações dos princípios da arquitetura moderna, vão se deteriorando e, simultaneamente, vai sendo reforçada a convicção dos moradores de ali permanecer, assegurando a vitalidade do núcleo, tido por provisório, e que, com o passar do tempo, consegue consolidar-se.

A excepcionalidade da Vila enquanto testemunho de época; as relações de vizinhança mantidas entre os acampamentos remanescentes; a peculiaridade de sua estrutura urbana, retratando a fusão dos princípios do urbanismo moderno e da organização urbana tradicional; as características de sua mimetização na paisagem; o seu estágio de consolidação sócio-espacial e a contribuição da população na manutenção desse espaço, asseguram a essa população o direito de ter o seu patrimônio reconhecido, como também de obter resposta aos graves problemas de insalubridade e à insuficiência de unidades residenciais, equipamentos urbanos e serviços.

Até chegar ao reconhecimento do patrimônio cultural de Brasília, enquanto tal, uma série de ações de longo prazo foram encetadas, as quais buscavam sensibilizar os vários setores da sociedade e governo acerca da importância da preservação dos bens significativos para a reconstituição da história da cidade. O ineditismo de Brasília obrigou a uma reavaliação do conceito do bem patrimonial, tanto no enfoque temporal como na seleção dos monumentos a serem assim considerados, já que as obras contemporâneas não eram identificadas como potencialmente integrantes do conjunto de bens culturais.

Esse fato teve grande repercussão na imprensa no início da divulgação dos trabalhos do GT-Brasília(*),

(*) GT-Brasília — Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília, criado em 1981, composto pelo Governo do Distrito Federal, Universidade de Brasília e Ministério da Cultura, que tem por objetivo estudar, propor e adotar medidas de proteção ao patrimônio histórico, cultural e natural do Distrito Federal.

onde figuravam novos universos de bens indicados à preservação, considerados até então sem qualquer valor, objeto de sumárias erradicações, como no caso dos primeiros acampamentos de obra, das sedes antigas de fazendas, das paisagens de cerrado, e até mesmo dos marcos referenciais do Plano Piloto.

A consciência dos moradores da Vila, acerca do papel histórico e social desta comunidade no contexto de Brasília, desencadeou questionamentos e reivindicações quanto à precariedade das condições de vida a eles imposta, exigindo definições do Governo do Distrito Federal. Esta atitude vem assegurando a continuidade desse processo, no qual os moradores são, a um só tempo, sujeitos ativos e passivos da história.

Nessa época o enfoque dado à preservação, pelo GT-Brasília, fez ver a segmentos da população que os organismos vinculados ao patrimônio histórico poderiam ser seus aliados na luta pela fixação da Vila, decorrendo disso vários contatos para esclarecimentos sobre alternativas viáveis de proteção dos acampamentos.

Assim teve início, em 1984, o trabalho do GT-Brasília na Vila Planalto, com a formação de uma equipe técnica multidisciplinar, envolvendo vários órgãos e promovendo, desde seu início, a efetiva integração da população a todos os estudos e proposições, ilustrando as questões compreendidas pelo assentamento, garantindo a análise conjunta e a elaboração de alternativas que respondessem, simultaneamente, às necessidades dos moradores e aos princípios de preservação adotados pelo GT-Brasília, identificando aspectos essenciais e problemáticos à comunidade da Vila, juntamente com a análise dos condicionantes responsáveis por sua configuração, uso e apropriação social do espaço.

População e técnicos, juntos

Com o gradativo aumento de participação dos moradores foi sendo evidenciada a heterogeneidade de pensamento dos diversos segmentos componentes da Vila com relação à preservação, pois alguns a viam como ameaça ao direito de melhorias de suas condições de vida, outros a entendiam como inibidora do processo de valorização do solo, para outros, ainda, era desconhecida inteiramente essa opção, assim como as suas possíveis consequências.

Em decorrência da constante troca de conhecimentos entre a população e os técnicos, e conforme os rumos tomados para a definição política da situação da Vila, foram aprofundados alguns aspectos atinentes à fixação, daí gerando a necessidade de buscar a ajuda de organismos dispostos a dar o seu apoio e prestar esclarecimentos, num assunto de tamanha complexidade. Foram revistos alguns conceitos assumidos automaticamente pela comunidade, sem questionar a sua validade, nem tampouco a quem sua aplicação geralmente atende.

A partir desse exercício conjunto, entre técnicos e população, foram estabelecidos os aspectos fundamentais a serem resguardados e os principais problemas a serem solucionados na fixação. Um dos produtos resultantes desse exercício tomou a forma de um estudo preliminar para o assentamento e preservação da Vila, no qual alcançou-se a conciliação entre a manutenção de sua identidade e o atendimento às questões inerentes a um núcleo vivo e dinâmico, na medida em que é portador de um patrimônio con-

temporâneo, e deve adequar-se às exigências de uma sociedade de natureza mutável.

A questão do valor do solo onde se localiza a Vila Planalto, as previsões de uso para a área, as colocações do urbanista Lúcio Costa em "Brasília Revisitada" com relação à fixação daquele núcleo histórico, a contradição presente no tratamento de bens patrimoniais como simples cenários onde são preteridos os aspectos sociais inerentes a qualquer patrimônio, os contrastes existentes entre os princípios urbanísticos ordenadores daquele espaço e o Plano Piloto e os trabalhos já elaborados para a Vila contribuíram para o equacionamento dos estudos e para a busca de respostas compatíveis com a realidade vista sob todos seus aspectos.

A existência de uma proposta, que atendesse aos anseios de uma parcela significativa da população, respeitasse os princípios de preservação e comprovasse a viabilidade da fixação da Vila, abriu canais de negociação entre os moradores e o governo local, do qual obtiveram a garantia de um estudo aprofunda-

FOTOS SUSUKI/GDF



Com suas ruas tranquilas e as casas típicas, de madeira, a Vila Planalto começa a ser preservada



do sobre o assunto e da participação permanente da Vila através das suas lideranças, em todos os passos do processo. Esse compromisso do governo passou a ser sistematicamente reivindicado pela população que, desde aí, colocou-se em estado de permanente alerta sobre todas as atitudes relativas à Vila Planalto.

Com a decisão do Governo do Distrito Federal, adotada no início do corrente ano, de fixar definitivamente a Vila, foi formada uma equipe de assessoria técnica encarregada de definir parâmetros comuns, que balizassem uma posição oficial com relação ao tombamento e fixação da Vila Planalto. Fizeram parte dessa equipe, em caráter permanente, técnicos do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico, da Fundação do Serviço Social, da Secretaria Extraordinária de Habitação, da Secretaria de Viação e Obras e do Ministério da Cultura — SPHAN/Pró-Memória, sendo que algumas das instâncias citadas já vinham participando ativamente da análise daquela realidade.

Devido à exigüidade do prazo disponível para proceder a estudos apurados dos trabalhos produzidos sobre a Vila, foram proteladas, para posterior exame, questões que exigiam minuciosa análise pelo corpo técnico, o que viabilizaria a ampla participação dos moradores na elaboração e gerência do projeto oficial para o núcleo numa etapa subsequente àquela de seu tombamento e oficialização.

A abertura para a participação comunitária proposta representa um dos maiores avanços alcançados, rumo à preservação da estrutura social da Vila, através da qual pode-se garantir a continuidade das relações sociais estabelecidas ao longo dos trinta anos de existência dessa comunidade.

Os novos rumos da Vila Planalto

O excelente aprendizado alcançado pelos técnicos no trabalho com a população e a incorporação, pela mesma, das questões analisadas conjuntamente, comprovou o êxito do trabalho participativo desenvolvido pelo GT-Brasília na Vila Planalto, evidenciando o potencial de colaboração da comunidade, uma vez que exista, por parte desta, a convicção da validade das idéias e da propriedade das propostas apresentadas.

Buscando adequar as ações governamentais à realidade do conjunto, foram criadas, no ato de sua regularização, instâncias decisórias bastante inovadoras em relação às práticas usuais do governo. A proposta de co-gestão para a Vila traz, em si, um desafio, onde as responsabilidades e riscos na condução do processo são partilhadas, devendo-se garantir a transparência de todas as etapas de estudo, de elaboração e de decisão quanto às sugestões para seu assentamento definitivo, tomando-se sempre por base as trocas de conhecimento, num processo democrático, de ampla discussão e esclarecimento das questões afins e suas implicações, onde os questionamentos daqueles que vivem a realidade do local são tão relevantes como as abalizadas opiniões técnicas.

Dando seqüência a este procedimento conjunto, foi constituído o Grupo Executivo encarregado do assentamento e preservação da Vila Planalto, a ser formado por uma equipe técnica, que contará com representantes dos principais setores envolvidos, preferencialmente de caráter multidisciplinar, devendo

sediar-se obrigatoriamente na Vila. Para representar a instância decisória da população foi criado o Conselho Comunitário, eleito pelos moradores dos diversos acampamentos. O Grupo Executivo deverá contar com a participação permanente de três representantes da população, escolhidos dentre os eleitos para o Conselho, do mesmo modo que este contará com a participação de três representantes do Grupo Executivo, garantindo, assim, a interação entre ambos. Estas duas instâncias exercerão conjuntamente a coordenação dos trabalhos relativos à Vila, dirigindo os rumos de um núcleo histórico de inestimável valor para o patrimônio cultural da cidade.

A possibilidade de empreender um processo inusitado de preservação de um bem contemporâneo, portador de uma dinâmica própria, partilhando a gerência do processo com a comunidade, a partir de sua plena integração como agente da história que ela mesma construiu, é uma atitude despojada, difícil de ser empreendida. Contudo, dependem dessa atitude o destino e o êxito do processo de assentamento e preservação da Vila Planalto, pois somente através de laços muito fortes e o espírito de confiança e colaboração mútua entre os responsáveis é que se fará possível a transposição dos obstáculos que ainda estão por vir.

OSVALDO PERALVA

Brasília e a Unesco

A inclusão de Brasília na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade, em dezembro de 1987, teve a mais ampla repercussão nacional e internacional. Isso se explica pelo próprio fato de que agora, como assinalou o diretor-geral da UNESCO, Federico Mayor, a capital brasileira está sob a proteção da comunidade mundial.

Que significa para Brasília ter sido incluída entre os bens culturais da humanidade, por decisão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)?

Para bem compreender o significado, é preciso recorrer aos fundamentos dessa entidade, criada em 1945. Um de seus objetivos é a proteção do patrimônio cultural e natural da humanidade.

Em um de seus documentos, a UNESCO chega a detalhes didáticos, mostrando como patrimônio se origina da herança paterna e exprime direitos e obrigações vinculados à solidariedade familiar. O conceito se estende depois à aldeia, à cidade, ao país e, finalmente, à humanidade. Daí falar-se em patrimônio universal.

A defesa do patrimônio cultural é uma das missões confiadas à UNESCO. Suas raízes remontam à primeira Guerra Mundial e à Liga das Nações, com seus esforços de cooperação intelectual, e reapareceram em 1945, juntamente com a fundação da ONU.

Também os bens naturais passaram a ser objeto de suas preocupações. Esses bens, culturais ou naturais, devem ter um valor excepcional do ponto de vista ecológico, científico, estético, artístico, histórico, etnológico ou antropológico. Por exemplo, formações físicas, geológicas, hidrográficas ou biológicas. Ou então as grutas de caráter arqueológico, as obras de arquitetura, escultura ou pintura monumentais.

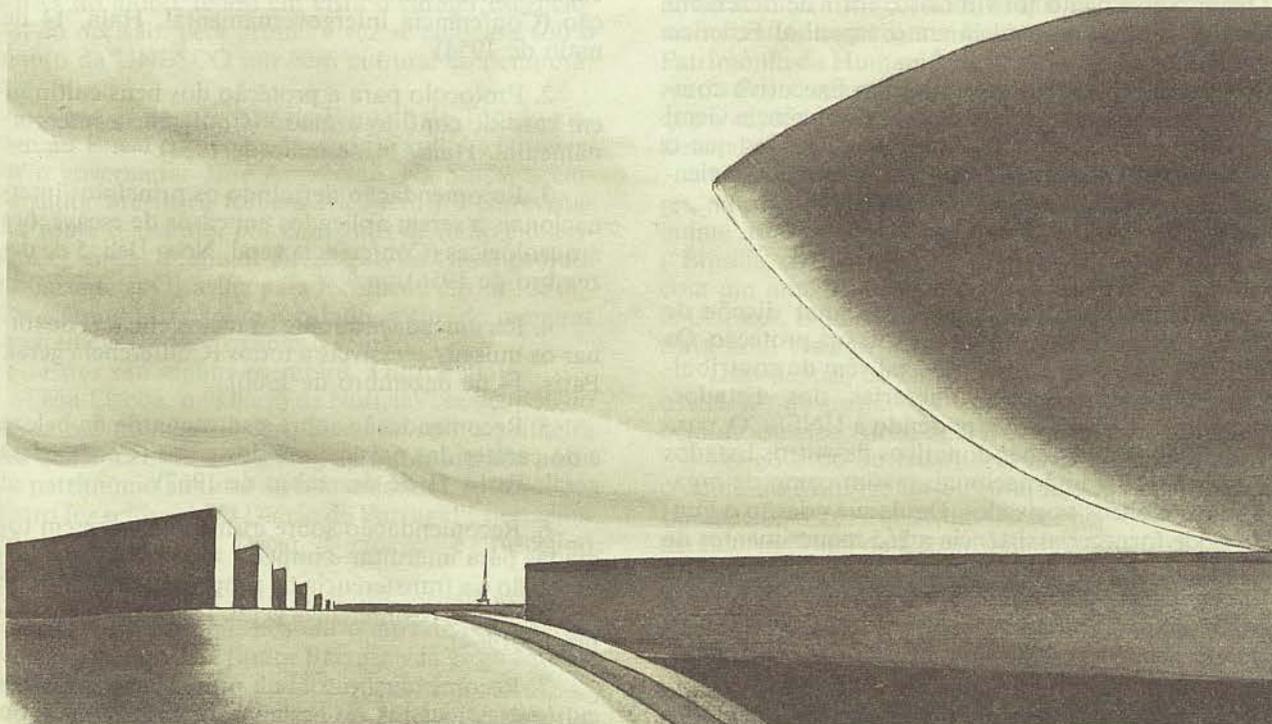
A UNESCO elaborou normas internacionais e nacionais, oferecendo aos vários países assistência para adaptarem sua legislação e administração às exigências da proteção. Três convenções foram particularmente importantes, nesse aspecto, a começar pela que se refere aos bens culturais em caso de guerra (1954) e às medidas contra a pilhagem e o tráfico de obras de arte (1970) até a proteção geral do patrimônio mundial, natural e cultural, votada pela Conferência Geral de 1972, em Paris.

Essa convenção estabeleceu dois princípios:

— Cada país reconhece como primordial incumbência assegurar a conservação do patrimônio mundial situado em seu território.

— Os países reconhecem também que a comunidade internacional tem o dever de cooperar para conservar um patrimônio “universal”.

Cada país faz então um inventário dos bens situados em seu território e que julga dignos dessa proteção. É nessa base que um comitê intergovernamen-



tal, chamado Comitê do Patrimônio Mundial, prepara a lista dos bens a proteger.

Esse Comitê é composto dos representantes de 21 países, eleitos por seis anos. A cada dois anos se renova um terço de seus membros. Ele tem como tarefa:

- identificar os sítios naturais e culturais a proteger;
- torná-los conhecidos no mundo inteiro e fazer com que o público tome consciência de sua responsabilidade na salvaguarda do patrimônio universal;
- fornecer, quando necessário, cooperação técnica à proteção.

O Comitê do Patrimônio Mundial que aprovou a inclusão de Brasília em sua lista é composto dos seguintes 21 membros: Argélia, Austrália, Brasil, Bulgária, Canadá, Cuba, Estados Unidos da América, França, Grécia, Índia, Itália, Líbano, Malawi, México, Noruega, Paquistão, Sri Lanka (Ceilão), Tanzânia, Tunísia, Turquia, Yemen.

Esses vinte e um membros do Comitê foram eleitos pela Assembléia Geral dos Estados-membros da Convenção, nas sessões quarta, quinta e sexta, respectivamente em 28 de outubro de 1983, 4 de novembro de 1985 e 30 de outubro de 1987.

Seus mandatos se estenderão até as seguintes datas:

- até o fim da 25ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, em 1989: Argélia, Austrália, Líbano, Malawi, Noruega, Sri Lanka e Turquia;
- até o fim da 26ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, em 1991: Bulgária, Canadá, Grécia, Índia, México, Tanzânia, Yemen;
- até o fim da 27ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, em 1993: Brasil, Cuba, EUA, França, Itália, Paquistão, Tunísia.

A UNESCO é administrada por um diretor-geral e um corpo internacional de cerca de 1.500 funcionários. Quando, em dezembro de 1985, o Governador José Aparecido começou a pleitear a inclusão de Brasília entre os bens protegidos pela UNESCO, o diretor-geral era o senegalês Amadou Mahtar M'Bow. Quando esse pleito foi vitorioso, em 7 de dezembro de 1987, o diretor-geral já era o espanhol Federico Mayor.

A UNESCO tem um Conselho Executivo composto de 30 membros, eleitos pela Conferência Geral e designados individualmente pelos Estados que o compõem. O atual presidente desse conselho é o cientista brasileiro José Israel Vargas.

O Fundo do Patrimônio

O Comitê do Patrimônio Mundial dispõe de um Fundo para assistir os bens sob sua proteção. Os recursos para esse Fundo especial vêm de contribuições obrigatórias ou voluntárias dos Estados-membros da Convenção, podendo a UNESCO, para essa finalidade, receber donativos de outros Estados e organizações internacionais, assim como de organismos públicos e privados. Desde sua criação o Fundo pôde fornecer assistência a 265 requerimentos de 61 países. Nos últimos cinco anos, seu orçamento foi de cerca de 2 milhões de dólares em 1982, caindo para 750.000 dólares em 1983, elevando-se para 800.000 dólares em 1984 e 1985 e para 1 milhão e 300 mil dólares em 1986.

Ao Comitê do Patrimônio Mundial estão vincu-

lados dois órgãos técnicos, com funções consultivas, que avaliam as propostas a serem incluídas na lista dos bens culturais e naturais sob proteção da UNESCO: o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN).

Vasta legislação interna define a extensão e os meios de defesa, por parte da UNESCO, dos bens culturais e naturais da humanidade. Essa legislação se situa em dois planos: nacional e internacional.

Em um dos documentos da entidade, observa-se: "No plano internacional, uma rede de convenções e de recomendações adotadas pela UNESCO, ou sob seus auspícios, enunciam as regras para reger a salvaguarda do patrimônio que, porque toca o espírito dos homens e é o fruto e o veículo de sua cultura, deve ser protegido contra os diversos perigos que o ameaçam, onde quer que possam encontrar-se seus elementos componentes ou a civilização a que pertencem".

Mas, "a ação normativa da UNESCO não se limita às relações entre Estados. A Organização definiu igualmente os princípios e as normas que devem presidir a proteção, no plano nacional, do patrimônio cultural, e enumerou as medidas que cada Estado deve tomar para assegurar a salvaguarda dos bens situados em seu próprio território".

Assim, quando Brasília pleiteava ingresso na lista do Patrimônio Mundial, a UNESCO exigiu, através do ICOMOS, que uma legislação adequada fosse providenciada no Brasil para preservar as características urbanísticas e arquitetônicas da cidade de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer.

Recomendações

Abaixo, uma lista das recomendações e convenções realizadas pela UNESCO tratando dos diversos meios de proteção dos bens culturais e naturais:

1. Convenção para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado e regulamento de execução (Conferência intergovernamental. Haia, 14 de maio de 1954).
2. Protocolo para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado (Conferência intergovernamental. Haia, 14 de maio de 1954).
3. Recomendação definindo os princípios internacionais a serem aplicados em casos de escavações arqueológicas (Conferência geral, Nova Déli, 5 de dezembro de 1956).
4. Recomendação sobre os meios eficazes de tornar os museus acessíveis a todos (Conferência geral, Paris, 14 de dezembro de 1960).
5. Recomendação sobre a salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e dos sítios (Conferência geral, Paris, 11 de dezembro de 1962).
6. Recomendação sobre as medidas a serem tomadas para interditar e impedir a exportação, a importação e a transferência de propriedades ilícitas de bens culturais (Conferência geral, Paris, 19 de novembro de 1964).
7. Recomendação sobre a preservação dos bens culturais colocados em perigo por obras públicas ou

particulares (Conferência geral, Paris, 19 de novembro de 1968).

8. Convenção sobre as medidas a serem tomadas para interditar e impedir a importação, a exportação e a transferência de propriedade ilícita de bens culturais (Conferência geral, Paris, 14 de novembro de 1970).

9. Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural (Conferência geral, Paris, 16 de novembro de 1972).

10. Recomendação sobre a proteção, no plano nacional, do patrimônio cultural e natural (Conferência geral, Paris, 16 de novembro de 1972).

11. Recomendação sobre o intercâmbio internacional de bens culturais (Conferência geral, Nairobi, 26 de novembro de 1976).

12. Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e seu papel na vida contemporânea (Conferência geral, Nairobi, 26 de novembro de 1976).

13. Recomendação sobre os bens culturais mobiliários (Conferência geral, Paris, 28 de novembro de 1978).

14. Recomendação para a salvaguarda e a conservação das imagens em movimento (Conferência geral, Belgrado, 27 de outubro de 1980).

Essas as principais recomendações e convenções realizadas até o fim da década passada, constituindo uma rede protetora sob a qual se encontra hoje Brasília.

Repercussão internacional

A inclusão de Brasília no Patrimônio Cultural da Humanidade teve e continua a ter ampla repercussão internacional. As principais agências noticiosas transmitiram imediatamente a informação a todas as partes do globo, tendo em vista o caráter excepcional da decisão: pela primeira vez se colocava sob o manto da UNESCO um bem cultural contemporâneo.

Equipes de televisão de Roma e de Tóquio vieram ao Brasil colher imagens da Capital e entrevistar o governador José Aparecido. Na Suíça, o embaixador brasileiro Rubens Ricúpero foi entrevistado, sobre o assunto, por emissoras de rádio e televisão. O jornal de maior circulação de Israel pediu à embaixada em Brasília para recolher e enviar-lhe dados e fotografias sobre a cidade, a fim de preparar uma edição especial sobre o tema.

Estes são alguns exemplos. Outros mais.

Em Lisboa, o "Diário de Notícias" se ocupou do assunto durante dois dias, frisando ser "a primeira vez que uma obra do século XX é considerada parte do patrimônio cultural da humanidade". Idêntico registro fez o jornal "O Diário de Portugal", destacando os nomes de Oscar Niemeyer e Juscelino Kubitschek.

Em Madri, "El País", um dos jornais mais importantes da Europa, pôs em contraste o moderno e o antigo, com este título: Brasília y la Gran Muralha China, patrimonio de la humanidad".

Para o "ABC", também de Madri, trata-se de

"Homenaje a Oscar Niemeyer, el poeta del cemento armado".

Já "La Vanguardia", da mesma cidade, assim intitulava notícia em três colunas: "Brasília, el sueño de Óscar Niemeyer, ya es Patrimonio Cultural de la Humanidad".

O "Herald Tribune", editado em inglês em Paris, em reportagem de Alan Riding, do "New York Times", observa: "No que parecia um oportuno tributo ao principal arquiteto desta moderna capital, exatamente uma semana antes do 80º aniversário de Oscar Niemeyer, em 15 de dezembro, Brasília foi incluída na lista da UNESCO dos sítios que formam parte do patrimônio cultural da humanidade".

Na publicação suíça "Forum", o jornalista Louis Wiznitzer escrevia que "Brasília foi classificada pela UNESCO entre os bens culturais que fazem parte do patrimônio da comunidade internacional, ao mesmo tempo que a Muralha da China, com 25 séculos, ao passo que a cidade construída pelos arquitetos Oscar Niemeyer e Lúcio Costa conta apenas 27 anos".

Também a África divulgou de imediato a decisão da UNESCO. O jornal moçambicano "Notícias", de Maputo, ressaltava igualmente o fato de ser o primeiro bem do século XX incluído na lista do Patrimônio Mundial. No Marrocos, o "Al Bayane", de Rabat, anunciava em duas colunas, com título em duas linhas:

"Brasília declaró Patrimoine culturel universel"

E citava os outros bens brasileiros que já faziam parte da lista, todos com mais de um século de existência.

E o "Jornal de Angola", de Luanda, registrou o fato, citando os nomes de Lúcio Costa, Niemeyer e José Aparecido.

Na República Popular da China o jornal "Reminribao" (Diário do Povo), com cinco milhões de exemplares, e o "Huangmingribao", com um milhão de exemplares, destacaram ambos a excepcionalidade do acontecimento, isto é, de que se tratava do primeiro bem cultural contemporâneo a ser admitido no Patrimônio da Humanidade. A informação do "Diário do Povo", mais detalhada, lembrava até a data em que a capital foi transferida do Rio para o Planalto Central.

Na América Latina, o "Clarín", de Buenos Aires, na edição de 8 de dezembro (portanto no dia seguinte ao da decisão da UNESCO), deu manchete ("Brasília, declarada bien cultural de la humanidad"), com um antetítulo: "Desde ayer, por resolución de la Unesco". E uma ilustração em quatro colunas mostrava uma vista do Eixo Monumental.

Dias depois, no caderno "Arquitectura y Construcción", do jornal "El Cronista Comercial", também de Buenos Aires, apareceu a seguinte notícia:

"O governo do Distrito Federal do Brasil, com o apoio do Ministro da Cultura, instituirá o Prêmio Internacional de Arquitetura Oscar Niemeyer e o Centro Internacional de Urbanismo e Arquitetura Lúcio Costa, em comemoração aos dois autores do Plano Piloto de Brasília, que foi incluído segunda-feira última na lista do Patrimônio da Humanidade da UNESCO".

"Esta decisão foi anunciada ontem pelo governador José Aparecido na reunião plenária do Con-

selho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente”.

“Segundo o governador, o Prêmio Internacional de Arquitetura Oscar Niemeyer, no valor aproximado de 90 mil dólares, será conferido a arquitetos destacados de qualquer nacionalidade, a cada dois anos no aniversário de Brasília, a 21 de abril. E o Centro Internacional de Urbanismo e Arquitetura Lúcio Costa se dedicará à documentação, preservação e divulgação das contribuições de arquitetos e urbanistas”.

“Por outra parte o governo de Brasília efetuou ontem também uma reunião para celebrar a inclusão de Brasília como patrimônio mundial e em homenagem aos arquitetos que idealizaram o projeto da cidade, na qual estiveram presentes o presidente José Sarney, o presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, e outros altos funcionários”.

No Paraguai, os jornais “La Tarde” e “Última Hora”, ambos de Assunção, registraram o fato. “La Tarde” acentuou que o Governador José Aparecido manifestou entusiasmos pela decisão da UNESCO porque desde dois anos antes começou a expressar preocupação em manter o projeto original da cidade.

“El Universal”, de Caracas, em telegrama datado de Paris, informa: “Brasília ha sido incluída en la lista de los bienes culturales de la humanidad por la reunión del Comité del Patrimonio Mundial que comenzó hoy en la Unesco”, dijo a la Associated Press Osvaldo Peralva, secretario de Comunicación Social del gobierno del Distrito Federal de Brasil”.

“Es la primeira vez que um bien cultural contemporaneo es inscrito en esa lista, pues Brasília tiene solamente 27 años, y todos los otros inscritos en la lista tienen más de um siglo”.

O jornal peruano “El Comercio” registra o acontecimento e a opinião de um professor de arquitetura da Universidade de Brasília, Mateus Gorovitz, que afirmou: “Seria muito difícil conhecer a opinião de 1,8 milhão de habitantes sobre o valor de Brasília na história da arquitetura. Brasília é uma contribuição inédita ao urbanismo contemporâneo”.

O Governador José Aparecido recebeu felicitações de personalidades estrangeiras ou de brasileiros no exterior, tais como:

Michel Giraud, presidente do Conselho Regional da Ilha de França: “Soube por intermédio do Sr. Nascimento que Brasília agora faz parte dos monumentos históricos e culturais de interesse mundial, razão pela qual felicito”.

Do embaixador brasileiro na Itália, Carlos Alberto Leite Barbosa: “Congratulo-me com Vossa Excelência pela inclusão de Brasília no Patrimônio Cultural da Humanidade, pela UNESCO, testemunho de sua representatividade como símbolo de cultura e de criatividade nacionais e em reconhecimento aos esforços do governo de Vossa Excelência para a preservação do nosso patrimônio artístico”.

Do embaixador na Iugoslávia, J. O. Rache de Almeida: “Celebrando decisão UNESCO de incluir Brasília Patrimônio Mundial, apresento prezado amigo mais sinceras felicitações”.

Do embaixador no México, José Guilherme Merquior: “Congratulo-me efusivamente querido eminente amigo erguimento oficial Brasília categoria Patrimônio Humanidade”.

Também diplomatas estrangeiros acreditados em Brasília se manifestaram. Eis alguns deles:

Do embaixador da Colômbia, Germán Rodríguez Fonnegra: “Permítame expresar mis más sinceras felicitaciones por la justa y merecida Declarat6ria de la Unesco al determinar que la ciudad de Bras6lia se considere como “Patrimonio de la Humanidad”.

“Para mí ha sido motivo de especial regocijo enterarme de este honroso reconocimiento que significa también un homenaje al coraje, al esfuerzo, a la inteligencia, a la cultura y a las artes de los dirigentes y del muy noble pueblo del Brasil”.

“Es evidente que Brasília es un aporte que constituye un modelo para el mejoramiento y organizaci6n de la forma de vida de las próximas generaciones”. Do embaixador do Uruguai, Dr. Roberto Vivo: “Tengo el honor de dirigirme al señor Gobernador para hacerle llegar las felicitaciones de mi Gobierno y de esta Misión Diplomática por la trascendente decisi6n tomada por el Consejo de la UNESCO el pasado día domingo declarando Patrim6nio Histórico de la Humanidad a la ciudad de Brasília.

Me permito enfatizar sobre el mérito que a Usted le corresponde en esta decisi6n de haber tenido la visi6n de promover el Decreto 10.829 por medio del cual se estableció la preservaci6n de Brasília y con ello dar lugar para la ulterior decisi6n de la UNESCO. Los nacidos en este Continente nos sentimos profundamente alagados y orgullosos por tener el privilegio de que una ciudad de nuestra latinoamérica sea distinguida y declarada Monumento Cultural de la Humanidad”.

Do representante da Secretaria Geral da OEA no Brasil, Guillermo Peres: “receba calorosas congratulaç6es pela promoç6o de Brasília a Patrim6nio da Humanidade”.

Do Secretário-Geral da Uni6o das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas (UCCLA), com sede em Lisboa, Vereador Manoel Pinto Machado: “Informo ao Governador que na agenda da próxima reuni6o em Macau foi acrescentada uma moç6o sobre a inclus6o de Brasília na lista dos bens culturais da humanidade”.

Do Prefeito de Lisboa e presidente da Uni6o das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas (UCCLA), Nuno Krus Abecasis: “Lisboa orgulha-se de ter uma cidade irmã pertencente ao Patrim6nio Mundial”.

Do Diretor-Geral da UNESCO, Federico Mayor: “Agora a capital brasileira está sob a proteç6o da comunidade mundial contra catástrofes ou qualquer tentativa de descaracterizaç6o”.

E em começo de junho o Papa João Paulo II elevou à dignidade cardinalícia o arcebispo metropolitano de Brasília, Dom José Freire Falc6o. E uma das razões — segundo o próprio arcebispo — é o fato de Brasília ter sido declarada Patrim6nio Cultural da Humanidade.

Brasília próxima do Espaço da Infância

Com “pleno apoio” do diretor-geral da UNESCO, Federico Mayor, Brasília deverá sediar o Espaço da Infância, projeto daquele organismo das Nações Unidas a ser executado pela UNICEF para a América Latina.

Nos contatos que manteve em sua recente estada em Paris, o Governador José Aparecido, acompanhado dos representantes brasileiros junto à UNESCO — Embaixador Josué Montello, chefe da re-

presentação, e Ministro Luiz Felipe Macedo Soares —, entregou exposição de motivos e o esboço feito pelo arquiteto Oscar Niemeyer para a edificação da sede dessa instituição da ONU voltada para a infância.

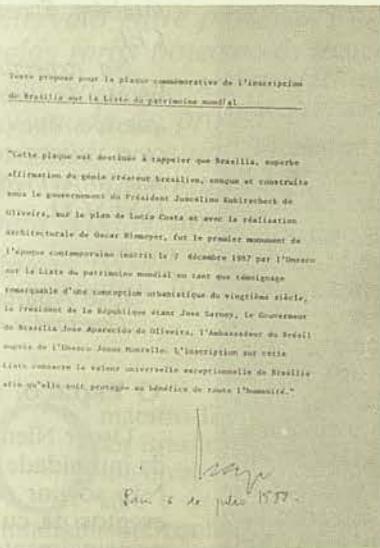
A reação do diretor-geral da UNESCO foi amplamente positiva. Além de prometer “pleno apoio” à reivindicação do Governo da capital do Brasil, Mayor incumbiu-se de encaminhar a pro-

posta brasileira e marcou, então, a data para assinar o protocolo de intenção nesse sentido: 29 de julho, em Brasília.

Por ocasião do encontro de Paris, o dirigente da UNESCO já havia agendado sua viagem ao Brasil para entregar o marco “Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade”, projetado por Oscar Niemeyer, a ser instalado na Praça dos Três Poderes.

Carta ao Subdiretor

Na carta que entregou ao diretor-geral, destinada ao subdiretor para Cultura e Comunicação da UNESCO, Henri Lopes — que não se encontrava, na época, em Paris —, o Governador José Apa-



Na foto abaixo, na sede da UNESCO, em Paris, Luis Felipe de Macedo Soares, da representação do Brasil na UNESCO, o embaixador do Brasil na UNESCO, Josué Montello, o governador José Aparecido e o diretor-geral da UNESCO, Federico Mayor (da esq. para a dir.)

Texto da placa no marco comemorativo da inscrição de Brasília no Patrimônio Cultural da Humanidade

Este marco se destina a assinalar que Brasília, soberba afirmação do gênio criador brasileiro, idealizada e construída no Governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, com plano de Lúcio Costa e realização arquitetônica de Oscar Niemeyer, foi o primeiro monumento da época contemporânea incluído pela UNESCO no Patrimônio Cultural da Humanidade, a 7 de dezembro de 1987, como notável testemunho da concepção urbanística do Século XX, sendo Presidente da República José Sarney, Governador de Brasília José Aparecido de Oliveira, Embaixador do Brasil junto à UNESCO Josué Montello.

A inscrição nesta lista consagra o valor excepcional e universal de Brasília, a fim de que seja protegida em benefício da humanidade.

Brasília, julho de 1988

Federico Mayor
Diretor-Geral da UNESCO



recido alinhou alguns argumentos em favor da instalação, em Brasília, do Espaço da Infância.

Foi a seguinte, na íntegra, a carta do governador a Henri Lopes:

Brasília, 24 de junho de 1988
Excelentíssimo Senhor
Henri Lopes
Subdiretor para Cultura e Comunicação da UNESCO
PARIS - FRANÇA

Caro Professor Henri Lopes,

O Governo do Distrito Federal vem à sua presença para falar do Projeto "Espaço da Infância", de autoria da Dr.^a Donatella Berlendis, e que já é do conhecimento do ilustre Subdiretor para Cultura e Comunicação da UNESCO.

Consagrada como Patrimônio Cultural da Humanidade nos seus

28 anos de existência, e com mais de 60% da população com menos de 20 anos de idade, Brasília é sede ideal para um museu que tenha como usuário o jovem, e objetive preservar, defender e fomentar a identidade cultural.

Sabemos do interesse da UNESCO pelo assunto, com relação à América Latina, e por isso mesmo tomamos a iniciativa de estudos preliminares.

Assim, vimos solicitar que a criadora do Projeto faça pessoalmente uma exposição detalhada e também discuta o programa com os técnicos do PIDC, do Fundo Internacional para Promoção da Cultura e Decênio Mundial para o Desenvolvimento Cultural.

Aproveitando minha ida a Roma, para assistir à sagração como

Cardeal do Arcebispo de Brasília, Dom José Freire Falcão, passarei por Paris, no dia 4 de julho, a fim de tratar diretamente da criação do "Espaço da Infância", antes da visita do Diretor-Geral Federico Mayor à Capital brasileira, em fins de julho.

Tenho o prazer de encaminhar-lhe o desenho em anexo de Oscar Niemeyer, com o esboço do anteprojeto arquitetônico do "Espaço da Infância", que será localizado no Parque da Cidade, conforme proposta a ser apresentada ao Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (CAUMA). Sobre o assunto conversei com o representante da UNESCO em Brasília, embaixador Gil Fernandes, e com o embaixador Eduardo Gutiérrez, representante da ONU, visando também à colaboração da UNESCO.

Na expectativa de pronunciamento do ilustre dirigente sobre a questão, antecipadamente agradeço a valiosa colaboração que por seu intermédio esperamos da UNESCO.

Cordialmente,
José Aparecido de Oliveira
Governador do Distrito Federal

O Espaço, segundo Oscar

Oscar Niemeyer já é um nome da intimidade das Nações Unidas. Não só por sua participação em eventos da cultura internacional, principalmente no plano arquitetônico, como, afinal, trabalhou no projeto da sede da ONU, em Nova York.

Do esboço que fez do futuro Espaço da Infância, a ser instalado, em Brasília, no Parque da Cidade, uma das maiores áreas verdes urbanas do mundo, ele dá a seguinte descrição do que chama "Espaço da Criança":

— "O núcleo central é o Salão de brinquedos.

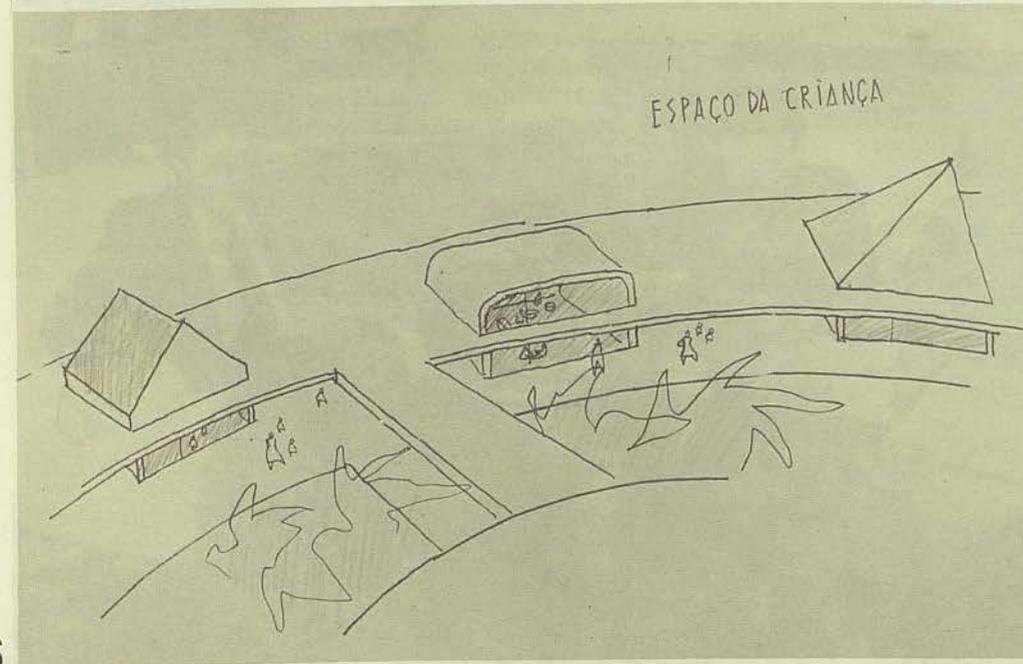
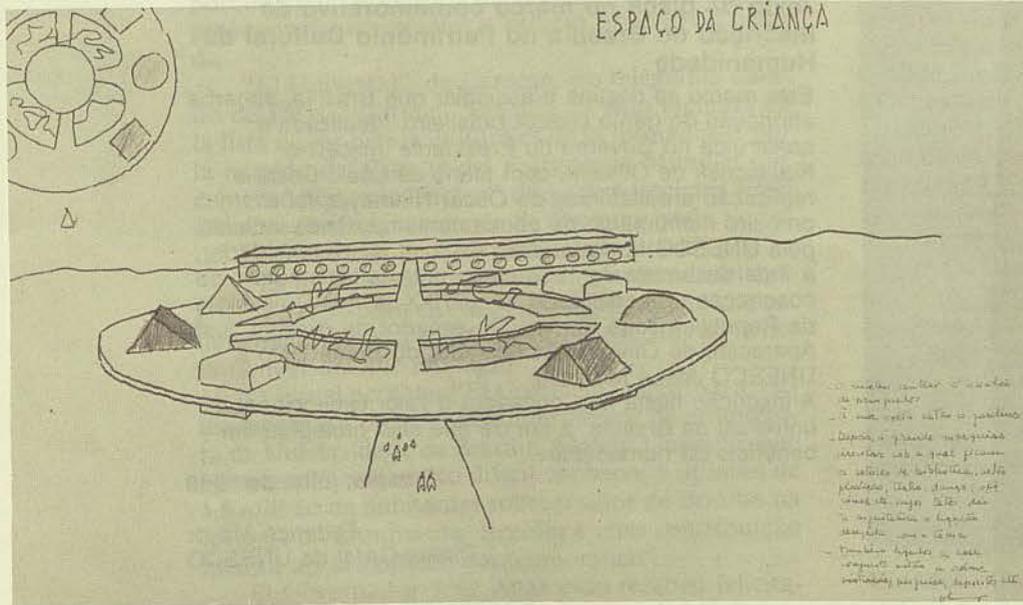
À sua volta estão os jardins.

Depois, a grande marquise circular sob a qual ficam os setores de biblioteca, artes plásticas, teatro, dança, oficinas etc., cujos tetos dão à arquitetura a ligação desejada com o tema.

Também ligados a esse conjunto estão a administração, pesquisa, depósitos, etc."

Ao entregar o esboço à UNESCO, o governador passou também às mãos do diretor-geral Federico Mayor essa descrição de Niemeyer.

O arquiteto Oscar Niemeyer já fez os primeiros esboços do "Espaço da Criança", que o governador José Aparecido pleiteou junto à UNESCO para que seja instalado em Brasília



GUALTER LOYOLA

Tom Jobim em ritmo de Brasília

Tom Jobim fala à revista Brasília de suas ligações com a capital, desde antes da construção, quando ele e Vinícius moravam no Catetinho e compuseram a "Sinfonia da Alvorada", no intervalo entre passeios pelos raros botecos, e também do processo de retomada do projeto original, no atual governo do DF. Tom esteve aqui para receber uma condecoração do Governador José Aparecido.

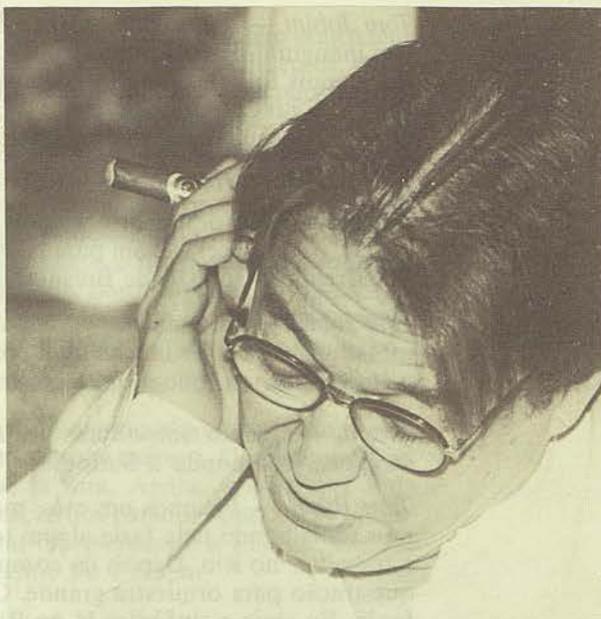
O maestro Tom Jobim (ou o Sr. Antônio Carlos Brasileiro de Almeida Jobim), que captou no cerrado os primeiros vagidos de Brasília e os transformou numa peça, hoje mundialmente conhecida, a Sinfonia da Alvorada, continua em ritmo de Brasília: recentemente condecorado pelo governador José Aparecido com a Medalha do Mérito Alvorada, vem frequentemente à capital da República e até já está pensando em construir uma casa em terreno que comprou no Lago Sul. "Este é o melhor clima que existe", explica-se.

Nesta entrevista à revista **Brasília**, Tom Jobim conversou com os jornalistas Gualter Loyola, Marcos Oliveira (que fez as fotos) e Thales Leite sobre suas ligações culturais e vivências com a Capital da Esperança e vive a expectativa de que Brasília desponte como uma das grandes metrópoles do próximo século. Eis a entrevista, no texto de Gualter Loyola:

Brasília — Como foi sua descoberta de Brasília, quando ela ainda era virgem e você chegou aqui com Vinícius, trazidos por Juscelino?

Tom Jobim — Aqui era o cerrado e a poeira subia, formando uma espécie de cogumelo atômico, ia lá no alto. Isso acabou com a chegada dos gramados, esses imensos espaços verdes que fazem parte da beleza de Brasília. Melhorou muito. Achei um lugar muito bom. Ainda hoje acho o melhor clima que existe.

Brasília — Vocês moraram no Catetinho, nos primei-



MARCOS OLIVEIRA/GDF

ros tempos. Como é que vocês agüentavam, principalmente Vinícius que era um indisciplinado?

Tom Jobim — Éramos mais moços e muito boêmios. Se bem que nessa fase a gente trabalhava muito, não podia nem sair. Mas depois dos trabalhos, sempre ia-se tomar umas e outras por aí.

Brasília — Nessa época, o Dilermando Reis, grande violonista, andava por aqui. Não saía uma serestazinha, não?

Tom Jobim — Tinha muita gente boa aqui. Dilermando tocava muito violão. E a gente se juntava e cantava, batia violão.

Brasília — Dilermando chegou a ensinar violão a Juscelino?

Tom Jobim — Não sei se ele chegou a aprender. Sei que o presidente gostava muito era de dançar, era famoso "pé-de-valsá". Foi também apelidado de presidente Bossa Nova.

Brasília — Como era o Brasil daquele tempo?

Tom Jobim — Havia uma euforia. Naqueles tempos de Juscelino todo mundo achava que o Brasil ia pra frente. Era a época do desenvolvimentismo. Havia a indústria de automóvel. Antes, vivia-se importando carro e se achava que a dívida do Brasil vinha daí. Juscelino começou a reverter essa situação.

Brasília — Como foi sua chegada aqui?

Tom Jobim — Viemos no “Caravelle” da Varig, no vôo inaugural. Estava muito seco. Era o final do estio. Depois foi que começou a chover. Vinícius descobriu, lá no Catetinho, um galo só, para muitas galinhas, e botou o apelido no galo de “Polígamo das secas”.

Brasília — Além dessas brincadeiras e das saídas noturnas, o que vocês faziam para passar o tempo, para enfrentar a solidão de Brasília?

Tom Jobim — Saíamos por aí, andávamos pelo mato. Íamos passear de lancha na represa que formava o Lago Paranoá, que é um lago artificial.

Brasília — Quanto tempo vocês ficaram por aqui nessa época, compondo a Sinfonia?

Tom Jobim — Ficamos um mês, mas nós já vínhamos trabalhando nela fazia algum tempo. Voltamos a trabalhar no Rio. Depois da composição, fiz a orquestração para orquestra grande. Gravamos a Sinfonia. Eu regia a sinfônica lá no Rio. Nessa época, 1959, Brasília ainda não tinha a sua Sinfônica.

Brasília — Maestro, a Alvorada é contemporânea da bossa nova, não é?

Tom Jobim — É. Ela foi feita e gravada em 1959, mas o disco saiu com data de 1960. A bossa nova começou por volta de 1956 e foi até o começo dos anos 60.

Brasília — “Garota de Ipanema” você compôs em que ano?

Tom Jobim — Em 1961/62.

“Quando chegamos aqui, havia nuvens de poeira, mas mesmo assim fizemos no cerrado grande parte da Sinfonia da Alvorada”

JOAQUIM FIRMINO/GDF



Brasília — Depois dessas passagens ao tempo da Sinfonia da Alvorada, como foi para manter a ligação com Brasília?

Tom Jobim — Continuei vindo aqui. Comprei até um terreno no Lago Sul, ali por perto da Ermida de Dom Bosco. Um dia poderei até fazer uma casinha...

Brasília — Ou uma mansão?

Tom Jobim — Não, não gosto de casa muito complicada. O terreno é num alto, de lá se vê o Lago todo. Pretendo fazer ali uma casa simples, mas que seja espaçosa.

Brasília — Oscar (Niemeyer) está aí para isso, não é?

Tom Jobim — Bem, Oscar é um gênio. Eu também sou muito amigo de Zanini, fiz música para o filme dele. Meu filho, Paulo Jobim, que toca comigo, também é um arquiteto muito bom. Trabalhou com Niemeyer, com Lúcio Costa. Fiz com ele uma casa no Rio. Eu gosto muito do clima seco de Brasília. Vivo num clima molhado, que é o do Rio de Janeiro. Não se pode ter um arquivo, não se pode conservar nada, nem um piano.

Brasília — Você é um homem internacional. Como é que você vê esse esforço do governador José Aparecido pelo resgate cultural de Brasília, reprojetoando a cidade no cenário internacional?

Tom Jobim — Bem, isso é um negócio formidável, porque o Brasil tem uma imagem muito negativa, há muito tempo. Para vocês terem uma idéia, a gente trabalha, cria, vai lá fora, grava. Aí a imprensa do Rio, que sempre fala mal dos artistas — fala mal do Chico, fala mal do Caetano — vem e malha. O Brasil é de cabeça para baixo, persegue a quem trabalha. Se você trabalhar, aparece fiscal, vem a polícia. Os bandidos, não; ficam lá na “TV Rocinha”, as moças bonitas se apaixonam por eles. Parece coisa de Mário de Andrade, Macunaíma...

Brasília — Você disse pela televisão que a “oposição” lhe move uma campanha permanente, um patrulhamento.

Tom Jobim — É, sempre que o Brasil vai mal, eles dizem que eu estou me mudando para os Estados Unidos. Quando o País melhora, dizem que eu estou voltando. Mas não é nada disso. Por exemplo, Dr. Roberto Marinho tem um apartamento fixo em Nova York para atender seus negócios de grande empresário. Júlio Iglesias tem o seu. Agora, eu não. Se arrumar um apartamentinho em Nova York, dizem logo que eu me mudei para os Estados Unidos, que abandonei o Brasil. Sempre essa besteirada. Dizem que eu saí daqui para fugir do Imposto de Renda, como se lá não fosse pior.

Brasília — Como a imprensa o trata nos Estados Unidos?

Tom Jobim — Ah, trata bem. Tratam-me como um compositor. Mas eles amam os compositores deles; como na França, os franceses prestigiam os compositores deles. Aqui é que tem esse negócio, negócio de procedência maligna. Depois que eu fiz meia dúzia de modinhas, ficaram falando mal de mim, porque eles não têm mais o que falar.

Brasília — Você tem hoje uma visão universal do mer-

cado artístico. Como é o Tom Jobim da época das multinacionais, dos negócios propagandísticos com a Coca-Cola?

Tom Jobim — É, a Coca-Cola hoje está na China, na União Soviética e mais que a Coca-Cola, a Pepsi-Cola. São multinacionais que estão aqui. E se você vai negar espaço para elas, dará o direito de, lá fora, negarem para a Varig, Vale do Rio Doce, ter de negar este gravador aqui. A Coca-Cola dá emprego a milhares de brasileiros — o xarope é brasileiro, a água é brasileira. Então, na hora em que aparece o anúncio, essas pessoas que tomam Coca-Cola querem destruir o anúncio. Acusam-me de ter vendido um patrimônio nacional, “Águas de Março”. Você não pode vender uma música. Na época de Noel Rosa, vendia-se música, mas escondido, por baixo do pano, e quem pagava aparecia como autor, como dono da música. Quando um compositor vendia uma música, todo mundo ficava de seu lado. Sinal de que ele não estava conseguindo viver de direito autoral.

Brasília — Você começou a compor muito cedo. Você vendeu músicas?

Tom Jobim — Eu dei. Tinha quinze anos. Fazia aquelas musiquinhas e chegavam pra mim e diziam: “Você não pode fazer isso. Você está privando o Brasil de escutar isso”. Mas eu botava na gaveta. Aí, aparecia aquele editor de charuto grande e aí você assinava aquele contrato que transferia seus direitos até para o sistema solar. Agora, estou tentando inclusive recuperar algumas dessas músicas. Mas isso existiu no tempo de Noel Rosa, Dorival Caymmi, Sílvio Caldas, Ary Barroso; existiu no meu tempo, continua existindo. O Chico Buarque tem um bocado de músicas que deu para o editor. Caetano também, Gil também, Francis Hime... É uma coisa que vem de longe e aí o sujeito quer transformar a imagem do compositor numa coisa venal. Têm uma visão totalmente distorcida.

Brasília — Mas viver de fazer música dá dinheiro?

Tom Jobim — Olha, o sujeito, para viver de composição, tem de trabalhar. Tem de fazer muitas músicas para conseguir pagar o aluguel. De tal maneira que a luta deles é para botar o povo contra o compositor popular, o que é impossível. É uma causa perdida fazer o povo odiar o compositor. Ficam falando mal dessas pessoas maravilhosas, como Chico Buarque, que tem feito tanta música linda.

Brasília — E a juventude como fica nesse quadro?

Tom Jobim — A garotada, meus filhos, fica toda volutada para o “Rock n’roll”.

Brasília — Você é um promotor do turismo brasileiro. Como está a imagem do Brasil diante do turista internacional?

Tom Jobim — O Brasil poderia viver só do turismo, como muitos países. Só o turismo dá para sustentar a França, a Espanha, a Grécia, a Itália. Mas, se o turista vem para cá e nós vamos matá-lo na Avenida Atlântica... muitas vezes é alguém que trabalhou, juntou um dinheirinho o ano todo.

Brasília — Você acredita neste país?

Tom Jobim — Acredito em qualquer país. Você vê

esses países do Hemisfério Norte, que têm pouco tempo para produzir e chegam a vender alimentos. O Canadá, por exemplo, tem quatro meses para plantar e colher porque lá a neve é constante. No entanto, exporta e até doa grãos e outros alimentos. Os Estados Unidos têm apenas seis meses para plantar e colher e, no entanto, são a maior potência agrícola do mundo. Aqui, nós podemos produzir nos doze meses do ano e ainda temos gente passando fome. Ainda temos essa inflação, porque o Governo fabrica dinheiro, ou seja, faz a inflação. E aí o dólar sobe e todo mundo reclama. Mas a culpa é nossa.

Brasília — Você está compondo, no momento?

Tom Jobim — Estou compondo muita coisa. Estou trabalhando mais do que mereço. Ganhei uma porção de medalhas lá fora. Agora, vou receber a da OEA — Organização dos Estados Americanos. França e a Alemanha, representando a Europa, vão me dar o título máximo da Europa.

Brasília — E aqui?

Tom Jobim — Aqui, se você fica por aí, morre pobre, mas com o peito cheio de medalhas. As nossas medalhas são leves, farfalham ao vento — são de alumínio. Não são como as premiações americanas, algumas das quais você não consegue carregar. Uma vez, nos Estados Unidos, tive de pedir à rapaziada para me ajudar, porque eu não agüentava carregar.

Brasília — Qual é a motivação deste prêmio da OEA?

Tom Jobim — Minhas composições, segundo a organização, ajudam a integração da América Latina. Será entregue dia 8 de setembro, em Washington. Vai lá o embaixador do Brasil, vão representantes de todos os países membros. Vou ter de ir aos Estados Unidos e voltar ao Brasil, porque tenho o “show” do Canecão em setembro — dias 20 e 25. É comemorativo dos trinta anos da bossa nova. Vou falar no Vinícius.

Brasília — Você não acha que o Vinícius não deixou sucessor?

Tom Jobim — Seria muito difícil, pelo estilo próprio

“Quando chegamos aqui, havia cogumelos de poeira”



SUSUKI/GDF

dele, inclusive porque Vinicius viveu muitas vidas. Foi, além de poeta, diplomata de carreira. E foi até expulso do Itamaraty, jogado fora da carreira. Ficou muito magoado, porque era um grande diplomata. Depois que morreu, deram seu nome à antiga rua Montenegro. Aqui é o sistema bate e alisa.

Brasília — Você representa muito para sua geração. Como é sua imagem junto à juventude?

Tom Jobim — Conheço muita gente nova que não sabe nem quem é o Tom Jobim, não conhece nada do que eu fiz.

Brasília — Politicamente, você se situa onde?

Tom Jobim — Está difícil aqui no Brasil. Eu me inscrevi nos partidos opostos. Há um verso de Pablo Neruda que diz: "Me inscribi em los partidos dispares, que estes mandam a la mierda los principios morales..." Mas, aqui, se você vai para o Partido Comunista, de repente descobre que há nazistas lá dentro. É um negócio. Você vê o sujeito moreno — há aquela do socialismo moreno —, pensa que é de esquerda e é agente de polícia, manda prender todo mundo.

Brasília — Como foi sua vida durante o regime militar?

Tom Jobim — Eu fui preso. Em 1970, fomos doze presos e eu sou da ordem e do progresso. Mas eles é que são os subversivos. Um país que prende Tom Jobim é um país subversivo. Encontrava lá com Chico, Caetano, Gil... Mas eu fui detido para interrogatório. Quem ficou preso mesmo — e muitos desapareceram — que eu lembro foram o Caetano, o Gil, o Vandré.

Brasília — Como você vê a candidatura de Gilberto Gil, lá em Salvador?

Tom Jobim — Vejo com muita simpatia. Gil é um

homem inteligente, um grande compositor.

Brasília — Onde suas músicas são mais tocadas, fora do Brasil?

Tom Jobim — Na Europa, Estados Unidos e Japão, mas, na União Soviética, agora mesmo estão muito tocadas. Eu tenho revistas russas com artigos sobre minhas músicas desde o tempo de "Orfeu da Conceição". Em 1958, aquela música toda foi tocada lá.

Brasília — Você tem muitas músicas em filmes, inclusive músicas antigas.

Tom Jobim — Fiz muito tipo de música. Existem músicas para ouvir, para dançar, para ginástica, para fazer amor; música religiosa para elevar a Deus, música guerreira, hino...

Brasília — Essa questão do direito autoral melhorou no Brasil?

Tom Jobim — Está um pouquinho melhor, mas, no Brasil, nós somos todos funcionários públicos. Começa-se a compor e, de repente, vira-se funcionário público. Porque o Ecad é um órgão do Governo que coleta dinheiro do direito autoral e tira cinquenta por cento, na fonte, dos meus direitos. O que nenhum país faz comigo. Só o Brasil. Nisso os Estados Unidos, comparados ao Brasil, são um paraíso fiscal. Reagan baixou muito os impostos.

Brasília — Como é viver em Nova York, maestro?

Tom Jobim — Eu vivi onde me coube viver. Nova York é uma cidade poluída. A grande vantagem que você leva em viver num país estrangeiro é que você é um ilustre desconhecido. Tem tempo para escrever. Jorge Amado está com um apartamento em Paris. No Rio, por exemplo, todo mundo me conhece... "Vamos tomar um chope..." Quer dizer, é muito dissipante.

Brasília — O que você fez nessa última viagem à Europa?

Tom Jobim — Fiz concertos em Stuttgart, Hamburgo, Paris, Bruxelas. A Europa está melhor do que estava. Fiz "shows" com minha banda recentemente lá. Os integrantes da banda são todos brasileiros. Danilo e Simone Caymmi, minha filha, Joaquim Morelenbaun, que é filho do maestro Morelenbaun; Paulinho, meu filho. É a inadimplência e o nepotismo juntos.

Brasília — Quais são as desvantagens de viajar com uma banda?

Tom Jobim — Com uma banda, você tem de dividir o que ganha. Mas esse não é o grande problema. O grande problema é encontrar empresário estrangeiro que tope pagar passagens, hospedagem, alimentação. É por isso que as orquestras sinfônicas são todas subsidiadas pelos governos.

Brasília — O governador José Aparecido está promovendo a criação do Balé de Brasília, a nível internacional. Como é que você vê essa iniciativa?

Tom Jobim — É uma idéia ótima. O Brasil precisa de coisas assim. O governador tem tido um papel importante na elevação desta cidade ao patamar que ela deve ocupar no cenário do mundo.

"Fazer sucesso no Brasil é ofensa pessoal"

MARCO OLIVEIRA GDF



ANTÔNIO CARLOS OSÓRIO

O Prefeito pintor

Ao ser anunciada, parecia apenas mais uma incursão de político nas artes plásticas, sem maiores conseqüências. Quem viu, no entanto, a exposição de pinturas (na verdade, transfigurações de paisagens de Brasília) do ex-prefeito da capital Paulo de Tarso, se emocionou: são obras de rara beleza.

Uma surpresa a exposição de quadros de Paulo de Tarso Santos. Surpresa porque pintados por um político, ou ex-político (prefeito de Brasília nos idos de Jânio Quadros) e serem entretanto de alta qualidade. Pois bem se sabe que os políticos, salvo em poesia onde há muitos exemplos de poetas estadistas, raramente são bem-sucedidos em arte. Dizem que Winston Churchill, aliás bom pedreiro, arrependeu-se de seus quadros, mas — o que fazer? — já estavam pintados. Exceção, sim, é Paderewsky, notável pianista e

extraordinário líder político, chegando à presidência da Polônia no início do século.

As pinturas de Paulo de Tarso têm todos Brasília como motivo, mas são transfigurações plásticas, paráfrases poéticas das suas formas arquitetônicas. Com uma autêntica recriação, uma visão nova e ou-sada cromaticamente.

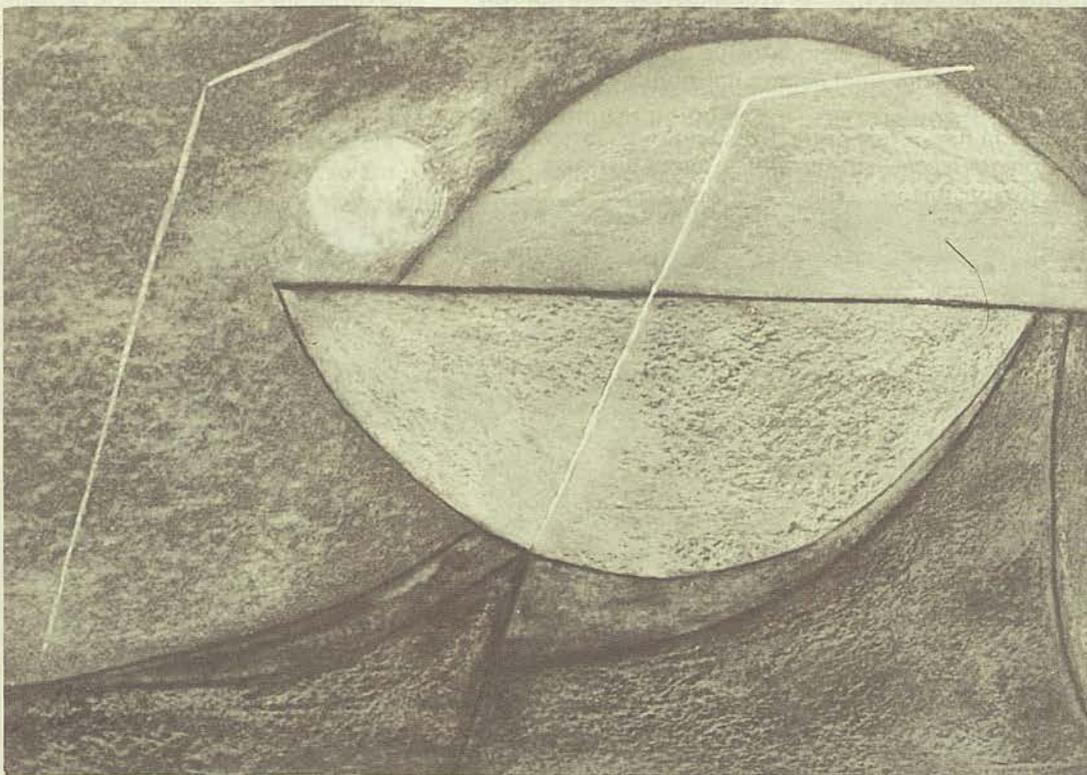
Paulo de Tarso produz uma revitalização estética dos riscos urbanísticos da cidade, mas lhes acrescenta (ou neles descobre) um toque onírico — quase dizíamos mágico — que o concreto ou a paisagem escondiam. Na sua paleta os desenhos de Niemeyer e Lúcio Costa adquirem novas fulgurações e revelam secretas virtualidades.

E aqui se coloca o tema da originalidade da obra de arte, da novidade de suas formas, que é objeto de tantos equívocos e dúvidas, ora pregando-se a mera imitação da natureza, ora a sua negação, ora valorizando-se apenas o tradicional, ora o revolucionário e o inovador. Parece certo afirmar que as formas já existem todas no mundo visível, cabendo ao artista lhes descobrir a pureza, retirando a ganga que as encobre, ou fazer com elas novos arranjos, misturas, combinações.

O mundo mental não é capaz de criar “ex novo”, limitando-se, mesmos nas invenções mais audazes da imaginação, a reproduzir, embora inconscientemente, aparências já percebidas pelos sentidos. Sobra ainda assim um largo campo para a criação artística, com as infindáveis riquezas do sonho e do coração humano e a variedade imensa dos seres e fenômenos naturais.

Nos contatos dos artistas uns com a obra dos outros e das artes entre si, as relações são complexas, também sendo inexigível a indefinida (que seria infinita, o que é impossível) criação do novo. Ainda sem chegar ao extremo do “nihil novum sub sole” do Eclesiastes, sendo as formas naturais invariáveis e provindas de fora do homem, o mundo das formas artísticas se repete, transmutando-se, mesclando-se, adqui-

SUSUKI/GDF



Obra intitulada "Cúpulas Sobrepostas"

rindo novos sentidos, nesta imensa floresta de símbolos que é o mundo. Daí as influências e imitações de uns artistas em relação aos outros.

Na música, insignes criadores não se pejaram de compor variações sobre temas musicais de mestres anteriores, desenvolvendo "leit-motiv" de peças antigas, ou de melodias e ritmos populares.

Os pintores há séculos vêm se copiando uns aos outros, e após pensarem-se totalmente originais, às vezes descobrem ou reconhecem, tardiamente, que a memória os traiu. É o caso dos impressionistas com a gravura japonesa e o de Picasso com a escultura africana negra. Todo grande pintor começa fazendo cópias em museus.

Em poesia a gama de influências e imitações seria infinda, e por vezes confessada, escrevendo uns "à la manière" dos anteriores. E, no ponto mais extremo, publicando "pastiche d'admiration", em homenagem a poetas amados. Isso ocorre às vezes com milênios de permissão, e em obras de alto valor, sendo o verso longo de Claudel e Saint-John Perse uma variante do verseto bíblico.

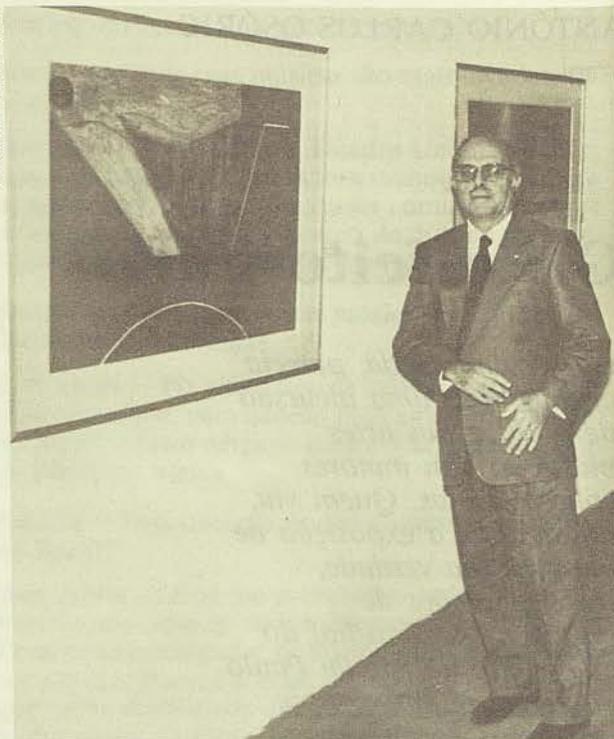
Essa digressão é para afirmar que em nada desmente a validade artística dos quadros de Paulo de Tarso o serem reproduções parciais ou arranjos em cor da paisagem urbanístico-arquitetônica de Brasília. Sua beleza (e originalidade) está em que não são meras cópias mas transfigurações — quase se poderia dizer transsubstanciações — dessa paisagem.

Já fora ela objeto de aproveitamento em pintura, mas como simples motivo paisagístico, pano de fundo, algo que se soma ao quadro sem nele intimamente estar integrado. Ainda que, em Wilma Lacerda, a novidade arquitetural de Brasília colabore fortemente para o seu belo e ousado surrealismo. Na pintura religiosa de Marlene Barreiros as formas da cidade são meros "décalques", não se harmonizando nem colaborando, antes brigando com a mensagem mística que quer transmitir.

Na pintura de Paulo de Tarso, a utilização das formas anteriores é profundamente inovadora, revitalizando-lhe os ângulos e curvas, e lhe introduzindo insuspeitados elementos de outra fantasia, para criar um efeito final de rara harmonia, e audaz mas sóbria beleza.

Se já não o fez, pode dizer Paulo de Tarso dessa descoberta recente em sua vida, e agora da nossa: "anche io son pittore". Ele o é, e dos bons.

JOAQUIM FIRMINO GDF



O autor
diante
de suas
obras

ALAN VIGGIANO

Academia de Letras: um lugar à sombra

A Academia Brasileira de Letras difere das demais em um aspecto: foi fundada de fora para dentro. Ou seja: os três escritores que a fundaram eticamente se consideraram impedidos de nela ingressar, e só depois tentaram fazê-lo, mas só um conseguiu, pelo voto: Anderson Braga Horta. Apesar das dificuldades financeiras, vem cumprindo suas finalidades, e agora recebe um sopro novo.

As mal amadas academias — e me refiro especificamente às de letras — provocam perplexidade naqueles que gravitam em torno delas; por vários motivos; mas principalmente pela gama imensa de opiniões, de posições e atitudes tomadas pelas pessoas mediante elas, por mais desimportantes e sem tradição que sejam.

Dai, talvez e também, a sua proliferação; sem falar nas de balé, de musculação, judô e caratê; e nas de samba. Mas as mal-letradas, essas, são como erva de passarinho. Qualquer um que publica um livro de crônicas na senectude, já está apto a juntar quarenta acadêmicos e se julgar um Machado de Assis redivivo.

Brasília não é diferente de qualquer outra cidade, neste aspecto; foi ela feita por brasileiros! Mas a Academia Brasileira de Letras inovou: é a única, na história das academias, fundada de fora para dentro, isto é: os que a fundaram não participaram dela; e até hoje, vinte anos depois de sua constituição, apenas um dos três, conseguiu o seu lugar na “imortalidade”.

A Academia Brasileira de Letras nasceu de uma proposta feita no dia 8 de março de 1968, em assembléia geral da Associação Nacional de Escritores, pelos escritores Aluizio Valle, Anderson Braga Horta e Joanyr de Oliveira, os quais, em seu pedido, taxativamente se excluíaam do quadro. Até hoje, decorridos vinte anos, apenas Anderson Braga Horta conseguiu ingressar, e na segunda tentativa; os outros dois, não lograram eleição; a Academia tem com eles essa dívida.

São membros fundadores, escolhidos na primeira leva, e encarregados de completar os quarenta tradicionais: Hermes Lima, Domingos Carvalho da Silva, Almeida Fischer, José Pereira Lira, Joaquim de Souza Neto, Hamilton Nogueira, Aderbal Jurema, Silvio Elia, Antônio Serralvo Sobrinho, Ernani Satyro, Nelson Omegna e Cândido Mota Filho. Apenas quatro (Domingos Carvalho da Silva, Almeida Fischer, Souza Neto e Silvio Elia) se encontram vivos, em atividade.

As academias são vulneráveis, recebem pau de todo lado: dos que querem, e não têm coragem de assumir; dos que nem por sonho podem alcançar; dos que nem podem sonhar, mesmo com a mais chinfrim das academias; até dos que são honestamente contra. No entanto, espera-se demais delas. Não foram feitas para resolver os problemas literários por um passe de mágica.

A Academia Brasileira de Letras, em verdade, possui muitos políticos em seus quadros. É natural, sendo sua sede em Brasília. Mas todos os seus membros, sem exceção, são escritores. Pode-se discutir o

Da esquerda para a direita, alguns dirigentes da Academia Brasileira de Letras, em várias épocas: J. Guilherme de Aragão, (já falecido); Domingos Carvalho da Silva; Cassiano Nunes; Aderbal Jurema, (já falecido); José Wamberto; Antônio Carlos Osório; Luiz Beltrão, (já falecido), e Alan Viggiano



seu valor, ou preferências, mas o certo é que todos publicaram livros. Para se ter uma idéia, eis o quadro atual: Marcos Vinícios Vilaça, Almeida Fischer, Sílvio Elia, Alan Viggiano, Domingos Carvalho da Silva, José Santiago Naud, Souza Neto, A. Fonseca Pimentel, Nelson Carneiro, Jarbas Passarinho, Abgar Renault, Waldemar Lopes, Mozart Victor Russonano, Hindemburgo Dobal, José Sarney, Ursulino Leão, Bernardo Élis, Cyro dos Anjos, José Wamberto, João Emílio Falcão, Yolanda Jordão, Luiz Viana Filho, Cassiano Nunes, Jaime Câmara, Israel Dias Novaes, Dom José Newton, Anderson Braga Horta, Herberto Sales, Antonio Carlos Osório, José Hélder de Souza, José Geraldo Pires de Melo e Fernando Mendes Viana.

Por aí se vê que a nossa modesta academia agasalha nada menos que sete, hoje pertencentes à Academia Brasileira: Herberto Sales, Luiz Viana, Cyro dos Anjos, Bernardo Élis, José Sarney, Marcos Viníci Vilaça e Abgar Renault. Alguns entraram primeiro na brasiliense, servindo-se dela como trampolim para vôos mais altos.

Sem dúvida, a figura mais ilustre e interessante que passou pela Academia foi Dinah Silveira de Queiroz. Escritora de méritos indiscutíveis, com livros aproveitados no cinema e no teatro, Dinah acumulava essas qualidades com um caráter daqueles que os antigos chamavam adamantino, embora nunca pudesse eu lobrigar o significado de tal palavra.

Essa acumulação tão rara, que não poderia de forma alguma ser sobretaxada pelo Dr. Mailson ou pelo meu amigo da Receita, Reynaldo Mustafa, Dinah a sobrecarregava com um desprendimento ainda mais difícil de encontrar nessa profissão, auxiliando escritores novos, com a leitura crítica de seus textos e encaminhando oportunidades para eles. Mais

uma dívida da Academia: uma homenagem à altura de sua personalidade.

Apesar de desprovida de recursos pecuniários — embora possua em seus quadros um presidente da República e várias personalidades ocupantes de cargos (Oscar Correa, ministro do Supremo; Jarbas Passarinho, Nelson Carneiro e Luiz Viana, senadores; Marcos Vinícios Vilaça, ministro do Tribunal de Contas, a Academia vem realizando as finalidades a que se propôs: tem publicado até o número seis da sua revista, a qual vem se tornando de uma seriedade a toda prova, e que publica artigos e poemas de outros escritores; promoveu inúmeros concursos literários, premiando alguns escritores de alto valor; recebe, em sua sede, escritores de outros estados e países, que nos visitam; mas continua, por assim dizer, em fase de formação, devido à usual pachorra dos escritores.

Ultimamente, foi realizado um esforço para dinamizá-la, com a entrada de elementos mais dinâmicos, como Fernando Mendes Viana e Santiago Naud; e um sopro novo a agitou.

Com a Academia Brasiliense ocorreu um fenômeno interessante: elementos de alto gabarito, merecedores de ocupar um lugar de membro, se candidatam e fazem de tudo para obter os votos, às vezes atropelando candidatos literariamente mais gabaritados. Logo que se elegem, se desinteressam, passam a esnobar a posse. Há sempre um número aproximado de cinco eleitos mas não empossados. Atualmente, estão nessa situação: o ex-reitor da Universidade de Brasília, José Carlos de Almeida Azevedo; o professor José Carlos Brandi Aleixo; a poetisa Marly de Oliveira; e o ministro Oscar Dias Correa.

Alan Viggiano é escritor

SARAMAGO NO BURITI



Em sua recente passagem pelo Brasil, o escritor português José Saramago (ao centro), considerado o maior romancista da atual literatura lusitana, foi homenageado pelo governador José Aparecido com um almoço no Palácio do Buriti,

sede do governo do Distrito Federal. Entre outros, três intelectuais paulistas: professor Paulo Sergio Pinheiro (ao lado do anfitrião), o crítico Antônio Cândido e o professor Celso Lafer.

EDSON NERY DA FONSECA

Benedictinos no Planalto

Ao Julio de Queiroz

Um jovem gaúcho que, formado em Filosofia na Alemanha, foi aceito no Mosteiro de São Bento de Olinda, veio parar em Brasília nos tempos heróicos da construção, e acabou obtendo da NOVACAP a doação de uma área para a comunidade beneditina de Olinda. O mosteiro foi fundado em 14 de julho de 1987, perto da Ermida Dom Bosco, no Lago Sul.

Quem examina os primeiros mapas de Brasília pode surpreender-se diante desta indicação existente em certa área vizinha à ermida em memória de São João Bosco: Mosteiro de São Bento de Olinda. A surpresa decorreria menos do mosteiro em si — mesmo de um instituto religioso que, embora remonte aos primórdios do Cristianismo, está presente em todos os recantos do mundo moderno — do que da aparentemente misteriosa menção ao velho burgo edificado por Duarte Coelho como primeira capital de Pernambuco; “ó linda situação para cons-

truir uma vila!”, teria exclamado o fidalgo português diante daquela paisagem, batizando-a com tal exclamação. Por que Olinda — a pergunta seria compreensível — e não Salvador, Rio de Janeiro ou São Paulo, cidades mais próximas de Brasília e todas com suas tradicionais abadias beneditinas? A resposta pode ser dada, como nos velhos contos-de-fadas, começando com a frase “era uma vez...”.

Por que em Brasília?

Era uma vez um jovem gaúcho que, depois de formar-se em Filosofia na Alemanha, foi aceito como postulante no Mosteiro de São Bento de Olinda. Tanto quanto Antonio Carlos Villaça, ele já havia experimentado a vida monástica na abadia beneditina do Rio de Janeiro. Depois, passara pela dos Cistercienses de Itaporanga, SP. Inquieto, não se adaptou em nenhuma das três. Veio parar em Brasília, nos tempos heróicos da construção da cidade; e aqui, com sua invejável cultura geral e um conhecimento impressionante das principais línguas estrangeiras, tornou-se assessor de Israel Pinheiro. Quando chegou a hora da distribuição das terras às ordens e congregações religiosas, Julio de Queiroz lembrou-se de sua última experiência monástica. Consultada, a comunidade beneditina de Olinda aceitou a doação da NOVACAP.

Mas no início da década de 60, quando Brasília foi inaugurada, o Mosteiro de São Bento de Olinda não tinha condições de aqui estabelecer um priorado simples, que é como começam as comunidades beneditinas: sob a direção de um prior e ainda sem o número de monges exigido para a instituição de priorados conventuais que antecedem a fundação de abadias. E sobre a idéia de erigir-se um mosteiro em Brasília caiu a sombra, como nos versos de T. S. Eliot:

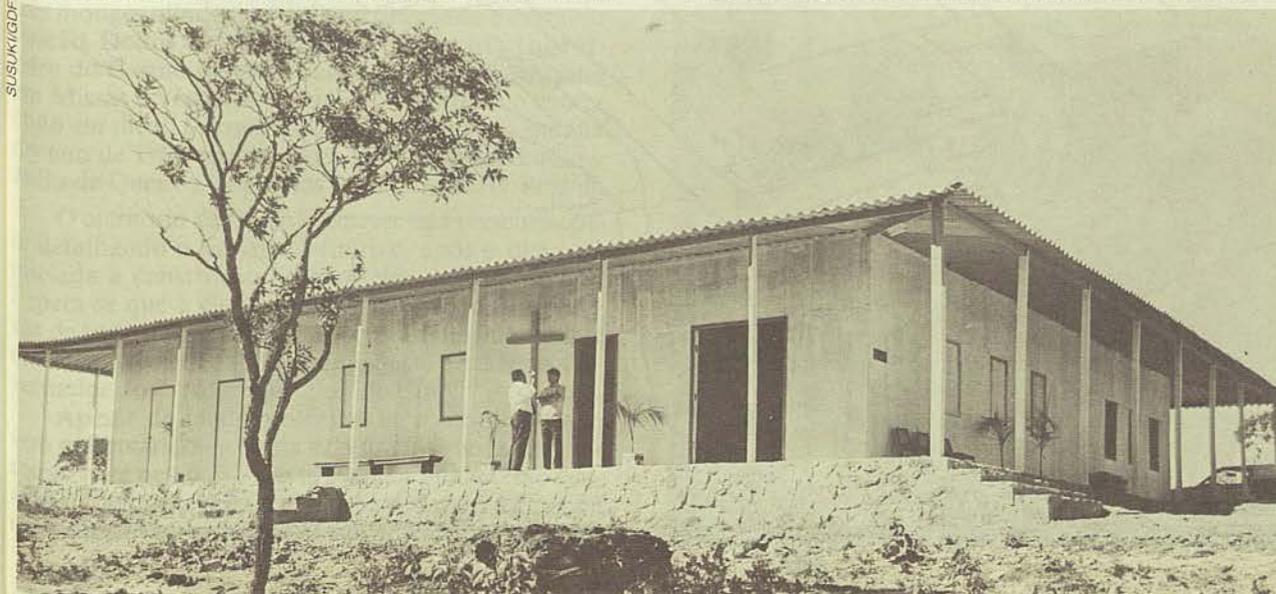
Between the idea
And the reality
Between the motion
And the act
Falls the Shadow.

Não nos esqueçamos, entretanto, do verso que T. S. Eliot acrescentou tanto à estrofe citada como a outras de seu imortal poema **The Hollow Men**:

For Thine is the Kingdom.

E justamente porque d'Ele é o Reino — ou, como disse São João no início de seu Evangelho, “tudo foi feito por Ele e nada existente se fez sem Ele”

Perto da Ermida Dom Bosco, uma casa de madeira é o mosteiro provisório dos beneditinos



— chegou a hora e a vez dos beneditinos de Olinda construírem um mosteiro em Brasília. Agora, porém, o instrumento de Deus não foi mais o gaúcho inquieto a quem dedico este artigo, e sim uma família católica da Holanda. E novamente a história pode começar como nos contos-de-fadas.

Onde entram católicos holandeses

Era uma vez uma família de católicos holandeses muito ricos. Tendo ouvido falar de Dom Helder Câmara, visitaram a arquidiocese de Olinda e Recife. No Mosteiro de São Bento de Olinda conheceram Dom Basílio Penido, de quem ficaram amigos para sempre. Graças a eles o Colégio de São Bento olindense está concluindo suas novas e confortáveis instalações. E agora decidiram financiar a construção do Mosteiro da Santa Cruz, nome do priorado simples fundado em Brasília pela abadia de Olinda.

Fundado em 14 de julho de 1987, o novo mosteiro já teve dois priores — Dom Luis Pedro Soares e Dom Hidelbrando de Melo — estando para ser nomeado o terceiro, porque Dom Hidelbrando adoeceu gravemente e voltou para Olinda. Coube a ele construir as instalações provisórias, em madeira e cimen-

to, mas com algumas áreas indispensáveis, como a capela — onde a comunidade se reúne para a missa conventual ou comunitária e os ofícios de Vigília, Laudes, Hora Meridiana, Vésperas e Completas — e o claustro, lugar ao mesmo tempo de meditação, recreio e sepultamento dos monges. Recriando certa vez com os monges, sobre as lápides do claustro do mosteiro do Rio de Janeiro — onde era Oblato, com o nome de Irmão João Batista — o escritor Alceu Amoroso Lima observou serem os beneditinos as únicas pessoas do mundo que riem sobre as próprias sepulturas...

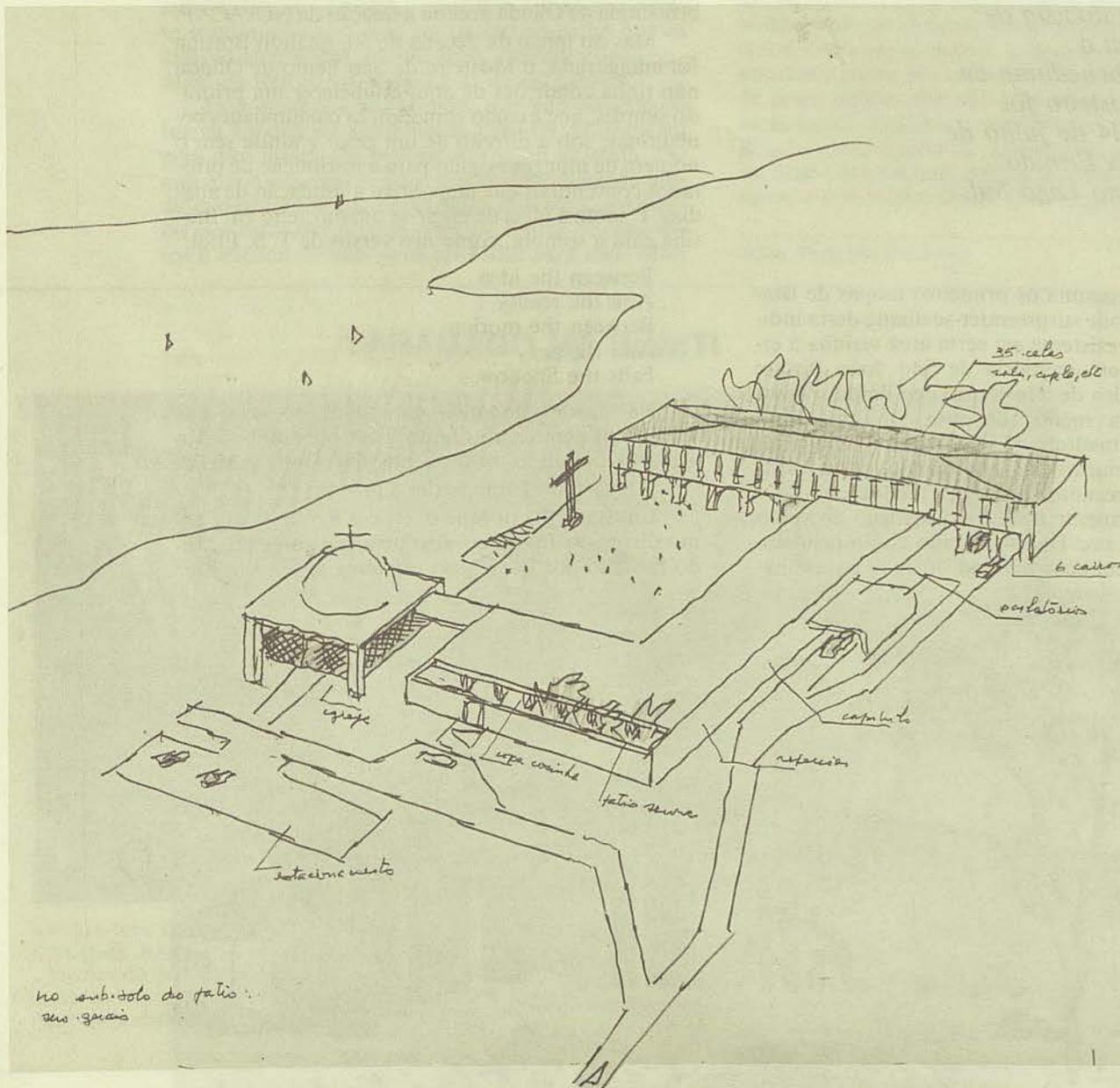
Os monges rezam cantando

O que é um mosteiro? Segundo São Bento — patriarca dos monges do ocidente a quem Paulo VI consagrou toda a Europa, continente por eles civilizado — “é uma escola do serviço do Senhor”. No mosteiro se pratica aquele conselho com o qual Rainer Maria Rilke conclui seu lindo poema *Torso Arcaico de Apolo*:

Força é mudares de vida!

Por isso Thomas Merton escreveu ser o monge

Primeiro traço de Oscar Niemeyer para o Mosteiro da Santa Cruz de Brasília. Os monges não gostaram do claustro aberto para o lago. O arquiteto prontificou-se a fechá-lo, para que fique de acordo com a tradição monástica e a própria etimologia da palavra claustro.



(do latim **manachus**, isto é, solitário) “alguém que assume uma atitude crítica frente ao mundo e suas estruturas”. Neste particular — e como observou ainda Merton — o monge se parece com o **hippie**, embora as motivações sejam outras. Vivendo sob a direção de uma Regra e de um Abade — “sub Regula vel Abbate” — o monge reza e trabalha: “ora et labora” é justamente a divisa da Ordem de São Bento.

A oração monástica é, na sua quase totalidade, o canto ou a recitação dos **Salmos**, um dos livros poéticos do Velho Testamento, parte do qual escrito pelo rei David. Em suas Epístolas, São Paulo aconselha os Efésios, Coríntios e Colossenses a **salmodiar**, isto é, a falar em salmos, tanto ao Senhor como entre eles. Sabe-se, aliás, que era preferentemente em salmos que o próprio Cristo gostava de rezar. E assim se compreende porque São Gregório de Nisa comparava os salmos a uma escada pela qual subimos do nível mais baixo ao do mais alto conhecimento espiritual e da presença de Deus. A música da salmodia é a Gregoriana, assim chamada porque seu codificador foi um jurista italiano que, depois de exercer o cargo de Prefeito de Roma, tornou-se monge beneditino e chegou à cátedra de São Pedro com um nome que revela sua grandeza: Gregório Magno (c540-604), depois canonizado e incluído entre os Doutores da Igreja.

O trabalho dos monges é escolhido pelo Abade, segundo as inclinações de cada um. A erudição e as artes sempre foram preferidas pelos Beneditinos, mas há nos mosteiros trabalhos tanto para músicos, artistas plásticos e pesquisadores como para enfermeiros, arquitetos, administradores, agricultores, sapateiros, encadernadores, bibliotecários, motoristas, tratoristas, etc.

Como chegar ao mosteiro

Para ir ao Mosteiro da Santa Cruz deve-se atravessar a ponte Presidente Costa e Silva — uma das obras-primas de Oscar Niemeyer, que parece pousar sobre o lago Paranoá — e seguir pela Estrada Parque Dom Bosco, ao longo da qual se situam as mansões do chamado Lago Sul. Antes de chegar à barragem, na altura das quadras 28, dobra-se à esquerda, na direção da ermida, e logo à direita, onde há placa assinalando o Instituto Israel Pinheiro, dos Padres Salesianos, vizinhos ricos dos Beneditinos.

No pequeno mosteiro de madeira se encontram três monges olindenses — Dom Sebastião de Araujo Falcão, Dom Luis Pedro Soares e Dom Marcos Ferreira do Carmo — já entoando o canto Gregoriano em Missas e Vésperas dominicais. Ouvindo o canto-chão em pleno Cerrado, recordo-me de certa manhã do ano de 1964 em que, com Dom Basílio Penido e Julio de Queiroz, cantamos ali o hino **Salve Regina**.

O escritório de Oscar Niemeyer está presentemente detalhando o projeto definitivo, após o que será iniciada a construção do Mosteiro da Santa Cruz. Espera-se que a ele acorram vocações contemplativas de todo o Brasil, e não apenas de Brasília, já que esta é “Capital de todos”, como gosta de dizer o Governador José Aparecido de Oliveira.

Apesar de incompreensões de toda ordem que vem enfrentando — políticas, administrativas, financeiras e até pessoais — esse homem público tão sensível à inteligência e à cultura vem dando a Brasília uma dimensão universal tanto no espaço como no

tempo. Primeiro, irmanando-a às mais velhas capitais do mundo latino, como Roma, Paris e México. Depois, conseguindo fazer com que a UNESCO a incluisse entre monumentos milenares que constituem o Patrimônio Cultural da Humanidade. A presença de Beneditinos em Brasília significa, para ele, a união de um mosteiro como o de Olinda — que remonta ao século XVI — com o mais novo priorado beneditino do mundo. Para completar sua felicidade, o Papa João Paulo II acaba de elevar ao Colégio dos Cardeais os Arcebispos de Salvador e de Brasília: a mais antiga e a mais moderna das dioceses brasileiras.

Edson Nery da Fonseca é professor titular da Universidade de Brasília e Assessor da Presidência da República.



Ao lado, o Mosteiro de São Bento, em Olinda. Abaixo, o Governador José Aparecido, no Palácio do Buriti, com Dom Hildebrando e a deputada Sandra Cavalcanti (à esq.), Dom Basílio Penido e o jornalista Luís Orlando Carneiro



SUSUKI/GDF

PAULO NOGUEIRA NETO

Nova estrutura conservacionista

Neste artigo, o secretário de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Paulo Nogueira Neto, mostra o que o Governo José Aparecido fez e planeja fazer para preservar a ecologia do cerrado, com a criação e a administração centralizada de diversas unidades de conservação da natureza, a mais importante delas a de Águas Emendadas.



O Governo do Distrito Federal tem várias unidades importantes de conservação da natureza. Uma delas, a de Águas Emendadas, com uma área de 10.000 hectares, protege um dos fenômenos ecológicos mais interessantes do nosso continente. É ali o único lugar onde estão juntas as águas das bacias hidrográficas dos rios Paraná e Amazonas. Trata-se de uma área de cerrado, cerradão e floresta ciliar, que num determinado lugar apresenta um banhado. Dali partem dois cursos d'água: um se dirige para o Prata e o outro para a Amazônia. A desapropriação das terras da Reserva (futura Estação Ecológica) de Águas Emendadas custou ao GDF o equivalente a cerca de 4 milhões de dólares. Para as gerações futuras, porém, o seu valor será imensamente maior.

Outras reservas ecológicas importantes estão sendo criadas no Distrito Federal. Uma delas é a Estação Ecológica do Guará, destinada a proteger e a possibilitar estudos de uma floresta de banhado, verdadeira preciosidade ecológica, pelos exemplares raros que possui de nossa flora. Só não foi ainda devastada por se tratar de um brejo onde é muito difícil caminhar, mas já apresenta invasores que é preciso relocalar, dentro de todo o respeito devido à pessoa humana.

Outra unidade de conservação que está sendo projetada é a Estação Ecológica do Gama, junto ao bosque e à cidade do mesmo nome. Também é uma área economicamente importante, onde há uma interessante transição entre o cerrado e mata. A Administração Regional está pronta a colaborar conosco nesse importante projeto.

Está em estudo uma nova unidade, no canto no-

roeste do Distrito Federal, numa região muito montanhosa e imprópria para a agricultura. Trata-se da APA-Area de Proteção Ambiental de Cafuringa. Ali, a propriedade privada não predatória e a propriedade pública poderão conviver harmonicamente. É urgente proteger as belas cachoeiras da região, as matas ciliares e os campos - cerrados característicos de suas encostas íngremes.

Há também uma APA, esta já criada, que compreende o Jardim Botânico, a Reserva do IBGE, o Jardim Zoológico, a Fazenda da UnB e várias áreas particulares. Refiro-me à Área de Proteção Ambiental do Gama - Cabeça de Veado, que foi criada há cerca de 3 anos e está em pleno funcionamento. Quanto as APAs do Descoberto e do São Bartolomeu, as mesmas são da União e administradas pela SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente do Governo Central, em colaboração com o Governo do Distrito Federal.

Como se vê, há toda uma rede de unidades de conservação ecológica, em parte projetada, em parte já existente. Para que essas unidades possam funcionar a contento, é necessário estabelecer em cada uma delas um zoneamento referente ao seu uso. É preciso, num processo dinâmico, dizer o que é permitido e o que é proibido na APA, para que estas possam atingir a sua finalidade de evitar usos e ações predatórias, nas propriedades públicas e privadas ali existentes. É preciso, enfim, estabelecer todo um conjunto de providências destinadas ao bom cumprimento da legislação ambiental.

Para atender ao exposto acima, o governador José Aparecido está criando um Conselho Supervisor das Unidades de Conservação administradas pelo

GDF. Farão parte do mesmo cerca de 20 representantes de entidades públicas e privadas, com atuação na área ambiental. Das suas decisões caberá recurso ao CAUMA - Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente. Dessa maneira o GDF criará uma estrutura ambiental realmente moderna e atuante também na Área de Ecossistemas. Está prevista a participação da comunidade, sem a qual será muito difícil atuar eficientemente. Essa participação enriquece sobremaneira e dá mais força e prestígio às entidades oficiais encarregadas da defesa ambiental, que costumeiramente sofrem pressões contrárias, de interesses imediatistas.

Paulo Nogueira Neto é secretário extraordinário para Assuntos do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia

Os decretos da preservação

Aqui, cinco decretos do Governo José Aparecido: o primeiro cria o Conselho Supervisor das Unidades de Conservação e Áreas Protegidas administradas pelo DF; o segundo cria a Área de Proteção Ambiental Cafuringa; o terceiro cria, na PM do DF, a Companhia de Polícia Florestal; o quarto modifica a denominação da Reserva Biológica de Águas Emendadas; o último dispõe sobre a criação da Área de Relevante Interesse de Vida Silvestre do Riacho Fundo.

Decreto N.º 11.122 de 10 de junho de 1988

Cria o Conselho Supervisor das Unidades de Conservação e Áreas Protegidas administradas pelo Distrito Federal e dá outras providências, conforme a Decisão n.º 39, de 24 de maio de 1988, do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente.

O Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, da Lei n.º 3.751, de 13 de abril de 1960, tendo em vista o que dispõem as Leis n.º 6.902, de 27 de abril de 1981, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, **considerando** a existência de significativas áreas ainda representativas dos ecossistemas nativos da região do Distrito Federal, verdadeiras ilhas em meio aos campos cultivados e regiões urbanizadas;

considerando a grande riqueza da flora e fauna nativas nesses ecossistemas, bem como a presença de diversas espécies raras, endêmicas ou ameaçadas de extinção da biota regional;

considerando o notável patrimônio genético que estas áreas abrigam;

considerando a importância destas áreas como unidades de conservação, nas quais poderão ser desenvolvidos estudos e pesquisas, visando um melhor conhecimento e utilização da riqueza natural da região;

considerando a importância da compatibilização do desenvolvimento econômico com a preservação ambiental;

considerando a importância das reservas naturais para a qualidade de vida da população e sua necessária educação ambiental e recreação;

considerando a determinação deste governo de ampliar as áreas de preservação ecológica do Distrito Federal, com o intuito de preservar seu patrimônio natural, garantindo assim a sua continuidade para as gerações futuras e para a ciência;

considerando, finalmente, a conveniência e o interesse de instituir uma ação coordenada e integrada, envolvendo os diversos órgãos de meio ambiente e afins, no estabelecimento de uma política de meio ambiente do Dis-

trito Federal, principalmente no que se refere à implantação, utilização e manejo das unidades de conservação existentes.

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Conselho Supervisor das Unidades de Conservação e Áreas Protegidas administradas pelo Distrito Federal - CONSUCON, órgão colegiado de 2.º grau, vinculado ao Gabinete Civil do Governador do Distrito Federal, com o objetivo de apreciar, examinar, avaliar e supervisionar as atividades exercidas nas Unidades de Conservação no âmbito do Distrito Federal e propor as medidas necessárias para que elas atendam adequadamente as finalidades para as quais foram criadas.

Art. 2.º — Para os efeitos deste Decreto consideram-se como Unidades de Conservação as Estações Ecológicas, as Áreas de Proteção Ambiental-APAs, as Áreas de Relevante Interesse Ecológico-ARIEs, as Reservas Biológicas e Ecológicas, e outras unidades criadas pelo Distrito Federal para proteger a biota e os ecossistemas naturais.

Art. 3.º — O Conselho será integrado pelos seguintes membros:

I — como membros natos:

- a) O chefe de Gabinete Civil;
- b) O secretário extraordinário para Assuntos do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia;
- c) O secretário de Viação e Obras;
- d) O procurador-geral do Distrito Federal;
- e) O secretário especial do Meio Ambiente, do Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente;
- f) O coordenador da Coordenação de Assuntos do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia — COAMA;
- g) O comandante-geral do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal;
- h) O comandante do Comando Naval de Brasília;
- i) O delegado regional da Delegacia Regional do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal do Distrito Federal;
- j) O diretor do Departamento de Geociências, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- k) O reitor da Universidade de Brasília;
- l) O presidente da Companhia Imobiliária de Brasília — TERRACAP;
- m) O presidente da Companhia de Águas e Esgotos de Brasília — CAESB;
- n) O presidente da Fundação Cultural do Distrito Federal;
- o) O diretor do Jardim Botânico de Brasília;
- p) O presidente da Sociedade Brasileira de Direito de Meio Ambiente;
- q) O presidente da Fundação Pró-Natureza-FUNATURA;

- r) O presidente da Sociedade Botânica do Brasil;
- s) O presidente da Sociedade Brasileira de Ornitologia;
- t) O chefe de Departamento de Recursos Naturais, da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal;
- u) O secretário de Agricultura e Produção;
- v) O diretor do Jardim Zoológico de Brasília.

II — como membros designados:

- a) um (1) representante das Comissões de Defesa do Meio Ambiente - CONDEMAS;
- b) três (3) assessores do Gabinete Civil com atuação no Programa Especial do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia;
- c) uma (1) pessoa escolhida entre personalidades de notórios conhecimentos na matéria.

§ 1º — Os membros de que tratam as alíneas "a" e "b", do inciso II, deste artigo, serão designados pelo governador do Distrito Federal mediante indicação do coordenador das Administrações Regionais e do secretário extraordinário para Assuntos do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, respectivamente.

§ 2º — O membro de que trata a alínea "c" do inciso II, deste artigo, será de livre escolha e designação do governador do Distrito Federal.

Art. 4º — O mandato dos membros terá duração de 03 (três) anos.

Art. 5º — A Presidência ao Conselho será exercida pelo chefe do Gabinete Civil, cabendo-lhe nas reuniões o voto ordinário e o de desempate.

Art. 6º — Será designado um suplente para cada membro efetivo do Conselho.

§ 1º — Os suplentes dos membros de que trata o inciso II do artigo terceiro serão designados observando as mesmas condições estabelecidas para os titulares.

§ 2º — Os suplentes dos membros natos serão seus respectivos substitutos eventuais nos órgãos e entidades em que forem titulares, salvo quanto ao suplente do chefe do Gabinete Civil que será o secretário extraordinário para Assuntos do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia.

§ 3º — O suplente substituirá o respectivo titular em suas ausências ou impedimentos, podendo ainda assistir às reuniões do Conselho, quando presente o membro efetivo, mas só terá voz e voto na ausência do titular.

Art. 7º — O Conselho de que se trata este Decreto tem as seguintes competências:

I — avaliar e julgar as atividades implantadas nas Unidades de Conservação e Áreas Protegidas administradas pelo Governo do Distrito Federal;

II — examinar e deliberar sobre propostas, atividades e convênios a serem implantados em cada Unidade de Conservação e Áreas Protegidas administradas pelo Distrito Federal, bem como sobre os relatórios das atividades desenvolvidas pelas mesmas;

III — analisar e emitir parecer conclusivo sobre projetos que utilizarem ou efetuem os recursos naturais das Unidades de Conservação e Áreas Protegidas, ou por alterarem potencialmente as características desses, observando as proibições e restrições previstas na legislação;

IV — manifestar-se, sem prejuízo da competência de outros órgãos e entidades do Distrito Federal, sobre a realização, efetivação ou instalação das seguintes atividades:

a) plantios experimentais de interesse para a preservação e o manejo ambiental;

b) reintrodução de plantas e animais localmente extintos ou ameaçados de extinção;

c) uso de fogo controlado para manejo e pesquisa;

d) coleta de material animal e vegetal de interesse para a pesquisa e o manejo ambiental;

e) captação praticamente a fio d'água e de águas subterrâneas, para abastecimento público ou local, compatível com a manutenção dos ecossistemas a jusante;

f) exploração de cascalho, areia, argila, terra e pedras e quaisquer outros bens minerais;

g) instalação de indústrias;

h) expansão, parcelamento e adensamento da área urbana e rural;

i) abertura de estradas e obras de terraplenagem, barragens e aterros;

j) uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, condicionados respectivamente ao uso do Receituário Agrônomico e ao acompanhamento da EMATER/DF;

k) uso de fogo na vegetação nativa e em culturas;

l) expansão das áreas com culturas de ciclo curto;

m) quaisquer outras atividades ou obras que, a juízo do Conselho, possam implicar em degradação ambiental;

V — aprovar normas de uso e manejo para as Unidades de Conservação de Áreas Protegidas administradas pelo Distrito Federal;

VI — examinar e propor a criação de novas Unidades de Conservação de Áreas Protegidas administradas pelo Distrito Federal;

VII — acompanhar os trabalhos de elaboração de zoneamento ambiental detalhado e o plano inicial de manejo de cada Unidade de Conservação.

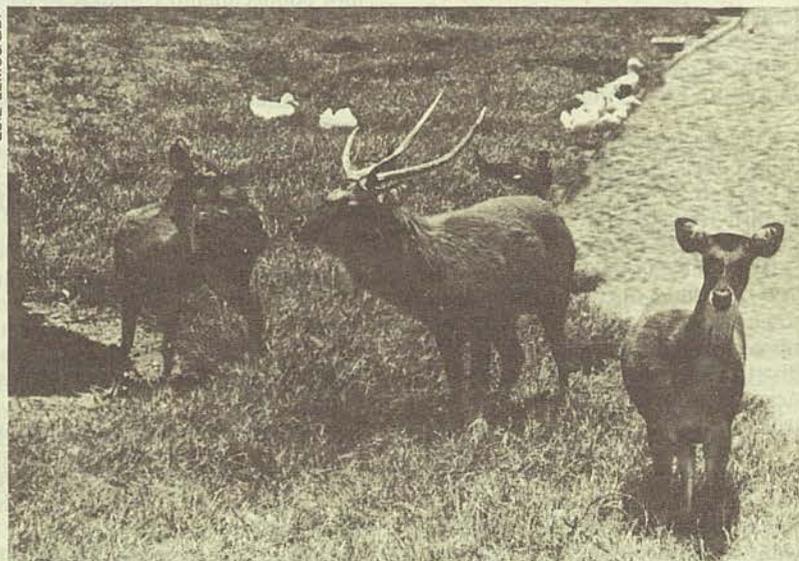
Parágrafo único — Os trabalhos de que trata o inciso VII deste artigo deverão estar terminados no prazo de dois anos, a partir da posse dos membros do CONSUCON e poderão ser feitos mediante convênios a serem celebrados para este fim.

Art. 8º — Das decisões do Conselho Supervisor das Unidades de Conservação e Áreas Protegidas caberá recurso à Câmara de Defesa do Meio Ambiente do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente — CAUMA, no prazo de 8 (oito) dias a partir da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

Art. 9º — O Conselho Supervisor das Unidades de Conservação e Áreas Protegidas administradas pelo Distrito Federal, será instalado dentro de 30 (trinta) dias contados da publicação deste Decreto, cabendo ao mesmo elaborar e aprovar seu Regimento nos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua instalação.

Parágrafo único — O Regimento do CONSUCON será baixado pelo governador do Distrito Federal, após manifestação da Secretaria do Governo e do Secretário Extraordinário pa-

LUIZ LEMOS/GDF



ra Assuntos Econômicos e de Reforma Administrativa.

Art. 10 — Caberá ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal-CBDF, dar apoio técnico necessário ao planejamento, treinamento e implantação das atividades de prevenção e combate aos incêndios e colaborar na supervisão do uso de fogo controlado.

Art. 11 — Ficam o secretário Extraordinário para Assuntos do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e o coordenador da Coordenação do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia - COAMA responsáveis pela observância das disposições deste Decreto e das Resoluções do Conselho Supervisor das Unidades de Conservação e Áreas Protegidas administradas pelo Distrito Federal naquilo que lhes couberem e sem prejuízos das demais responsabilidades nelas contidas.

Art. 12 — A Coordenação do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia - COAMA, funcionará como Secretaria Executiva do CONSUCON.

Art. 13 — O exercício da função de membro efetivo ou suplente do CONSUCON constitui serviço público relevante e não remunerado.

Art. 14 — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto n.º 9.417, de 21 de abril de 1986 e demais disposições em contrário.

Brasília, 10 de junho de 1988
100º da República e 29º de Brasília

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

PAULO NOGUEIRA NETO

LEONE TEIXEIRA DE
VASCONCELOS

DECRETO Nº 11.123 DE 10 DE JUNHO DE 1988

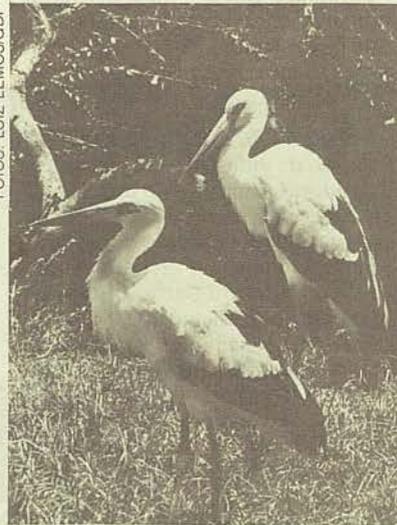
Cria a Área de Proteção Ambiental — CAFURINGA, conforme a Decisão n.º 39, de 24 de maio de 1988, do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente.

O governador do Distrito Federal, no uso de atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei n.º 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que dispõem os artigos 8º e 9º da Lei n.º 6.902, de 27 de abril de 1981, e o inciso VI, do artigo 9º da Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, e o Decreto Federal n.º 89.336, de 31 de janeiro de 1984,

considerando que junto à borda norte da chapada da Contagem há encostas muito íngremes, e que o mesmo ocorre também em outros locais, nas bacias hidrográficas dos Ribeirões Cafuringa, Contagem, Palmas e Dois Irmãos;

considerando que essa região é quase toda escarpada e muito acidentada, com baixa aptidão agrícola, com exceção de uma faixa relativamente estreita, junto às rodovias DF-001 e DF-220;

FOTOS: LUIZ LEMOS/GDF



considerando a necessidade de proteger da erosão essas encostas, e conseqüentemente salvaguardar também a elevada qualidade da água dos mananciais da região, com vistas a um possível aproveitamento futuro para abastecimento público;

considerando que nos profundos vales da região existem florestas de alto valor ecológico;

considerando que a grande maioria das terras da região apesar de apresentarem baixo potencial agrícola estão cobertas por uma valiosa vegetação nativa, formando um dos mais extensos campos naturais e campos cercados do Distrito Federal;

considerando que essa flora nativa abriga populações de animais em processo de extinção, como o lobo-guará, o veado-campeiro, tamanduás, perdizes, emas, etc;

considerando que nos vales profundos que sulcam as encostas existem numerosas cachoeiras de grande potencial turístico, que já começam a atrair visitantes, o que indica a necessidade de disciplinar esse afluxo, para que o mesmo se mantenha dentro de um padrão conservacionista, e

considerando, ainda, que se trata da "última fronteira natural" do Distrito Federal, e que a sua clara vocação é no sentido conservacionista, turístico, pecuário e de preservação de recursos hídricos, dentro das normas recomendáveis;

DECRETA:

Art. 1º — Fica criada a Área de Proteção Ambiental — APA de Cafuringa, nas bacias hidrográficas dos Ribeirões Cafuringa, Contagem e Palmas.

Parágrafo único — A delimitação da referida APA é definida pelos polígonos constantes do Anexo I do presente Decreto, fazendo parte integrante do mesmo.

Art. 2º — A Área de Proteção Ambiental de Cafuringa, com área aproximadamente de 21.200 ha (vinte e um mil e duzentos hectares) tem os seguintes limites:

Inicia-se no ponto 1, situado no entroncamento das rodovias DF-001 e DF-150, segue pela rodovia DF-150, no rumo inicial NE e refletindo para NW percorrendo uma distância de aproximadamente 14,00 km, até o ponto 2, situado no entroncamento das rodovias DF-150 e DF-205.

Segue pela rodovia DF-205 no rumo NW até o ponto 3 situado no encontro da DF-205 com o talvegue do Ribeirão da Contagem. Desse ponto, segue pelo talvegue do Ribeirão da Contagem no rumo inicial NE defletindo NW e depois para NE, até o ponto 4, situado no encontro do talvegue do Ribeirão da Contagem com o limite Norte do DF, paralelo 15º 30' S. Desse ponto segue pelo paralelo 15º 30' no rumo W em uma distância

As garças (acima) e as emas (ao lado) serão defendidas pela nova legislação ambientalista de Brasília



aproximadamente de 36.400m até o ponto 5, situado no encontro do paralelo com o meridiano 48° 12' W Greenwich no limite NW do DF. Desse ponto segue pelo meridiano 48° 12' W no rumo S em uma distância de aproximadamente 12.800m até o ponto 6, situado no encontro deste meridiano com a DF-220. Desse ponto, segue pela rodovia DF-220, na distância aproximada de 16.800m no inicial NE e defletindo para E, e depois para SE, até o ponto 7, no encontro da DF-220 com a rodovia DF-001. Desse ponto, segue pela rodovia DF-001 na distância de 27.200m no rumo inicial NE e defletindo SE, até encontrar o ponto inicial 1.

Art. 3º — São objetivos da APA:

I — Garantir a conservação e a preservação dos vários ecossistemas naturais ali existentes, com os seus recursos bióticos, hídricos, edáficos e aspectos paisagísticos.

II — Assegurar condições à realização de pesquisas integradas de Ecologia, Botânica, Zoologia, Edafologia, Geologia, Hidrologia, Limnologia e outras Ciências Naturais.

III — Disciplinar a ocupação da APA, de forma a assegurar ali uma alta qualidade ambiental, livre de poluição, de erosão e de outras formas de degradação dos recursos ambientais.

Art. 4º — A supervisão e coordenação da APA fica a cargo do Programa Especial do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, gerido pela Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia — SEMATEC, com o apoio logístico da Coordenação de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia — COAMA, da Fundação Zoológica, da CAESB e de outras entidades do Governo do Distrito Federal.

Art. 5º — Fica estabelecido o zoneamento da APA em:

- A — Zona de Vida Silvestre
- B — Zona Tampão

Art. 6º — A Zona de Vida Silvestre tem por objetivo a preservação da biota nativa, com ênfase nas espécies raras, ou ameaçadas de extinção na região, e se destina também à salvaguarda das coleções hídricas e de outros recursos naturais dignos de especial proteção.

§ 1º — A Zona de Vida Silvestre será constituída:

I — pelas matas ciliares e demais bosques nativos existentes na APA;

II — pelas encostas com inclinação igual ou superior a 25°;

III — pelas cachoeiras e corredeiras, e uma faixa de 100 metros de largura, em cada margem das mesmas;

IV — pelas veredas e sua vegetação típica, inclusive buritizais.

§ 4º — A Zona de Vida Silvestre

referida no parágrafo anterior, bem como outras partes da APA que forem como tal designadas por ato do Poder Executivo, ficam desde já declaradas como Áreas de Relevante Interesse Ecológico — ARIEs, de acordo com o disposto no art. 9º, VII, da Lei nº 6.938/81 e no Decreto Federal nº 89.336, de 31 de janeiro de 1984.

§ 3º — Na Zona de Vida Silvestre são permitidas as atividades e os usos previstos em legislação do Distrito Federal e na Resolução do CONAMA que regulamenta o assunto, de acordo com os art. 4º e 5º do Decreto Federal nº 89.336, de 31 de janeiro de 1984. Exceção-se as áreas de Reserva Ecológica, de preservação integral, previstas no artigo 2º da Lei nº 4.711/65, e no artigo 18 da Lei nº 6.938/81.

Art. 7º — Na Zona Tampão, situada no entorno da Zona de Vida Silvestre, serão permitidas atividades e usos não predatórios, tais como a pecuária extensiva e o turismo ecológico, bem como a construção de edificações, tudo de acordo com as normas a serem estabelecidas pelo Conselho Supervisor das Unidades de Conservação e Áreas Protegidas administradas pelo Governo do Distrito Federal.

Parágrafo único — Será permitida também a agricultura e a pecuária, desde que exercidas de acordo com as normas técnicas de conservação do solo e de combate integrado de pragas.

Art. 8º — Fica proibida na APA a instalação de indústrias potencialmente poluidoras, bem como o exercício de atividades causadoras de erosão e outras formas de degradação ambiental.

Parágrafo único — Nenhuma abertura de estradas ou outras atividades que exijam terraplenagem serão permitidas na APA sem licença prévia da SEMATEC/COAMA, ouvido o Conselho Supervisor das Unidades de Conservação e Áreas Protegidas administradas pelo Governo do Distrito Federal.

Art. 9º — Aplicam-se aos infrato-

res dos dispositivos deste Decreto, as sanções previstas no art. 9º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e nos artigos 36 e 45 do Decreto nº 88.351, de 01 de julho de 1983.

Art. 10 — Aplicam-se à APA os critérios de preservação estabelecidos pela Resolução do CONAMA nº 45/85 e as disposições do art. 1º do Decreto nº 107, de 06 de setembro de 1961.

Art. 11 — A SEMATEC/COAMA ficam autorizadas a firmar convênios com outros órgãos com vista à implementação do disposto neste Decreto, com a interveniência da FZDF.

Art. 12 — A SEMATEC/COAMA baixarão as instruções normativas que forem necessárias ao cumprimento deste Decreto, após serem submetidas à deliberação do Conselho Superior das Unidades de Conservação e Áreas Protegidas administradas pelo Distrito Federal.

Art. 13 — Respeitadas as normas de controle da degradação ambiental, ficam assegurados, na APA, os direitos minerais já adquiridos na data da publicação deste Decreto.

Art. 14 — A SEMATEC apresentará no prazo de 06 (seis) meses ao Governo do Distrito Federal do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) de Cafuringa.

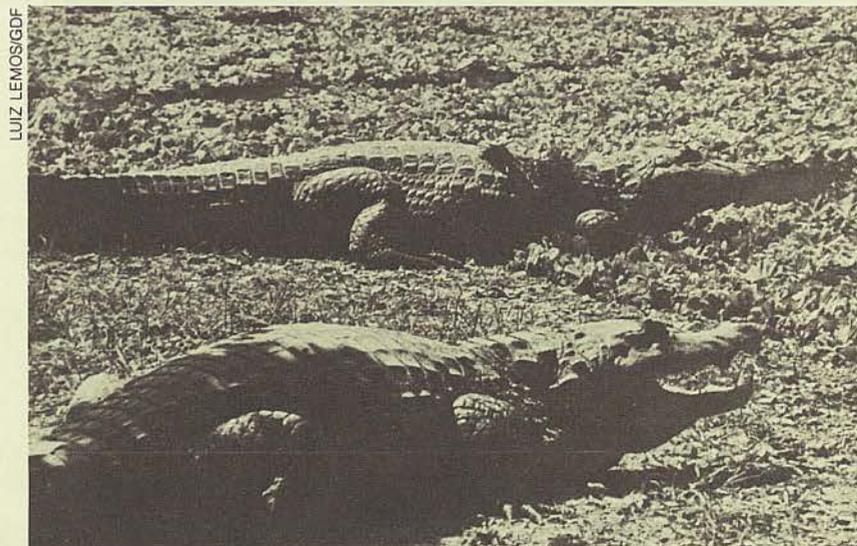
Art. 15 — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de julho de 1988
100º da República e 29º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

PAULO NOGUEIRA NETO

LEONE TEIXEIRA DE
VASCONCELOS



Decreto Nº 11.124, de 10 de junho de 1988

Cria, na Polícia Militar do Distrito Federal, a Companhia de Polícia Florestal e dá outras providências.

O governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e, atendendo o constante do Processo nº 054.003.059/88,

DECRETA:

Art. 1º — Fica criada, na Polícia Militar do Distrito Federal, a Companhia de Polícia Florestal, subordinada ao Comandante-Geral da Corporação.

Art. 2º — O Quadro de Organização da Companhia, após submetido à apreciação do Estado-Maior do Exército, será aprovado pelo governador do Distrito Federal e publicado em Boletim Reservado da Corporação.

Art. 3º — A Companhia de Polícia Florestal — Cia. PFlo — terá suas instalações previstas no Parque Nacional de Brasília — PNB — (Água Mineral), e suas frações serão sediadas nas áreas rurais do Distrito Federal.

Parágrafo único — Enquanto não for construído o Quartel destinado à Companhia de Polícia Florestal, ficará a mesma sediada em instalações cedidas pela Delegacia do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal no Distrito Federal — IBDF/DF.

Art. 4º — A Companhia de Polícia Florestal, dotada de autonomia administrativa, terá a atribuição de executar o policiamento ostensivo, mediante convênio com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, Delegacia do Distrito Federal, que visa a preservar a fauna, os recursos florestais, as extensões d'água e mananciais, contra a caça e a pesca ilegais, a derrubada indevida ou a poluição no quadrilátero territorial do Distrito Federal, além de cumprir outras missões determinadas pelo comandante geral da Corporação.

Art. 5º — As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão, inicialmente, à conta da dotação prevista no Convênio entre o Distrito Federal e a Delegacia do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal no Distrito Federal — IBDF/DF, e posteriormente à conta da dotação orçamentária da Polícia Militar do Distrito Federal, conforme Plano de Expansão já aprovado.

Art. 6º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Brasília-DF, Patrimônio Cultural da Humanidade, 10 de junho de 1988, 100ª da República e 29º de Brasília

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

JOÃO MANOEL SIMCH
BROCHADO

Decreto Nº 11.137, de 16 de junho de 1988

Modifica a denominação da Reserva Biológica de Águas Emendadas, e dá outras providências.

O governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta no Processo nº 030.006.394/88,

considerando que a conceituação de Estação Ecológica prevista na Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, se enquadra mais adequadamente aos objetivos do Decreto nº 771, de 12 de agosto de 1968;

considerando o que consta da Decisão nº 39, de 24 de maio de 1988, do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente — CAUMA,

DECRETA:

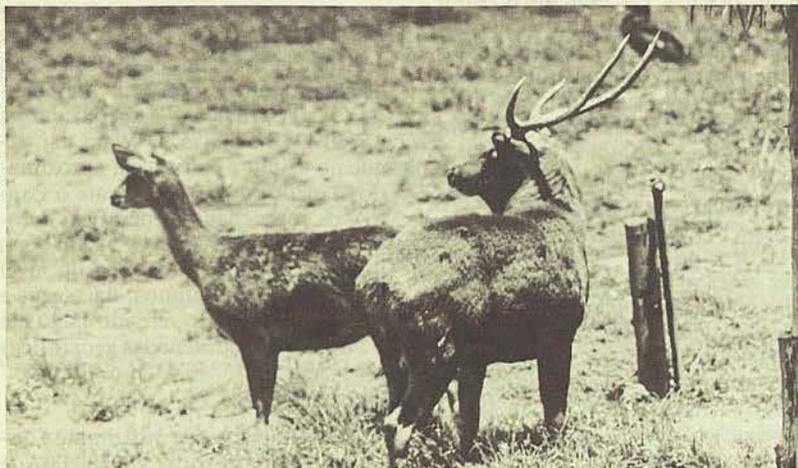
Art. 1º — A Reserva Biológica de Águas Emendadas, criada pelo Decreto nº 771, de 12 de agosto de 1968, passa a denominar-se Estação Ecológica de Águas Emendadas.

Art. 2º — As atividades previstas no artigo 2º do Decreto nº 771, de 12 de agosto de 1968, que criou a Reserva Biológica, serão realizadas numa faixa de 300 m de largura e extensão de 11 Km aproximadamente, situada ao longo da Rodovia BR-020, desde o seu entroncamento com a Rodovia DF-130, até o seu entroncamento com a Rodovia DF-345, com área aproximada de 330 ha.

§ 1º — A área mencionada no **caput** deste artigo, constituirá a Área de Pesquisas Aplicadas de Ecologia, prevista no parágrafo 2º do artigo 1º, da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas.

§ 2º — As pesquisas ecológicas aplicadas, acima referidas, somente serão admitidas se não colocarem em risco a sobrevivência dos ecossistemas nativos e a proteção que lhes é devida.

Art. 3º — O Centro de Pesquisas Ecológicas-CPE, a ser criado visando dar execução às atividades educacio-



Fotos: LUIZ LEMOS/GDF

Proteger a fauna (acima) do cerrado, e também as florestas e a vegetação, contra os incêndios muito comuns nesta época (à dir.) são objetivos da nova legislação



nais e de pesquisas previstas no Decreto n° 771, de 12 de agosto de 1968, terá a denominação de "Centro de Pesquisas Ecológicas Professor Ezequias Paulo Heringer", em homenagem ao idealizador da Reserva Biológica.

Art. 4º — As pesquisas ecológicas de qualquer natureza, realizadas na Estação Ecológica de Águas Emendadas, dependerão sempre de autorização do Conselho Supervisor das Unidades de Conservação administradas pelo Distrito Federal e do controle técnico da SEMATEC/COAMA.

Parágrafo único — As pesquisas efetuadas na Área de Pesquisas Aplicadas de Ecologia, terão, prioritariamente, o objetivo de adquirir conhecimentos sobre o controle dos incêndios nos cerrados e sobre os efeitos ecológicos nos mesmos.

Art. 5º — Nas áreas circunvizinhas da Estação Ecológica de Águas Emendadas, numa faixa de 10 Km (dez quilômetros), qualquer atividade que possa afetar a biota e os recursos hídricos ficará subordinada às normas estabelecidas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA, para a proteção do entorno das unidades de conservação ecológica, de acordo com o artigo 30 do Decreto Federal n° 88.351, de 01 de junho de 1983.

Art. 6º — A Estação Ecológica de Águas Emendadas ficará sob a supervisão do secretário extraordinário para Assuntos do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, executor do Programa Especial do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, instituído pelo Decreto n° 9.828, de 23 de outubro de 1986.

Art. 7º — A SEMATEC/COAMA baixará as instruções normativas destinadas ao bom cumprimento deste Decreto.

Art. 8º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1988,
100° da República e 29° de Brasília

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

PAULO NOGUEIRA NETO

LEONE TEIXEIRA DE
VASCONCELOS

Decreto N° 11.138, de 16 de junho de 1988

Dispõe sobre a criação de Áreas de Relevante Interesse Ecológico do Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo — ARIE.

O governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei n° 3.751, de 13 de abril de 1960, tendo em vista a Decisão n° 39/88, do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente, e o que consta do Processo n° 030.006.396/88,

DECRETA:

Art. 1º — Fica criada a ARIE — Área de Relevante Interesse Ecológico Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo, composta pelas áreas I e II, com as seguintes delimitações:

Área I: Partindo do Ponto 1 de coordenadas aproximadas 15°51'35"S e 47°57'17"Wgr., localizado próximo ao trevo de cruzamento das estradas EPIA com EPNB, segue no azimute e distância aproximados 63°26'00" e 1.018,41m, até o Ponto 2 de coordenadas geográficas aproximadas 15°51'20"S e 47°56'47"Wgr., daí, segue no azimute e distância aproximadas 50°32'43" e 731,74m, até o Ponto 3 de coordenadas geográficas aproximadas 15°51'05"S e 47°56'27"Wgr., localizado na margem esquerda do Córrego Guará; daí, segue por este Córrego a jusante até a confluência com o Riacho Fundo e por este Riacho a jusante até o Ponto 4 de coordenadas geográficas aproximadas 15°51'03"S e 47°55'58"Wgr., localizado na ponte da EPAR de acesso ao Aeroporto de Brasília.

Do Ponto 4, segue pela referida estrada no azimute e distância aproximada 194°02'11" e 432,93m, até o Ponto 5 de coordenadas geográficas aproximadas 15°51'16"S e 47°56'02"Wgr.; daí, segue no azimute e distância aproximados de 270°00'00" e 70,00m até o Ponto 6 de coordenadas geográficas aproximadas 15°51'16"S e 47°56'04"Wgr.; daí, segue no azimute e distância aproximados 221°38'00" e 301,04m até o Ponto 7 de coordenadas geográficas aproximadas 15°51'23"S e 47°56'11"Wgr.; daí, segue pelo azimute e distância aproximados 205°42'36" e 599,33m até o Ponto 8 de coordenadas geográficas aproximadas 15°51'41"S e 47°56'20"Wgr.

Do Ponto 8, segue no azimute e distância aproximados 231°45'25" e 751,22m até o Ponto 9 de coordenadas geográficas aproximadas 15°51'56"S e 47°56'40"Wgr.; daí, segue no azimute e distância aproximados 225°00'00" e 169,70m até o Ponto 10 de coordenadas geográficas aproximadas 15°52'00"S e 47°56'44"Wgr.; daí, segue no azimute e distância aproxima-

dos de 254°03'17" e 109,20m até o Ponto 11 de coordenadas geográficas aproximadas 15°52'00"S e 47°56'48"Wgr.; daí, segue no azimute e distância aproximados 236°32'26" e 689,22m até o Ponto 12 de coordenadas geográficas aproximadas 15°52'13"S e 47°57'07"Wgr.; daí, segue no azimute e distância aproximados 225°00'00" e 155,56m até o Ponto 13 de coordenadas geográficas aproximadas 15°52'16"S e 47°57'11"Wgr.; daí, segue no azimute e distância aproximados 237°38'00" e 420,30m até o Ponto 14 de coordenadas geográficas aproximadas 15°52'23"S e 47°57'23"Wgr.; daí, segue no azimute e distância aproximados 304°46'40" e 219,10m até o Ponto 15 de coordenadas geográficas aproximadas 15°52'19"S e 47°57'29"Wgr.; localizado próximo ao trevo das estradas EPIA e EPNB.

Do Ponto 15, segue no azimute e distância aproximados 07°50'08" e 1.100,27m até o Ponto 16 de coordenadas geográficas aproximadas 15°51'44"S e 47°57'23"Wgr.; daí, contornando o trevo existente até o Ponto 1 inicial da presente descrição.

Área II: Partindo do Ponto 1 de coordenadas geográficas aproximadas 15°50'59"S e 47°56'29"Wgr., localizado no trevo de acesso da EPAR que liga o Eixo Rodoviário Sul ao Aeroporto de Brasília; daí, segue pelo referido trevo até o Ponto 2 de coordenadas geográficas aproximadas 15°50'41"S e 47°55'40"Wgr.; daí, segue no azimute e distância aproximados 90°00'00" e 285,00m até o Ponto 3 de coordenadas geográficas aproximadas 15°50'42"S e 47°55'30"Wgr.; daí, segue no azimute e distância aproximados 176°08'00" e 370,84m até o Ponto 4 de coordenadas geográficas aproximadas 15°50'54"S e 47°55'30"Wgr.; localizado a 50,0 m da cota do nível d'água do Lago Paranoá; daí, segue a 50m da margem do referido Lago até o Ponto 5 de coordenadas geográficas aproximadas 15°50'43"S e 47°54'55"Wgr.

Do Ponto 5, segue no azimute e distância aproximados 180°00'00" e 495,00m até o Ponto 6 de coordenadas geográficas aproximadas 15°50'59"S e 47°54'55"Wgr.; daí, segue no azimute e distância aproximados 226°21'12" e 449,14m até o Ponto 7 de coordenadas geográficas aproximadas 15°51'09"S e 47°55'06"Wgr.; daí, segue no azimute e distância aproximados 130°25'34" e 354,68m até o Ponto 8 de coordenadas geográficas aproximadas 15°51'17"S e 47°54'57"Wgr.; localizado na Estrada Parque Dom Bosco.

Do Ponto 8, segue pela referida estrada até o Ponto 9 de coordenadas geográficas aproximadas 15°51'20"S e 47°55'06"Wgr.; daí, segue no azimute e distância aproximados 325°42'47" e 266,27m até o Ponto 10 de coordenadas geográficas aproximadas 15°51'13"S e 47°55'10"Wgr.; daí, segue no azimute e distância aproximados

257°07'30" e 718,05m até o Ponto 11 de coordenadas geográficas aproximadas 15°51'18"S e 47°55'34"Wgr.; daí, segue no azimute e distância aproximados 177°42'34" e 250,20m até o Ponto 12 coordenadas geográficas aproximadas 15°51'26"S e 47°55'34"Wgr., localizado na Estrada Parque Dom Bosco; daí, segue pela citada estrada até o Ponto 13 de coordenadas geográficas aproximadas 15°51'31"S e 47°55'58"Wgr., localizado no trevo de acesso ao Eixo Rodoviário Sul, daí, contorna-se o referido trevo até o Ponto 14 de coordenadas geográficas aproximadas 15°51'28"S e 47°56'04"Wgr.

Do Ponto 14, segue pela EPAR que liga o Eixo Rodoviário ao Aeroporto de Brasília, no azimute e distância aproximados 327°10'38" e 1.374,43m até o Ponto 1 inicial da presente descrição.

Art. 2º — A ARIE, Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo tem por objetivo:

I — Estabelecer um Santuário de Vida Silvestre no curso inferior do Riacho Fundo e seu estuário, propiciando a efetiva proteção da fauna e flora desta área;

II — Manejar a biota do Santuário visando a recuperação da vegeta-

ção e das populações animais afetadas por pressões antrópicas;

III — Garantir a preservação de espécies endêmicas, raras ou ameaçadas de extinção ali existentes;

IV — Proteger niniais de aves aquáticas e outros locais de reprodução da fauna nativa;

V — Garantir proteção às aves migratórias que ali se refugiam;

VI — Criar um centro de visitantes, através do qual se desenvolverão atividades de educação ambiental;

VII — Desenvolver programas de observação ecológica e pesquisas sobre os ecossistemas locais.

Art. 3º — O secretário extraordinário para Assuntos do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia — SEMATEC poderá firmar convênios e acordos com entidades públicas ou privadas visando à elaboração do Plano de Manejo da ARIE, Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo, que deverá ser apresentado ao governador do Distrito Federal no prazo de 06 (seis) meses.

Art. 4º — A ARIE e todas as atividades ali desenvolvidas ficarão sob a coordenação da SEMATEC/COA-

MA e Fundação Zoobotânica do Distrito Federal — FZDF, que poderão firmar convênios, acordos e outros instrumentos, visando a boa conservação da biota, bem como a implantação do disposto neste Decreto, sob a orientação do Conselho Supervisor das Unidades de Conservação e Áreas Protegidas administradas pelo Distrito Federal.

Art. 5º — Não será permitida na ARIE o exercício de qualquer atividade de que represente um risco ou prejuízo ambiental.

Art. 6º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1988
100º da República e 29º de Brasília

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

PAULO NOGUEIRA NETO

LEONE TEIXEIRA DE
VASCONCELOS



JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

Os homens se renovam na crise

Em encontro no Palácio do Planalto, o governador José Aparecido fala da comissão nomeada pelo presidente José Sarney, que o designou para presidi-la e tendo Virgílio Costa como secretário executivo. Possui a incumbência de formular o projeto para o Conjunto Cultural a ser edificado na Esplanada dos Ministérios, ocupando o vazio dos dois lados do Eixo Monumental, entre o Ministério das Minas e Energia e o Teatro Nacional, de uma parte, entre o Touring e a Catedral, da outra.



Para registrar que Virgílio Costa tem aqui presença de protagonista, começo por lembrar Odylo Costa, filho, que, antes de se fazer santo no céu — como Hélio Pellegrino, que também nos deixou — foi entronizado no altar de minha geração. Ele ensinou a sabedoria da dúvida em uma de suas exemplares “cantigas incompletas”.

“Um homem chegou e disse: — “A mim interessa sobretudo o porquê das coisas.

Por que a cobra?

Mas outro respondeu:

— A mim ainda mais interessa o para que.

Para que o mar”?

Esse verso sugere pergunta que poderia estar na cabeça de cada um de nós, depois de lidos os jornais desta manhã. Numa hora em que a Nação vive fundas apreensões, pelas dificuldades tão pesadas, será oportuno um grupo lúcido de seus filhos promover um seminário para discutir problemas culturais, medidas de proteção da inteligência e da criação nacional?

Eduardo Portella, ex-ministro da Educação, agora presidindo o Conselho Federal de Cultura, repetiu John Rústkin, quando tive a honra de falar naquela Casa, e já deu esta resposta:

— “As Nações escrevem sua autobiografia em três

manuscritos: o livro de seus feitos, o livro de suas palavras e o livro de sua arte”.

Vamos cuidar de uma tarefa fundamental: os manuscritos da biografia da Pátria, os livros, documentos, registros de seus feitos, sua história, sua ciência, sua tecnologia, sua arte. Esse patrimônio se confunde com a própria grandeza do Brasil. Celso Furtado, presente aos trabalhos do Centro Cultural, através de Angelo Oswaldo, observou que não haverá Nação se não se preservar aquilo que Renan chamou de “sua alma, suas almas, uma no passado e outra no presente, uma na posse comum de um rico legado de lembranças e outra na vontade de continuar a fazer valer a herança que recebemos”.

O Centro Cultural do Brasil, nome que uso não como um batismo, porque já foi condenado pelo caro Embaixador Wladimir Murinho — ou o Conjunto Cultural Federal — representa uma urgência e uma flagrante necessidade, decorrentes do próprio destino de Brasília.

A mudança da Capital foi a aspiração nacional mais forte e coerente, ao longo de nossa história. Brasília, que nasceu no planalto de horizontes infinitos, depois de profecias, antevisões, sonhos e pioneirismo, não pode permanecer como um corpo sem alma. E essa alma, essas almas, como definia Renan, exigem um espaço de cultura.

Impõem a conquista da inteligência e da criação nacional. Reclamam um espaço onde se instalem o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional, a Cinemateca do Brasil, a Galeria Nacional, o Museu do Homem. Pedem um lugar onde tenham sede, presença e atuação os Ministérios da Cultura e da Ciência e Tecnologia — projeto que já conta com a firme decisão e entusiástica solidariedade do Ministro Luiz Henrique da Silveira. As instituições privadas nacionais de Ciência, Tecnologia e Cultura aguardam um espaço onde possam funcionar e produzir; onde venha a surgir o futuro Colégio do Brasil; se armazenem, se multipliquem e se abram à população os melhores equipamentos culturais do país, e haja lugar e estímulo para as manifestações da cultura popular. As modernas conquistas da informática precisam também de meio onde possam pôr-se à disposição da juventude, neste país de moços, para ajudá-la a chegar à intimidade da ciência, da arte, da cultura.

Não se trata de algum sonho imaginoso, visionário. Está vitoriosa a experiência e são auspiciosos os resultados internacionais de projetos como este. Bastaria citar o fascínio despertado pelo Centro Pompidou nas multidões cada vez mais numerosas que, no mundo inteiro, chegam a Paris para ver esse extraordinário mostruário de cultura.

O Presidente da República tem vínculos singulares com a criação e a inteligência. Ao nomear a co-

missão do Conjunto Cultural, convocou os principais responsáveis pelo êxito da missão.

No meu caso, depois de escolhido Ministro da Cultura por Tancredo Neves, acabei convocado para o Governo de Brasília no momento em que desaparecia o fundador da Nova República. O escritor José Sarney, ao me escolher para presidir a Comissão, entrega-nos o desafio de dar novo conteúdo de realidade à Lei Sarney, com a obra que completa Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade. Será a conclusão de arquitetura de Oscar Niemeyer no Eixo Monumental. Maria Alice Barroso sabe que não vamos tirar nada de lugar nenhum, até porque não há como transferir os belos edifícios que são referências de arquitetura de outras épocas, da paisagem cultural do Rio de Janeiro. Brasília se valerá desse acervo nacional para expressar culturalmente, no coração moderno do País, sua vocação de capital da latinidade e do Terceiro Milênio.

A situação de crise, lembrada no início, não será razão para receios. É exatamente nessas horas, mais que em outras, que se impõe o cuidado de zelar pelas raízes da nossa identidade. Paulo Brossard que, antes de ministro, é nome de nossa cultura, assegura que não há patrimônio dos povos, que se tenha construído apenas na continuidade dos bons tempos. Na crise, os homens se renovam e se superam na esperança do futuro.

Essa não é uma tarefa só do poder federal, nem do Governo do Distrito Federal. O Conjunto, como disse Celina Moreira Franco, com seus olhos matriculados no passado histórico e uma visão do amanhã, será trabalho coletivo de responsabilidade comum. O empresariado, a iniciativa privada, a exemplo do que acontece no mundo inteiro, com os estímulos da Lei Sarney, constituirá a fonte dos recursos para a edificação do Conjunto Arquitetônico. Ele já está saindo da prancheta de Niemeyer como foi previsto no Plano Piloto, desde que Lúcio Costa, outro nome a quem a UNESCO conferiu a intemporalidade, riscou na imensidão do cerrado o verde avião do futuro.

José Aparecido de Oliveira é jornalista e governador do Distrito Federal

VIRGÍLIO COSTA

Uma volta às raízes de nossa cultura

Aqui, o texto do discurso de Virgílio Costa, secretário executivo da Comissão, na instalação do grupo, no Palácio do Buriti.

Há trinta anos, ao formular, sobre uma idéia debatida ao longo de mais de dois séculos, o plano piloto da Capital da República, Lúcio Costa delineou, junto a seu centro, o local para a instalação das principais instituições nacionais de cultura.

A idéia repousou todo esse tempo em esquecimento e dúvidas (a Universidade, imaginada para, junto com a área cultural, ser coração e pulmão da nova cidade, fora desde cedo, cuidadosamente, levada para longe).

Com o renascer da democracia, ela é retomada e procura-se dar seus passos decisivos.

Através, acentue-se, apenas da conclusão de seu projeto, que fazemos questão de colocar sob o signo da necessidade e da credibilidade.

Repensado agora com a proposital participação de muitas mãos, inclusive as experientes e sábias dos fundadores Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, deverá ter o conjunto, como previsto, o arquivo, a biblioteca, o museu, um centro de estudos da civilização brasileira e um fórum de instituições de ciência e cultura.

Eles estarão voltados, prioritariamente, para a infra-estrutura cultural, educativa e científica, isto é, os documentos. E não apenas o patrimônio documental em si, mas sobretudo, para sua referência. São os sistemas nacionais de informações arquivísticas, bibliográficas e museográficas, onde o acervo será a referência de todos os existentes no país e o público todos os brasileiros, estejam onde estiverem. Interligamos programas comuns de informática, de educação, ciência e cultura, de reprografia e audio-visuais e de conservação e preservação, realizados em colaboração aberta a todas as entidades nacionais.

Seu objetivo é coordenar trabalhos e iniciativas hoje dispersos, colocando o país mais perto de si mesmo, e evitar e lutar, a qualquer custo, contra qualquer duplicação de esforços ou recursos.

Trata-se de fazer o que já deveria ter sido feito há trinta anos (uma capital sem arquivo nacional é uma estranha exceção no mundo). Mas só poderá ser construído quando melhorarem as condições econômico-financeiras e, mesmo assim, dentro da estrita ordem de prioridades. A grandeza que deverá ter será inerente ao projeto e ao fato de situar-se no próprio eixo monumental da Capital. Em termos internacionais, o projeto é modesto; em termos nacionais, é realista.

Respiramos, como muitos testemunham, a maior liberdade política já havida em toda nossa história, em termos de organização e de imprensa. Logo virão, com tal oxigênio ou adubo, nova consciência de cidadania, redobrada atenção social, mais amadure-



cida participação comunitária, e, finalmente, novos líderes e renascida cultura. A vida voltará a seus próprios pés. Passado o natural desânimo de nos darmos conta da crua realidade a que chegamos, depois de todos esses longos anos, de nuvens cinzentas, virá novo surto de criação, encontro e esperança.

O conjunto cultural terá então o dever de, através da afirmação democrática que significa o acesso a todos da informação cultural, contribuir para isso. Ele se inserirá novamente na lista dos antigos sonhos a serem retomados, junto com a idéia da preservação das diversas culturas do povo brasileiro — ao lado da justiça social, da estável liberdade política, da mais equilibrada federação. Brasília deve ser um lugar pertencente a todo o país, o lugar de reencontro, onde se pensa o novo.



JORGE AMADO

O Conjunto Cultural

Quando comecei, ainda menino, a escrever, o Rio de Janeiro tinha a hegemonia da vida cultural do Brasil. Nada acontecia, se não acontecia no Rio de Janeiro; e para lá todos íamos. Aos poucos a riqueza permitiu que São Paulo se afirmasse como outro centro criador. Hoje as grandes cidades de norte a sul - Porto

Assim, o paulista deverá ser mais paulista, o carioca mais carioca, o nordestino mais nordestino, a federação mais federação. Daqui se construirá o amanhã, e nele uma civilização tropical, fraterna e livre.

Ao retomar esse projeto, com meus companheiros, tendo como figuras tutelares Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade, o colocamos nesse contexto.

Um avião branco levanta vôo no azul: nele, um compromisso com o futuro dessa terra, com o povo brasileiro, e com as raízes da nossa cultura.

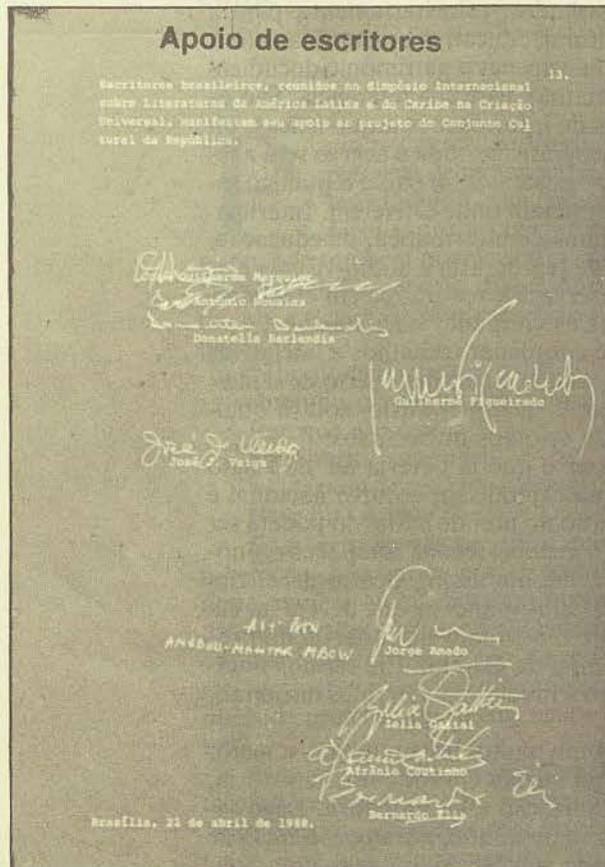
Virgílio Costa é poeta e assessor cultural do Presidente da República.

Alegre, Salvador, Fortaleza, Belo Horizonte, Recife, tantas outras - vivem a mais completa independência cultural, e esta é uma conquista definitiva, irremovível. Mas a cultura não pode deixar de lado o seu aspecto nacional ou a sua relação com o poder. Ela não deve servir ao poder, mas ela também não deve ignorá-lo: ambos devem refletir a nação brasileira. A cultura brasileira tem que passar por Brasília, pela capital do Brasil, que não deve ser um ponto de chegada, como acontecia com o Rio, mas o local privilegiado para o encontro das múltiplas faces do Brasil e do povo brasileiro.

A cidade que Lúcio Costa criou é um lugar onde há paz para o homem viver, trabalhar, construir, lutar pelo futuro. As colinas, as arcadas, as pedras de Brasília que o gênio de Oscar Niemeyer animou de vida são atos de amor à paz, à humanidade, ao ser humano. São seres de beleza sem par, tocando de leve o chão, sensuais e etéreos como mulheres, feitos de feitiço e encanto. Oscar é nosso artista maior, o que mais representa o Brasil, o mais brasileiro. Na grande esplanada de Brasília, no coração da cidade - o coração da cidade - nascerão mais uma vez formas imortais, revelações do mundo visto através dos olhos de Oscar, visão que dividirá conosco, como sempre generoso e solidário.

O Conjunto Cultural de Brasília reúne, assim, a necessidade nacional com a oportunidade de completar este centro arquitetônico pelas mãos de seu criador.

Jorge Amado é escritor



Ao lado, fac-símile da declaração de apoio de escritores ao projeto do Conjunto Cultural.

Carta de Abreu Sodré a Federico Mayor

Esta é a tradução da carta do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Roberto de Abreu Sodré, enviada em francês (ao lado o texto original) ao Diretor-Geral da UNESCO, Federico Mayor. Na carta Sodré fala da decisão do Presidente José Sarney de construir o Conjunto Cultural/Brasília, no Eixo Monumental, e pede a colaboração da UNESCO.

A Sua Excelência o Senhor
FEDERICO MAYOR
DD Diretor-Geral da UNESCO

Senhor Diretor-Geral,

Tenho a honra de lhe dar conhecimento da decisão do Governo brasileiro de instalar no Centro da Capital, Brasília — conforme o previa o Plano Piloto do Arquiteto Lúcio Costa — instituições especialmente representativas no campo cultural e científico. Essas instituições deverão abranger Arquivos, uma Biblioteca, um Museu, Institutos e Academias de Ciência e Cultura que constituirão o Conjunto Cultural Federal da Capital da República. Esse Conjunto será erigido no Eixo Monumental de Brasília e dará à Capital um equilíbrio novo e simbólico.

Para realizar esse projeto o Presidente da República criou, pelo Decreto n.º 95.713, de 10 de fevereiro de 1988, a Comissão do Conjunto Cultural Federal da Capital da República. Essa Comissão estudará e proporá ao Presidente da República as medidas necessárias à implantação e ao funcionamento desse Conjunto Cultural. As atividades que ali se desenvolverão serão propostas pela Comissão que ouvirá previamente as instituições culturais e científicas envolvidas.

A Comissão, cujo Presidente é o Senhor José Aparecido de Oliveira, Governador de Brasília, é in-

tegrada por vinte membros, entre os quais os Ministros da Justiça, da Cultura, da Ciência e Tecnologia, bem como os criadores do projeto urbanístico e arquitetônico da Capital, os arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer e o paisagista Burle Marx.

A fim de evitar que as futuras instituições ajam isoladamente, será feito um planejamento de modo que elas integrem uma rede nacional de referências culturais que funcionará com o apoio de computadores e utilizará a mais recente tecnologia da informação.

Tendo em vista a importância desse projeto para o futuro da Educação, da Ciência, da Tecnologia e da Cultura no Brasil, estou persuadido de que a cooperação da UNESCO é absolutamente indispensável para levar a termo a implantação do Conjunto Cultural Federal da Capital da República. É por esse motivo que o Governo brasileiro submeterá muito brevemente à UNESCO um projeto de acordo de cooperação, que poderia eventualmente ser assinado no fim do próximo mês de julho, por ocasião de sua primeira visita oficial ao Brasil na qualidade de Diretor-Geral da UNESCO.

Entretanto, permito-me solicitar, desde já, a cooperação da UNESCO na pessoa da Professora Célia Zaher — funcionária dessa Organização, atualmente servindo no México — cuja presença no Brasil, por seis meses, seria desejável a fim de colaborar na elaboração do projeto o Conjunto Cultural.

Muito lhe agradeceria dar seguimento a este importante pedido de cooperação. Queira aceitar, Senhor Diretor-Geral, a expressão da minha mais alta consideração.

Roberto de Abreu Sodré



Brasília, le 24 de juin, 1988.

A Son Excellence
M. Federico Mayor,
Directeur-Général de l'UNESCO

Cher Monsieur,

J'ai l'honneur de vous faire connaître la décision du Gouvernement brésilien d'installer dans le centre de la Capitale, Brasília — comme le prévoyait le Plan Pilote de l'architecte Lúcio Costa — des institutions particulièrement représentatives dans le domaine culturel et scientifique. Ces institutions comprendront des Archives, une Bibliothèque, un Musée, des Instituts et des Académies de Science et Culture, qui constitueront l'Ensemble Culturel Fédéral de la Capitale de la République. Cet Ensemble sera élevé sur l'Axe Monumental de Brasília et donnera à la Capitale un équilibre à la fois nouveau et symbolique.

Afin de réaliser ce projet, le Président de la République a créé, par le Décret n.º 95.713 datant du 10 février 1988, la Commission de l'Ensemble Culturel Fédéral de la Capitale de la République. Cette Commission a pour but d'étudier et proposer au Président de la République les mesures nécessaires à l'implantation et au fonctionnement de cet ensemble culturel. Les activités qui y seront développées seront proposées par la Commission qui aura préalablement consulté les institutions culturelles et scientifiques concernées.

La Commission, dont la Présidence est occupée par M. José Aparecido de Oliveira, Gouverneur de Brasília, se compose de vingt membres, parmi lesquels les Ministres de la Justice, de la Culture, de la Science et Technologie, ainsi que les créateurs du projet urbain et architectural de la Capitale, les architectes Lúcio Costa et Oscar Niemeyer et le paysagiste Burle Marx.

Afin d'éviter que les futures institutions agissent isolément, une planification sera faite de façon à ce qu'elles intègrent un réseau national de références culturelles qui fonctionnera à l'aide d'ordinateurs et utilisera la plus récente technologie de l'information.

Compte tenu de l'importance de ce projet pour l'avenir de l'Éducation, de la Science, de la Technologie et de la Culture au Brésil, je suis persuadé que la coopération de l'UNESCO est absolument indispensable pour mener à bien l'implantation de l'Ensemble Culturel Fédéral de la Capitale de la République. C'est pour cette raison que le Gouvernement brésilien soumettra très prochainement à l'UNESCO un projet d'accord de collaboration, dont la signature pourrait éventuellement avoir lieu à la fin du mois de juillet prochain, lors de votre première visite officielle au Brésil en tant que Directeur Général de l'UNESCO.

Néanmoins, je me permets de solliciter, dès maintenant, la coopération de l'UNESCO en la personne du professeur Célia Zaher — fonctionnaire de cette Organisation, actuellement en poste au Mexique — dont la présence au Brésil, pendant six mois, serait souhaitable afin d'aider à l'élaboration du projet de l'Ensemble Culturel.

Je vous serais très obligé de bien vouloir donner suite à cette importante demande de coopération. Je vous prie d'agréer, Monsieur le Directeur Général, l'expression de ma très haute considération.

Roberto de Abreu Sodré



Carta ao Presidente

Excelentíssimo Senhor
Doutor JOSÉ SARNEY
DD Presidente da República Federativa do Brasil
N E S T A

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente e Secretário da Comissão Especial instituída pelo Decreto nº 95.713, de 10.02.1988, informamos a Vossa Excelência sobre o início de nossos trabalhos, ainda informalmente, em 28 de março, no auditório do Palácio do Planalto. Estavam presentes especialistas em documentação, biblioteconomia, arquivística e museologia, pesquisa científica, educação e outros setores culturais e administrativos, representando as principais instituições e áreas públicas e privadas, direta ou indiretamente interessadas no projeto e instalação do Conjunto Cultural da Capital da República.

De 11 a 13 de abril número ainda maior de especialistas esteve reunido no Rio de Janeiro, em sessões plenárias e seminários especializados (arquivo, biblioteca e museu), no Salão Portinari do Palácio Gustavo Capanema, na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional.

Dos debates participaram cientistas da categoria de Rogério de Freitas Mourão e antropólogos co-

mo Gilberto Velho e Berta Ribeiro, humanistas do nível de Antonio Houaiss, diretores do Arquivo Nacional, da Biblioteca Nacional, do Museu Histórico Nacional, do Museu da República o Secretário-Geral do Ministério da Cultura, dentre muitos outros. Daí emanou o documento que temos a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência, indicando as linhas gerais, os fins e os meios do Conjunto Cultural da Capital da República. Procurou-se atender, especialmente, ao item 1 do decreto de Vossa Excelência que o institucionalizou.

Assim, pedimos a Vossa Excelência seja a Fundação do Banco do Brasil autorizada a financiar os estudos preliminares do projeto arquitetônico do Conjunto Cultural. A construção do Conjunto ficará condicionada à futura disponibilidade financeira, dentro de estrita ordem de prioridade.

A medida é indispensável à concretização da iniciativa que as gerações futuras creditarão ao atual governo: a conclusão da estrutura básica de Brasília, de acordo com o plano e concepção originais de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, agora reconhecidos pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Na oportunidade, renovamos a Vossa Excelência protestos de elevado apreço.

José Aparecido de Oliveira
Presidente da Comissão

Virgílio Costa
Secretário-Executivo

Princípios Gerais do Conjunto Cultural da Capital da República

Aqui, os princípios gerais do Conjunto Cultural de Brasília, em documento assinado pela diretora-geral do Arquivo Nacional, Celina Moreira Franco; o presidente da Fundação Pró-Leitura e diretor do Instituto Nacional do Livro, embaixador Wladimir Murtinho; o professor Edson Nery da Fonseca, da Universidade de Brasília e assessor da Presidência da República; o presidente do Forum de Ciência e Cultura da UFRJ, Marcio Tavares D'Amaral; Clara Alvim, da Fundação Pró-Memória; a antropóloga Berta Ribeiro; o diretor do Museu de Astronomia, Rogério de Freitas Mourão; Janice Monte Mor, da Fundação Getúlio Vargas, e Eduardo Portella, vice-presidente do Conselho Federal de Cultura.

Os técnicos e dirigentes de instituições científicas e culturais, em especial os profissionais em documentação, arquivos, bibliotecas e museus, reunidos em seminários realizados em Brasília, a 28 de março, e no Rio de Janeiro, de 11 a 13 de abril de 1988, convocados pela Comissão Especial criada pelo Sr. Presidente da República para aconselhá-lo na implantação do Conjunto Cultural da Capital da República, com vistas à formulação da filosofia, dos princípios e procedimentos básicos do projeto, apresentam, com este documento, os pontos que, independentemente de outros para os quais é

Na instalação da Comissão do Conjunto Cultural, no Palácio do Buri, da esquerda para a direita: Celina Moreira Franco, Paulo Brossard, José Aparecido, Virgílio Costa, José Mindlin, Edson Nery da Fonseca, Márcio Tavares D'Amaral, Antonio Houaiss, Angelo Oswaldo



indispensável maior aprofundamento, tais como os programas específicos de cada unidade, obtiveram concordância geral dos presentes:

1. Que a declaração de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade seja o momento adequado para os Governos da União e do Distrito Federal retomarem o ideal e o esforço com que Brasília foi concebida e teve sua construção iniciada, em fins da década de 50: um espaço federal voltado para o futuro e para a integração de toda a sociedade brasileira.

2. Que se estude, junto à UNESCO, a possibilidade de inclusão do projeto no Decênio Mundial para o Desenvolvimento Cultural, através do qual a referida organização estará promovendo, entre 1988 e 1999, uma ação conjunta que objetiva harmonizar o desenvolvimento científico e tecnológico com as manifestações culturais de cada nação.

3. Que cumpra terminar a estrutura básica da cidade, inclusive por ser essencial para atender ao desejo da UNESCO de preservação do conjunto urbanístico para a história.

Que seja imediatamente concluído, e construído assim que houver condições econômicas adequadas, o projeto dos setores culturais norte e sul, verdadeiro coração urbano da Capital da República, instalando ali, como determina o Plano Piloto, as principais instituições culturais do país, setor esse a ser tratado "à maneira de parque, para melhor ambientação dos museus, da biblioteca, do planetário, das academias, dos institutos, etc." (conforme item 9 do relatório do Plano Piloto).

5. Que as unidades arquitetônicas a projetar sejam o Arquivo Nacional, a Biblioteca, o Museu do Brasil e a sede dos ministérios da Ciência e Tecnologia conjugada com o de Cultura e o local de uso coletivo pelas sociedades civis de ciência e cultura (fazendo a atividade privada contrabalançar a ação do Estado), a ser utilizado pelo futuro Colégio do Brasil.

6. Que a elaboração do projeto e sua futura execução sejam motivadores de um grande esforço de cooperação nas áreas de documentação, de reencontro e de luta con-

tra o tempo perdido, constituindo o conjunto no espaço e no tempo adequados à integração de iniciativas dispersas. Para tanto, os órgãos de documentação arquivística, bibliográfica e museológica se articularão com os arquivos, as bibliotecas, os museus e repartições congêneres já existentes, a nível tanto federal, estadual e municipal, como da iniciativa privada, de modo a formarem, devidamente integrados, sistemas nacionais de informação e de referência cultural.

7. Que se continue o processo de debate e consulta a pessoas e órgãos técnicos das áreas de biblioteca, arquivo e museus sobre os programas específicos das partes do Conjunto Cultural da Capital da República e que esse processo de consulta e debate continue a ser feito interdisciplinarmente, entre as áreas de documentação — biblioteca, arquivo, museu —, e interinstitucionalmente, entre governo (da União, do Distrito Federal e dos Estados), entre ministérios (Justiça, Cultura, Educação, Administração, Ciência e Tecnologia), órgãos públicos (do MinC, CNPq, Finep, Universidade de Brasília, etc.) e entidades privadas (IHGB, FVG, ABL, ABC, SBPC, IBCT, ABNT, FID, ICA, ICOM, IFLA, ISO e outros). Assim também deverão os programas específicos do Conjunto, no futuro, e de cada um de seus órgãos, manter esse espírito de consulta e colaboração permanente com instituições oficiais e privadas do país e do estrangeiro, bem como organizações inter-

nacionais governamentais e não-governamentais.

8. Que o conjunto tenha as características de um grande centro de referência cultural, voltado para as diferentes ecologias do nosso território, e, ao mesmo tempo, para o caráter federativo da União. Seu acervo deve ser considerado a soma dos acervos de todas as instituições nacionais de documentação e todo o Brasil, e seu público usuário todos os brasileiros e todas as instituições nacionais. Retomar-se-ia, assim, em outras bases, o projeto de Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco e outros, da Enciclopédia Brasileira, documentando a natureza e a cultura brasileiras.

9. Que as unidades do conjunto sejam essencialmente núcleos de sistemas nacionais de referência — de arquivo, de biblioteca e de museu —, cujos perfis serão melhor definidos em conjunto com as áreas técnicas, e em função das necessidades atuais e futuras, através de grupos de trabalho técnicos, sendo necessário que a participação nesses sistemas seja voluntariamente assumida pelos órgãos existentes, num princípio de colaboração e cooperação espontâneas e sem prejuízos das características, da vocação e das finalidades próprias de cada instituição.

10. Que o conjunto não seja algo novo em detrimento do que já existe, mas sim uma grande conjugação dos esforços de integração, de trabalho comum e consolida-

Na mesma reunião, Milton Seligman, a deputada Márcia Kubitschek, o embaixador Wladimir Murтинho, Celina Moreira Franco e o governador José Aparecido, da esquerda para a direita.



ção, dentro de um princípio de profundo respeito por cada instituição e por sua história e características individuais.

11. Que o detalhamento do projeto e a reconstrução das partes do conjunto atenda aos princípios da rigorosa ordem de prioridade, levando-se em conta as necessidades atuais e os benefícios futuros.

12. Que os sistemas obedeam ao princípio de máxima centralização racional de informações combinada com a descentralização de acervos, atendendo à racionalização e em respeito ao perfil histórico dos diversos centros de documentação e coleções que aderirão voluntariamente.

13. Que, de acordo com a definição tradicional de cada órgão, haja atribuições nítidas para cada parte do conjunto, cabendo:

— à área de arquivo, a responsabilidade técnica e administrativa pela documentação arquivística produzida pela administração pública do país, e, por extensão, um sistema referencial para a documentação arquivística não recolhida ao Arquivo Nacional;

— à área de biblioteca, a comunicação entre as bibliotecas do país, públicas ou privadas, em especial a dos grandes escritores e bibliófilos brasileiros, e dos depósitos locais ou regionais das publicações e edições (de qualquer tipo, inclusive audiovisuais) nacionais, além da bibliografia internacional complementar;

— à área de museus, a referência de museus e coleções de objetos do país, públicos ou privados, em conexão com instituições culturais, científicas, humanísticas e educacionais.

14. Que a reconsideração e equacionamento do problema da infra-estrutura nacional da documentação, sem voltar-se para problemas específicos de nenhum dos estados ou cidades e sim para toda a Nação, procure, no entanto, estudar a situação de órgãos federais localizados fora da Capital da República.

15. Que a elaboração do projeto do complexo não deverá prejudicar a atenção nacional para a solução de alguns graves problemas atuais nas três áreas técnicas, dos quais ressaltam:

— a dramática situação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro;

— as condições em que se encontram os museus nacionais;

— a questão das instalações do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro e a transferência para o mesmo da documentação federal que lhe pertence, dispersa por todo o país, e ainda não encaminhada;

— as insuficientes e inadequadas condições do depósito do Arquivo Nacional em Brasília e o lamentável estado em que se encontra a documentação arquivística federal produzida a partir da transferência da capital deixar como está mesmo até agora não recolhida;

— a implantação em Brasília, pelo Governo do DF, de redes municipais, com características modelares, de biblioteca, arquivo e museu, para que as instituições municipais não se confundam com as federais, como aconteceu outrora nas ex-capitais de Salvador e do Rio de Janeiro.

16. Que haja um esforço de atualização das leis e normas que tratam de bibliotecas, museus e arquivos no Brasil, fazendo-se referência especial:

a) aos sistemas nacionais de arquivo, biblioteca e museus, e ao recolhimento voluntário ou compulsório (no caso de públicos) de documentos; b) a proteção nacional à documentação pública e à documentação privada de interesse público nos três setores; c) a ampliação do instituto do depósito legal para todas as obras de comunicação produzidas em série; d) o incentivo à ação de proteção da própria sociedade paralelamente à ação do estado, na formação de uma consciência nacional de pro-

teção da memória do país; e) a criação de instâncias de decisão ou consulta técnica e administrativa, conjunta às três áreas básicas da documentação; f) a definição legal de normas gerais de acesso à documentação histórica.

17. Que, na eventualidade de outras instituições culturais e científicas quererem, no futuro próximo ou remoto, reunir-se ao conjunto, espaços devem ser reservados na continuação oeste do Eixo Monumental para esse fim.

18. Que o detalhamento do projeto obedeça a programas preestabelecidos, a serem feitos em contato com os técnicos dos setores, e que a ambientação arquitetônica seja adequada à conservação e preservação da documentação de diversos tipos, bem como do variado equipamento de trabalho técnico, inclusive o de informatização e reprografia.

19. Que as unidades do complexo sejam complementares, resultantes da ampla integração, efetivadas através dos sistemas nacionais de referência, bem como de Programas Básicos comuns na área de (a) informática, (b) pesquisa científica, humanística e tecnológica, (c) educação, (d) cultura, (e) reprografia, audiovisual e cópias, e (f) restauração e conservação. Evitar-se-á, deste modo, a repetição de funções, atendendo-se também àquelas áreas menos distintas ou complementares (tais como cinemateca, videoteca, discoteca, etc., ou ainda a documentação privada de homens do governo).

20. Finalmente, que os programas de pesquisa, de educação e de cultura sejam voltados para todo

SUSUKI/GDF



o Brasil, a partir deste Conjunto da Capital da República, de maneira a cada uma das unidades funcionar como centro cultural vivo, onde, através de projetos originais, existam, em informação sistemática, reproduções, cópias e audiovisuais, a referência básica dos documentos, das raízes e da formação do Brasil e do mundo ao nosso redor, ontem, hoje e amanhã.

Celina Moreira Franco, *diretora-geral do Arquivo Nacional*

Wladimir Murтинho, *presidente da Fundação Pró-Leitura e diretor do Instituto Nacional do Livro*

Edson Nery da Fonseca, *Universidade de Brasília*

Márcio Tavares D'Amaral, *presidente do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ*

Clara Alvim, *Fundação Pró-Memória*

Berta Ribeiro, *antropóloga*

Rogério de Freitas Mourão, *diretor do Observatório Nacional e do Museu de Astronomia*

Janice Monte Mór, *Fundação Getúlio Vargas*

Eduardo Portella, *Vice-presidente do Conselho Federal de Cultura*

Uma participação bastante ampla

Aqui, a relação dos membros dos Grupos de Trabalho e as listas de presenças dos Seminários de Brasília e do Rio de Janeiro.

Grupos de trabalho

Arquivo — Jorge Araújo, José Maria Jardim, Daise Aparecida de Oliveira, Francisco Carlos, Ingrid Beck, Paulo Leme.

Biblioteca — Edson Nery da Fonseca, Antonio Miranda, Ana Lígia Medeiros, Janice Monte Mór, Adelaide Ramos Corte.

Museu — Clara Alvim, Rogério Mourão, Solange Godoy, Léila Coelho Frota, Gilberto Velho, Antonio Houaiss.

Outras Questões — Ester Bertoletti, Marcio Tavares d'Amaral, Eduardo Portella, José Carlos Barbosa.

Seminário de Brasília

José Aparecido de Oliveira, *Governador do Distrito Federal*; Joaquim Itapary, *Secretário-Geral do Ministério da Cultura*; Eduardo Portella, *Vice-Presidente do Conselho Federal da Cultura*; Marcia Kubitschek, *Deputada Federal (DF)*; Clara de Andrade Alvim, *Fundação*

Nacional Pró-Memória; Marlos Nobre, *Fundação Cultural/DF*; Celia Zaher, *UNESCO*; Bernardo Élis, *Academia Brasileira de Letras*; Wladimir Murтинho, *Presidente da Fundação Pró-Leitura*; Celina Moreira Franco, *Diretora-Geral do Arquivo Nacional*; Crodowaldo Pavan, *Presidente do CNPq*; Ângelo Oswaldo, *Chefe do Gabinete do Ministério da Cultura*; Luiz Gutemberg, *Presidência da República*; Guilherme M. de La Penha, *Museu Emílio Goeldi/CNPq*; Maria Alice Barroso, *Biblioteca Nacional*; Marcio Tavares d'Amaral, *Presidente do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ*; Manuel Marcos Maciel Formiga, *Diretor-Geral INEP/MEC*; Carlos Magalhães, *Sec. de Viação e Obras do GDF*; D'Alambert Jaccoud, *Secretário da Cultura do GDF*; Pedro Costa, *Arquiteto*; Jacks Tecenas Gonçalves, *Fundação Banco do Brasil*; Mário Fanucchi, *Universidade de São Paulo*; Antônio A. Briquet de Lemos, *Diretor do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia*; Paulo Estellita Herkenhoff, *Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro*; Esther Caldas Bertoletti, *Fundação Nacional pró-Memória*; Ronaldo Rogério de Freitas Mourão, *Diretor do Museu de Astronomia/CNPq*; Milton Seligman, *Chefe de Gabinete do Ministro de Ciência e Tecnologia*; Gilson Antunes, *Coordenador do Pró-Documento*; Jaime Antunes da Silva, *Arquivo Nacional*; Cândido José Mendes de Almeida, *Centro Cultural Cândido Mendes*; Maria Luiza Librandi, *Secretária de Difusão e Intercâmbio do Ministério da Cultura*; Maria Bonumá, *Secretária de Ação Sócio-Cultural do Ministério da Cultura*; Margarida Ramos, *Fundação Nacional pró-Memória*; Lais Scoutto, *Conselho Federal de Museologia/Museu Postal da ECT*; Priscila Freire, *Coordenadora do Sistema Nacional de Museus*; Leda Watson, *Coordenadora do Programa de Museus da Secretaria da Cultura do DF*; Maria Helena Alves, *Secretaria da Cultura do DF*; Ana Maria



de Almeida Camargo, *Arquivo do Município de Rio Claro*; Silvio Cavalcante, *Secretaria da Cultura (GDF)*; Elizabeth Machado, *Presidência da República*; Walter Melo, *Arquivo Público do Distrito Federal*; Tais Gasparian, *Advogada*; Celia Corsino, *SPHAN/Sistema Nacional de Museus*; Fabrício Pedroza, *ITA-DF*; Fernando Lemos, *ITA-DF*; Carlos Augusto Setti, *UnB*; Ana Maria Campos, *Arquivo Nacional*; Carlos Alberto Xavier, *Ministério da Cultura*; Benny Schvasberg, *MAST/CNPq*; Augusto Maio, *Conselho Federal de Cultura*; José Luis Rolim, *Conselho Federal de Cultura*; Armando Sobral Rollemberg, *Federação Nacional dos Jornalistas*; João Gilberto de Sousa, *SESI*.



Seminários do Rio de Janeiro

Clara de Andrade Alvim, *Fundação Nacional pró-Memória*; José Maria Bezerra Paiva (B. de Paiva), *Fundação pró-Memória*; Antônio Miranda, *Departamento de Biblioteconomia da UnB*; Wladimir Murtinho, *Presidente da Fundação Pró-Leitura e Diretor do INL*; Joaquim Itapary, *Secretário-Geral do*

Ministério da Cultura; Celina Moreira Franco, *Diretora-Geral do Arquivo Nacional*; Alzira Alves de Abreu, *Diretora do CPDOC — Fundação Getúlio Vargas*; José Carlos Barbosa, *Fundação Casa França-Brasil, Fundação Teatro Municipal — RJ*; Gilberto Velho, *Diretor do Museu Nacional*; Maria Madalena Diegues Quintella, *FINEP*; Márcio Tavares d'Amaral — *Fórum de Ciência*; Antônio Rangel Bandeira, *Chefe de Gabinete*; Antônio Houaiss; Edson Nery da Fonseca, *Universidade de Brasília*; Paulo Estellita Herkenhoff, *Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro*; Walter Melo, *Arquivo Público do Distrito Federal*; Lydia de Queiroz Sambaquy, *Fundação Getúlio Vargas*; Ester Bertolletti, *Pró-Memória*; Ana Lúcia Medeiros, *Diretora da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro*; Ronaldo Rogério de Freitas Mourão, *Diretor do Observatório Nacional e do Museu de Astronomia*; Francisco de Assis Barbosa, *Academia Brasileira de Letras, Casa de Rui Barbosa*; Janice Monte Mór, *Fundação Getúlio Vargas*; Lilian Barretto, *Diretora do Museu da República*; Solange Godoy, *Diretora do Museu Histórico*

Nacional; Alcídio Mafra de Souza, *Diretor do Museu Nacional de Belas Artes*; Max Justo Guedes, *Serviço Geral de Documentação da Marinha*; Maria Alice Barroso, *Diretora da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*; Lélia Coelho Frota, *SPHAN/pró-Memória*; Paulo Sérgio Duarte, *Diretor do Paço Imperial*; Oswaldo Campos Melo, *Presidente da Fundação Pró-Memória*; Margarida Ramos, *Pró-Memória*; Amália Lucy Geisel, *Instituto Nacional do Folclore (Funarte)*; Berta Ribeiro, *Museu do Índio — FUNAI*; Adelaide Ramos e Corte, *Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal*; Murilo Bastos da Cunha, *Diretor da Biblioteca Central da Universidade de Brasília*; Jaime Antunes da Silva, *Arquivo Nacional*; Lúcia Gouvêa Vieira, *Museu Histórico Nacional*; Lia Temporal Malcher, *Biblioteca Nacional*; Glauco Campelo, *SPHAN/Pró-Memória*; Ítalo Campofiorito, *Pró-Memória*; Dora Maria Pereira Rego Correa, *Museu Imperial*; Carlos Alessio Rossato, *Arquivo Público do Rio Grande do Sul*; Paulo Leme, *Arquivo Nacional*; Ana Maria de Lima Brandão, *Arquivo Nacional*; João Guy de Oliveira Lima, *MinC/Fundação Pró-Memória*; Carlos de Araújo Moreira Neto, *MinC*; Sylvia Fischer, *UnB*; Sílvia Ninita de Moura, *Arquivo Nacional*; Victor M. M. da Fonseca, *Arquivo Nacional*; Maria da Graça Salgado, *Arquivo Nacional*; Cláudia Márcia Ferreira, *Museu de Folclore/INF/FUNARTE*; Francisco C. T. da Silva, *Arquivo Público, RJ*; Daise Aparecida Oliveira, *Arquivo Municipal de São Paulo*; Jorge de Souza Araújo, *Arquivo Nacional*; Thereza M. S. Araújo, *Museu de Astronomia*; Márcia Guerra Pereira; Augusto Maia, *Conselho Federal de Cultura*; Lilian Braga, *Museu de Astronomia*; Virgílio Costa; Alda Mendes Gonçalves, *Arquivo Público do Estado do Pará*; Lygia F. F. da Cunha, *Biblioteca Nacional*; Cláudia Márcia Ferreira, *Museu de Folclore*; Edson Carneiro, *FUNARTE*; Maria de Fátima Raposo, *FEBAB e UFRJ*;



Norma Góis Monteiro, *Arquivo Nacional*; Maria Luiza Cavalcanti Condé, *Museu da República*; Ingrid Beck, *Arquivo Nacional*; Ecylla Castanheira Brandão, *Museu Nacional de Belas Artes*; Evelise F. Mendes, Biblioteca Pública do Rio de Janeiro; Selma Chi Barreiro, *FEABAB*; Anna Maria Silva, *FEABAB*; José Maria Jardim, *Arquivo Nacional*.

A Comissão se instala

A Comissão do Conjunto Cultural realizou no Palácio do Buriti sua primeira reunião formal, no dia 13 de julho.



Na quarta-feira, dia 13 de julho, instalou-se no auditório do Palácio do Buriti, em reunião presidida pelo Ministro Paulo Brossard, a Comissão do Conjunto Cultural Federal da Capital da República, criada pelo Presidente José Sarney. Foi a primeira reunião formal da Comissão, que tem como presidente o Governador José Aparecido de Oliveira, como secretário-executivo o assessor da Presidência da República, Virgílio Costa, e como membros, entre outros, os Ministros Celso Furtado, da Cultura, Luiz Henrique da Silveira, da Ciência e Tecnologia, e da Justiça, Paulo Brossard, a Diretora-Geral do Arquivo Nacional, Celina Vargas do Amaral Peixoto Moreira Franco, o arquiteto Oscar Niemeyer, o urbanista Lúcio Costa e o embaixador Wladimir Murтинho, Diretor do Instituto Nacional do Livro.

Sua missão precípua, de acordo com Decreto Presidencial nº 95.713, de 10 de fevereiro último, é o encaminhamento dos trabalhos relativos à concepção, planejamento e programa de execução da retomada e complementação do Conjunto Cultural de Brasília, idealizado por Lúcio Costa ao conceber o plano piloto da Capital, e nunca levado até o fim. Lúcio Costa o concebia como um parque, "para melhor ambientação dos museus, da biblioteca, do planetário, das academias, dos institutos, etc". Ao longo dos anos, diante do abandono do projeto em sua concepção original, alguns aspectos foram reduzidos. Por exemplo, o planetário foi construído no Eixo Monumental, próximo ao Centro de Convenções. Mas agora é retomado, e está previsto para os dois lados da Esplanada dos Ministérios, entre o Teatro Nacional e o Ministério das Minas e Energia, de uma parte, e da outra entre o Gran Circo-Lar e a Catedral, ocupando também parte do gramado que separa as duas pistas do Eixo Monumental, próximo à Estação Rodoviária.

A Comissão, que já realizara um seminário preliminar no auditório do Palácio do Planalto, em 28 de março, promoveu vários debates no Rio de Janeiro e em Brasília, nos quais tomaram parte representantes das bibliotecas, arquivos e museus governamen-

tais e privados, bem como de instituições culturais como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Academia Brasileira de Letras e Academia Brasileira de Ciências.

Na instalação oficial da Comissão foram aprovados o Regimento da Comissão e criados Grupos de Trabalho específicos para os diferentes setores que integrarão o Conjunto Cultural, arquivo, biblioteca, museu, Colégio do Brasil e entidade mantenedora.

Na mesma ocasião foram aprovados os princípios gerais do Conjunto Cultural, documento elaborado pelos participantes dos seminários preliminares e assinados convênios da Comissão com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Academia Brasileira de Ciências e Universidade de Brasília. Falaram ainda na reunião a Diretora Geral do Arquivo Nacional, Celina Moreira Franco, o Presidente da Fundação Nacional Pró-Leitura, Embaixador Wladimir Murтинho, o Acadêmico Antonio Houaiss, o Presidente da FINEP, Fábio Celso de Macedo Soares Guimarães, o Presidente da Academia Brasileira de Ciências, Maurício Matos Peixoto, o escritor Márcio Tavares d'Amaral e o Professor Edson Nery da Fonseca, que referiu-se a editorial do "Jornal do Brasil", intitulado "Cultura à Força", no qual o jornal carioca enfatiza "um inoportuno conflito entre Brasília e o Rio de Janeiro". Edson Nery da Fonseca, da UnB, fez as seguintes observações:

"Ou muito me engano ou não foi para isso que se fez Brasília. Esta capital não nasceu para desunir e sim para integrar. O Governador José Aparecido de Oliveira teve a feliz idéia de adotar, como divisa de sua dinâmica administração BRASÍLIA CAPITAL DE TODOS.

"Foi de acordo com essa visão integradora que surgiu a idéia do Conjunto Cultural Federal da Capital da República. Não há porque estabelecer fronteiras geográficas e institucionais em área tão aberta ao diálogo como a da cultura.

"Quando, em todo o mundo, procura-se uma aproximação maior entre as nações é triste e ridículo ver-se um órgão das tradições do Jornal do Brasil tentar estabelecer fronteiras culturais entre o Rio de Janeiro e Brasília. Trata-se de uma falsa questão, não havendo porque perdermos mais tempo com este choro baixo que não se coaduna com a beleza e as tradições do Rio de Janeiro, cidade onde estudei e passei alguns dos anos mais felizes de minha vida. Cidade tão culturalmente viva e atuante que não tem porque temer uma inexistente concorrência de Brasília CAPITAL DE TODOS OS BRASILEIROS.

"Mesmo porque o Conjunto Cultural foi concebido para unir esforços, integrar instituições e com elas estabelecer redes nacionais de arquivos, bibliotecas e museus nos quais se apoiará um centro nacional de referência cultural. Não pretendemos que aqui se faça cultura à força, e sim trabalhar por uma cultura sem fronteiras."

Também usou da palavra o secretário-executivo da Comissão, Virgílio Costa, cujo texto do discurso publicamos nas páginas 57 e 58.

Proposta de Niemeyer

Em carta ao secretário executivo do Conjunto Cultural Federal, o arquiteto Oscar Niemeyer lembra sua atuação nos primeiros tempos de Brasília, seu retorno com o governo José Aparecido e a forma de colaboração que se propõe a prestar para a edificação do Conjunto.

Meu caro Virgílio Costa

Você me pede para definir problemas de trabalho, contrato, etc. para os projetos de arquitetura do Centro Cultural de Brasília, mas antes tenho a lhe dizer o seguinte: é grande o apreço que tenho por esta cidade que vi nascer, ser inaugurada e na qual passei vários anos, procurando atender os entusiasmos de JK, que a sonhou e construiu. Com o maior empenho projetei com meus colegas seus palácios, hotéis e apartamentos, fechando praticamente meu escritório no Rio, afastando-me da família, deixando longe velhos e queridos amigos. O trabalho me absorveu inteiramente e foi com mágoa e revolta que deles me afastei a partir de 64. Corri mundo, levei minha arquitetura para outros continentes, tive o prazer de vê-la compreendida e admirada, mas quando voltei senti com tristeza que na minha ausência muita coisa em Brasília fora desvirtuada, que prédios ruins haviam quebrado a unidade arquitetônica que nela pensávamos manter, imaginando alarmado como seria desastroso se edifícios semelhantes continuassem a se multiplicar pela nova capital.

Foi nessa ocasião que veio José Aparecido, determinado a recuperar Brasília, a construir novos prédios, a concluir as obras inacabadas e impedir os desastrosos que a ameaçavam.

Chamou-me para com ele colaborar, e era tal a sua determinação e interesse pela cidade, que o atendi.

Eu não tinha nenhuma preocupação com problemas de dinheiro — projetara os palácios de Brasília com salário de simples funcionário da Novacap. Como o Governador, queria apenas dar a Brasília minha colaboração idealista.

Até hoje sigo com admiração esse bom amigo em suas angústias e esperanças. Do GDF nada recebo. Basta-me considerar que o meu trabalho é útil, que o ambiente é fraternal e de absoluta honestidade.

Apesar da crise existente, Aparecido me convoca para todos os projetos que lhe ocorrem. Quantos projetos já elaborei! Uns foram construídos, outros aguardam oportunidade. Para todos ele pede urgência e com prazer os vou desenhando. Revelam o espírito dinâmico e otimista do Governador. O trabalho me atrai, desejoso de ver Brasília sendo recuperada, de defender aqueles velhos tempos, de sonhos e esperanças.

A maior preocupação de José Aparecido, e minha também, era com os espaços vazios ainda por construir, principalmente os que se situam entre o teatro e os ministérios e a Cadetral e o Touring Club. José Aparecido temia deixá-los sem solução definida, facilitando aos contestadores de Brasília neles se debruçarem um dia, com suas idéias equivocadas e pretensões descabidas.

Mas o tempo era curto, faltavam os meios para realizá-los e o Governador resolveu se dedicar aos projetos dos edifícios constantes daquelas áreas, de forma a tê-los prontos para qualquer oportunidade. Agora, com o assunto em andamento, você me pergunta sobre sistema de trabalho, contrato, etc. e eu quero propor-lhe o seguinte: que sejam entregues os contratos de arquitetura aos meus colegas Pedro Costa e Fernando Andrade, arquitetos de minha inteira confiança. Eu ficaria apenas como supervisor sem nada receber pela minha participação.

Peço que esta carta fique nos arquivos da Comissão Organizadora do Centro Cultural de Brasília. Ela explica por que aceito e acho útil a minha colaboração, considerando os problemas que envolvem a arquitetura da capital.

Oscar Niemeyer

Brasília, 18/7/88



Universidade da ONU reúne-se no DF

O Conselho da Universidade das Nações Unidas, com sede em Tóquio, vem reunir-se em Brasília e discutir problemas tão sérios como a crise financeira mundial, do ponto de vista dos países desenvolvidos e dos países pobres

O Conselho da Universidade das Nações Unidas, cuja sede é em Tóquio, reúne-se em Brasília de 25 a 30 de julho de 1988, no auditório do Palácio do Itamarati.

O Reitor da Universidade, professor Heitor Gurgulino de Souza, de nacionalidade brasileira, manteve entendimentos a respeito com o Governador José Aparecido, na capital japonesa, de 14 a 15 de janeiro deste ano.

Duas semanas depois, em carta de 29 daquele mês, o prof. Gurgulino de Souza escrevia ao Governador nestes termos: "Honrado pelo convite do Governo brasileiro, o Conselho encontrou nova razão para reunir-se na capital do Brasil a partir do momento em que esta foi proclamada "patrimônio da humanidade" pela UNESCO. É o cenário ideal para um evento cultural e científico como será a próxima sessão do Conselho da UNU, durante a qual haverá um "Colloquium" aberto ao público, com a participação de personalidades brasileiras, e outras de renome internacional, para debater o tema da crise econômica e financeira do mundo moderno".

Componentes do Conselho

O Reitor, na aludida carta ao Governador do DF, explicava que o Conselho da UNU é constituído de 24 personalidades de destaque no cenário intelectual, científico, político e das relações internacionais, em países em desenvolvimento e desenvolvidos, afirmando: "A diversidade e a qualificação desses conselheiros honram esta Universidade e garantem sua universalidade no sentido pleno da palavra".

Os membros atuais são os seguintes:

1. Dr. Justin Thorens, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Genebra, Suíça; presidente da Associação Internacional de Universidades, Paris, França; e antigo reitor da Universidade de Genebra.
2. Dr. Bakr Abdullah Bakr, reitor da Universidade de Petróleo e Minérios, Najrã, Arábia Saudita.
3. Dr. Bashir Bakri, professor visitante de Estudos Econômicos e Sociais da Universidade de Cartum; presidente do Banco Nacional do Sudão, Cartum; antigo embaixador do Sudão na França; antigo membro suplente do Comitê Executivo da UNESCO, Paris (vice-presidente e presidente de seu Comitê de Finança e Orçamento).
4. Dr.^a Marie-Therese Basse, antiga Conselheira Técnica do gabinete do Presidente da República do Senegal; antiga Diretora do Instituto de Alimentação e Tecnologia de Dacar, Senegal; e antiga representante permanente do Senegal junto à FAO em Roma, Itália.
5. Dr.^a Mary F. Berry, professora da Geraldine R. Segal de Pensamento Social Americano da Universidade de Pensilvânia; antiga professora de História e Direito da Universidade de Howard, Washington, D.C.; membro da Comissão de Direitos Civis dos EUA; antiga secretária assistente de educação, do Departamento de Saúde, Educação e Bem-Estar, e antiga diretora da Universidade de Colorado em Boulder, EUA.
6. Professor André Blanc-Lapierre, professor da Universidade de Paris (Laboratório de Sinais e Sistemas da Escola Superior de Eletricidade, Gif-sur-Yvette, França); antigo Diretor-Geral da Escola Superior de Eletricidade; membro da Academia Francesa de Ciências; membro da Academia Pontifícia de Ciências; antigo Diretor do Instituto de Estudos Nucleares; antigo Diretor do Laboratório de Acelerador Linear, Paris, França.

JOAQUIM FIRMINO - GDF



Heitor Gurgulino de Souza, Reitor da Universidade das Nações Unidas, escolheu Brasília para a reunião deste ano

7. Padre Alfonso Borrero, Diretor Executivo da Associação Colombiana de Universidades; antigo reitor da Universidade Javeriana; e antigo Presidente do Conselho Nacional de Reitores da Associação Colombiana de Universidades, Bogotá, Colômbia (presidente do Comitê de Estatutos, Regulamentos e Normas).
8. Dr. Umberto Colombo, presidente da Agência Nacional Italiana de Fontes de Energia Atômicas e Alternativas (ENEA), Roma, Itália (vice-presidente e presidente do Comitê de Desenvolvimento Institucional e Programático).
9. Dr.^a Mercedes B. Concepción, professora do Instituto de Demografia e População da Universidade das Filipinas, Quezón, Filipinas, e presidente da Divisão de Ciências Sociais do Conselho Nacional de Pesquisas das Filipinas.
10. Embaixador Kuniyoshi Date, antigo embaixador extraordinário e plenipotenciário na República do Iraque e no Brasil e antigo Diretor-Gerente da Fundação Japão, Tóquio.
11. Dr. Keith B. Griffin, presidente do Magdalen College, da Universidade de Oxford, Inglaterra.
12. Dr. Helge Gyllenberg, professor de Microbiologia do Departamento de Microbiologia da Universidade de Helsinque, Finlândia (vice-presidente e presidente do Comitê de Relatório do Conselho).
13. Professor Walter Joseph Kamba, vice-chanceler, professor de Direito e antigo vice-diretor da Universidade de Zimbábue, Harare, Zimbábue; antigo deão, lente e lente senior em Direito Comparativo e Jurisprudência da Faculdade de Direito da Universidade de Dundee, Escócia; antigo pesquisador da Universidade de Londres, Inglaterra; vice-presidente da Associação Internacional de Universidades, Paris.
14. Professor Joseph Ki-Zerbo, professor da Universidade de Dacar; pesquisador do Instituto Cheik Anta Diop da Universidade de Dacar, Senegal; e antigo membro do Comitê Executivo de UNITAR.
15. Dr. Gerald Cecil Lalor, Pro-Vice-Diretor da Universidade das Índias Ocidentais, Kingston, Jamaica (presidente do Comitê de Relatório do Conselho).
16. Professor Candido Mendes de Almeida, presidente do Conselho Internacional de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Brasil. (Novo membro nomeado em dezembro de 1987).
17. Professor M. G. K. Menon, conselheiro científico do Primeiro Ministro da Índia; membro da Comissão de Planejamento do governo indiano, Nova Délhi, Índia (vice-presidente).
18. Dr.^a Martha V. Mvungi, secretária-geral da Comissão Nacional da UNESCO e lente senior do Departamento de Educação da Universidade de Dar Es Salam, Tanzânia (Vice-Presidente).
19. Dr.^a Maria de Lourdes Pintasilgo, antiga embaixadora de Portugal na UNESCO, Paris; antiga Ministra de Assuntos Sociais; antiga Secretária de Estado para Seguro Social; e antiga Primeira Ministra interina de Portugal.
20. Professor Yevgeniy M. Primakov, diretor do Instituto de Estudos da Economia Mundial e de Relações Internacionais da Academia de Ciências da URSS, Moscou; membro da Academia de Ciências (Vice-Presidente).
21. Professor Mihaly Simai, vice-diretor do Instituto de Estudos da Economia Mundial da Academia de Ciências da Hungria; professor e diretor de Estudos Superiores da Universidade Karl Marx de Ciências Econômicas, Budapeste, Hungria (Vice-Presidente).
22. Professor Rehman Sobhan, Diretor-Geral do Instituto de Estudos de Desenvolvimento, de Bangladesh; membro da Comissão de Planejamento de Bangladesh; e antigo professor de Economia e do Comitê das Nações Unidas para a Planificação do Desenvolvimento, Universidade de Dacca, Bangladesh.
23. Dr. Alberto Wagner de Reyna, antigo embaixador do Peru na UNESCO, Paris; antigo embaixador na República Federal da Alemanha, na Colômbia, na Iugoslávia e na França; e antigo Secretário-Geral dos Assuntos Estrangeiros do Peru (Vice-Presidente).
24. Sra. Zhao Dihua, Diretora da Divisão de Ciência e Metodologia da Informação, do Instituto de Informação Científica e Técnica, e antiga especialista em Informação, do Instituto de Informação Científica e Técnica, Pequim, República Popular da China (Vice-Presidente).

Reitor: Professor Heitor Gurgulino de Souza
Membros natos: Senhor Javier Pérez de Cuéllar, Secretário-Geral da ONU, Nova York, EUA.

Dr. Federico Mayor, Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, Paris, França.

Dr. Michel Doo Kingué, Diretor Executivo do Instituto das Nações Unidas para o Treinamento e a Pesquisa, Nova York, EUA.

Programa do Simpósio

“A Crise Econômica e Financeira Mundial” é o tema do simpósio promovido pela Universidade das Nações Unidas, a realizar-se no dia 28, com o seguinte programa:

14:30 h — Abertura Professor Justin Thorens
Presidente do Conselho
da UNU

Conferencistas:

“A Crise Econômica e Financeira Mundial”
(Perspectiva do Terceiro Mundo)

Dr. Celso Furtado
Ministro da Cultura,
Brasília

“A Crise Econômica e Financeira Mundial”
(Perspectiva dos Países Industrializados)

Dr. Masaru Yoshitomi
Diretor-Geral do Instituto de Pesquisa Econômica
Agência de Planejamento Econômico — Tóquio, Japão

16:00 h — Intervalo

16:15 h — Discussão

Debatedores:

Dr. Lal Jayawardena
Diretor do Instituto Mundial para o Desenvolvimento das Ciências Econômicas
Helsinque, Finlândia

Dr. Luciano Coutinho
Secretário-Geral do Ministério da Ciência e Tecnologia
Brasília

17:45 h Encerramento

Professor Heitor Gurgulino de Souza
Reitor da Universidade das Nações Unidas (UNU)
Tóquio, Japão

As demais sessões do Conselho não serão franqueadas ao público.



Celso Furtado (acima), ministro da Cultura do Brasil, é um dos conferencistas. Seu tema é a economia. Luciano Coutinho (ao lado), do Ministério da Ciência e Tecnologia, é um dos debatedores



HENRIQUE SANTILLO

DOCUMENTO

Os direitos da mulher

Em 14 de dezembro de 1987, o governador de Goiás, Henrique Santillo, pronunciou em Brasília o discurso abaixo transcrito, ao receber a "Homenagem Especial 1987", da Associação da Mulher Profissional de Negócios do Brasil.

A mulher já foi simplesmente um soluço amargo e uma palavra muda ao sopro dos tempos. Hoje, é um brado de consciência e uma canção de luta.

Senhoras e senhores, reunimo-nos aqui, para falar desse despertar de anseios e vibrar nesse hino de esperanças.

Vivemos a idade da busca de novos caminhos, e a mulher encontra o seu, estremecendo arcaicas estruturas de injustiça, na libertação rumo à plenitude de suas potencialidades, mas sempre com o cuidado de preservar a essência feminina — a poesia, a bele-

za e a ternura, que são seus atributos inseparáveis. A mulher tem condições de viver sem opressões odiosas, resplandecendo dignidade, com a alma vazia de mágoas e o coração cheio de amor.

A Associação da Mulher Profissional e de Negócios do Brasil patrocina-nos este encontro inesquecível. É uma admirável entidade, com suas quatro centenas de associadas, congregadas nos ideais de 300 mil mulheres de 76 países, que formam a International Business and Professional Women, sediada em Londres. Atuante desde 1980, sua folha de serviços prestados à mulher brasileira é notável e uma simples referência sua ao trabalho de alguém, honra e enobrece o distinguido.

Por isso, sentimo-nos todos muito felizes com esta lembrança: o senador Humberto Lucena e o empresário Nuri Andraus Gassani, seus novos sócios honorários; o governador José Aparecido e eu, seus homenageados especiais. E, certamente, também as senhoras Iolanda Avena Pires de Souza, primeira dama da Bahia, presidente da Liga Brasileira de Defesa dos Direitos Humanos, destacada pela ONU como "Mensajeira da Paz", e a ministra Tereza Quintella, primeira mulher a dirigir o Instituto Rio Branco, do Itamaraty, e delegada brasileira junto à Comissão Interamericana da Mulher, na OEA.

O senador Humberto Lucena é um dos parlamentares mais conhecidos e respeitados do Brasil. Deputado estadual pela primeira vez em 1951, chegou à Câmara Federal oito anos depois e mantém-se na confiança de seus eleitores, cada vez mais valorizado. Tive o privilégio de conviver com ele no Senado Federal, onde foi, com patriotismo e competência, líder e vice-líder do meu partido, o PMDB. Hoje presidindo o Congresso Nacional, é presença importante na Constituinte, destacando-se como articulador, mercê de sua moderação, sabedoria e espírito público.

Presidente em exercício da Associação Comercial e da Federação das Associações Comerciais e Industriais do Distrito Federal, Nuri Andraus Gassani é um empresário bem-sucedido e progressista. Engenheiro de minas, ligado ao Grupo Silva Neto, trocou o



O governador Henrique Santillo é homenageado na Associação da Mulher Profissional de Negócios do Brasil

Triângulo Mineiro pelo Planalto Central, ainda no começo de Brasília. Seus empreendimentos vão da venda de tratores, implementos agrícolas e caminhões, no Distrito Federal, à agropecuária, no Nordeste e Norte goianos.

Primeiro ministro da cultura, indicado pelo saudoso Tancredo Neves e confirmado pelo presidente José Sarney, José Aparecido foi surpreendentemente escolhido, em maio de 1985, para o Governo do Distrito Federal. Acertaram em cheio os que acreditaram nele. Em momento algum desmereceu seu passado de idealismo e comprometimento com as grandes causas populares. Suas maiores preocupações são priorizar o social e impedir que desfigurem Brasília.

Goiás e o Distrito Federal estão intimamente ligados. Os problemas de um são os problemas do outro. As cidades satélites de Brasília não podem se transformar em nova Baixada Fluminense, José Aparecido está cuidando agora para que isso não aconteça, dotando-as de água, esgoto, energia, asfalto, escolas e outros equipamentos urbanos indispensáveis. Ceilândia é um exemplo do seu sucesso, hoje quase toda pavimentada. Juntos, conseguimos sensibilizar o Governo da União na criação de um programa especial para o Entorno, gerador de riquezas e de mercado de trabalho, estimulando a vocação industrial do eixo Goiânia-Anápolis-DF, faixa concentradora do maior complexo fabril do Centro-Oeste brasileiro.

Mais de 20 anos de arbítrio impuseram distorções imperdoáveis ao Plano Piloto. José Aparecido mandou chamar seus construtores, talentos que o mundo inteiro admira e aplaude, como Oscar Niemayer, Lúcio Costa e Burle Marx, para recompor seu portentoso arquitetônico e urbanístico original. Os resultados desse reencontro com os gênios da sua criação estão chegando. Constrói-se o Panteão da Liberdade, para reverenciar nossos heróis nacionais, desaparecidos há mais de 50 anos e a serem escolhidos pelo Congresso. Na Ceilândia, maior concentração de candangos nordestinos, edifica-se a Casa do Cantador. O Plano Piloto merece estudos para preservação, ampliação, adensamento e o surgimento de setores como a Asa Nova Norte, a Asa Nova Sul e o Bairro Oeste, além de quadras econômicas ao longo das vias de ligação com as cidades satélites.

Deus sempre ajuda quem trabalha e não lhe faltou. O governador José Aparecido entrou em estado de graça. Sua maior obra ganha dimensão universal: a cidade de Juscelino Kubitschek foi tombada pela UNESCO como Bem Cultural da Humanidade, para preservação eterna de suas linhas, formas e soluções. Foram dois anos de empenho máximo, de Paris à decisão unânime dos representantes de 20 nações, favorável à tese do bem cultural contemporâneo, pois, até então, as escolhas recaíam sobre patrimônios e monumentos de um passado muito antigo. E Brasília curte sua juventude fogosa de 27 anos.

Eles são merecedores de tão significativa distinção da Associação da Mulher Profissional e de Negócios do Brasil.

A história do mundo é a história da discriminação contra a mulher, relegada a plano secundário no centro das decisões humanas. O simples fato de ela haver iniciado um movimento de libertação demonstra o quanto tem sido lesada nos seus direitos e aspirações.

A Bíblia refere-se ao apedrejamento da mulher adúltera, nunca do homem adúltero.

Para Pitágoras, existia o princípio bom que criou a ordem, a luz e o homem, e o princípio mau que criou o caos, as trevas e a mulher.

Para Eurípedes, a mulher era o mais temível dos males.

Para Santo Agostinho, entre os animais selvagens, não havia nenhum mais daninho do que a mulher.

A religião e a filosofia estavam enterradas nos livros e, fora deles, a descrença tomava seu lugar entre os oprimidos.

Em 1781, Olympe de Gouges redigiu uma "Declaração dos direitos da mulher e cidadã". E foi guilhotinada.

Em 1838, Florence Tristan publicou "A peregrinação de um pária", relatando suas dolorosas experiências de mulher separada do marido, naquela época. Dois anos depois, lançou "Os passeios de Londres", criticando o sistema social inglês e afirmando que "a mulher é o proletário do proletário. O homem mais oprimido quer oprimir outro ser: a mulher".

Em 1848, nasceu o movimento de emancipação feminina, nos Estados Unidos.

Em 1906, a mulher tornou-se eleitora, na Finlândia.

Em 1919, a mulher pode ser deputada, na Inglaterra.

A sociedade brasileira vive um momento fecundo em termos de discussão e de participação política de seus cidadãos, com a Constituinte acenando-lhe com a perspectiva de mudanças sociais.

A partir de 1930, ao lado das forças mais progressistas, a mulher participa das lutas democráticas no Brasil. Vai às ruas pelo voto feminino, pelo monopólio estatal do petróleo, pela anistia, contra a carestia, em apoio às oposições no pleito de 1982, pelas eleições diretas para Presidente da República e pelo fim do regime autoritário. Apesar de todo esse envolvimento, as conquistas da mulher continuam incompletas ou mascaradas.

Na campanha eleitoral de 1986, em Goiás, o PMDB Mulher teve uma atuação tão decisiva quanto a de outros segmentos do partido consagrado nas urnas —, como o PMDB Jovem, o Centro Democrático Empresarial e o PMDB Trabalhista.

A resposta a esse trabalho magnífico estava nas "Propostas para a Implantação de uma Política Estadual da Condição Feminina", constantes do Programa de Governo elaborado pela Fundação Pedroso Horta do meu Estado.

Criei a Secretaria de Estado da Condição Feminina, entregue à professora Mara Célia de Souza Lemos Vaz, uma sonhadora capaz e ativa. A Secretaria do Desenvolvimento Social foi confiada à advogada Maria das Dores Nunes. Pela primeira vez, a presidência do CEPALGO — Centro Penitenciário de Atividades Industriais de Goiás passou a ser exercida por uma mulher, a advogada Marilene Vigiano.

A Secretaria da Condição Feminina, número um do gênero no País, é responsável pela definição, promoção e execução de políticas governamentais que visam assegurar às mulheres o exercício pleno de seus direitos, sua participação e integração no contexto sócio-econômico e cultural do Estado, denunciando e combatendo a discriminação sofrida pela mulher. Instalada há menos de nove meses, atua decididamente nas áreas de saúde, educação, trabalho, cultura e segurança pública.

Na Secretaria da Segurança Pública, funcionam duas delegacias da mulher, em Goiânia e em Anápolis, e a Secretaria da Condição Feminina seleciona mais três municípios no interior para instalação de outras, no princípio de 1988. Além disso, realiza cursos profissionalizantes para mulheres, antes destinados exclusivamente a homens, como o de pintor de paredes.

Duas cartilhas estão sendo confeccionadas: uma orientando as comunidades sobre como e por que as mulheres devem se organizar e, a outra, para distribuição nas escolas, procurando despertar nas meninas e adolescentes a consciência de que uma das principais exigências para valorização da mulher é a sua qualificação profissional.

Junto à Secretaria da Segurança Pública e ao Fórum, a Secretaria da Condição Feminina efetua um levantamento sobre todos os tipos de violência contra a mulher. Os dados obtidos servirão de base para o desfecho de ampla campanha de combate às formas de violências mais freqüentes contra a mulher, verificadas em Goiás.

Em novembro, promoveu-se em Goiânia o Primeiro Encontro Estadual "A Mulher e as Leis Trabalhistas". Suas conclusões foram trazidas ao Encontro Nacional de Brasília, para subsidiar as conclusões encaminhadas como sugestões à Assembléia Nacional Constituinte.

Estamos assistindo ao crescimento da mulher em todos os setores, cumprindo seu verdadeiro papel e, na nova mentalidade, fortalecendo a família. Uma parcela cada vez maior compreende a exigência irrecusável de participação nas decisões da sociedade a que pertence, como agente ativo e responsável e não como peso morto, em atitudes estéreis, melosas e fúteis.

A mulher não é mais aquele ser passadista, aliado do processo dinâmico da vida, na ignorância do que acontece e na indiferença do seu próprio destino. Homem e mulher não são seres antagônicos, mas companheiros que se completam, espíritos imortais empenhados no desenvolvimento de suas incalculáveis potencialidades, para construção de uma vida melhor. Homem e mulher são como as cordas da lira, separadas, mas vibrando na mesma harmonia, no concerto da beleza plena e única.

A homenagem que a Associação da Mulher Profissional e de Negócios do Brasil me presta, eu a transfiro à minha equipe de governo, a Goiás e a seu povo. Eles fazem por merecê-la e ela vem num momento especialmente difícil.

Goiás está emergindo do mar tenebroso de uma prova terrível. No minuto seguinte ao conhecimento do acidente radioativo de Goiânia, iniciávamos uma série imensa de providências para superá-lo, com o mínimo de conseqüências para nossa gente e no menor prazo possível. Era uma situação indefinida e pavorosa, pelo seu ineditismo, sem semelhante em lugar nenhum do Planeta.

Vão-se quase três meses de uma atividade ininterrupta, de sacrifícios, de despesas enormes, de incompreensões e, o que é confortador, de muita solidariedade também.

Tudo foi e está sendo feito para eliminar o trauma dos goianienses e dos goianos. Nenhuma das vítimas do dantesco episódio deixou de ser assistida. Elas são 244 mas, de alguma forma, acabaram pagando indevidamente por essa fatalidade mais de 5

milhões de pessoas, que constituem a nossa população.

Todos os pontos contaminados foram localizados e isolados, totalizando 2 mil metros quadrados, em fase final de limpeza pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, que a completará antes do Natal. A ignorância, o preconceito e a má-fé, entretanto, chegaram a dar a impressão absurda de que a tragédia se esparramara pelos mais de 642 mil quilômetros quadrados do nosso território. Produtos nossos, de excelente qualidade e grande aceitação em todos os mercados, foram recusados, com prejuízos violentos à nossa economia. E muitos goianos já foram discriminados, em outras unidades federativas, numa falta de humanidade e de respeito revoltantes.

Estamos recebendo a imprescindível ajuda do Governo Federal, a compreensão e o apoio reconfortantes de milhares de nossos irmãos, esclarecidos e fraternos. Tais manifestações não podem cessar, porque nosso sofrimento, embora em menor escala agora, não acabou. E se esquecemos rapidamente os que nos fizeram mal nesta provação, jamais se apagarão de nossa memória os amigos e benfeitores desta hora incrível.

Estamos dando a volta por cima e, se Deus quiser, sairemos fortalecidos e engrandecidos. Quanto maior um desafio, maior a realização ao vencê-lo.

Goiás nunca foi um Estado problema para o Brasil. Pelo contrário, é um Estado solução. Tudo que nele se aplica tem retorno garantido, rápido e compensador.

Com apenas 4% da população do País, participa com 10% da produção nacional de grãos. A produção per capita do goiano da zona rural é mais do dobro da média do brasileiro.

Goiás tem o maior rebanho bovino, com cerca de 22 milhões de cabeças, e a mais elevada taxa de desfrute, perto de 15% ao ano. É o segundo produtor de arroz, o terceiro de leite, o quarto de milho, o quinto de soja e algodão e o sexto de suínos e aves.

É o quarto maior produtor de minérios da Nação — o primeiro de níquel, amianto, cianita e esmeraldas, e o segundo de fosfato e nióbio.

Além disso, é o portal geográfico da Borda da Amazônia, para onde irremediavelmente se deslocará a fronteira do desenvolvimento, com a ocupação e aproveitamento dos últimos vazios demográficos capazes de reverter nossa economia, antes do ano 2000.

Vivem hoje no Brasil quase 80 milhões de pessoas sem rendimentos para serem considerados consumidores e nos próximos 13 anos nascerão mais 40 milhões de brasileiros. Os grãos para alimentá-los só podem sair daquela região, que os incorporará ao processo produtivo, a partir da indução das ferrovias Norte Sul e Leste Oeste.

À presidente Marta Bittar Cury, uma goiana que honra Goiás, e a toda a dinâmica diretoria e assessoria da Associação da Mulher Profissional e de Negócios do Brasil, deixo aqui minha gratidão e a certeza da lembrança imorredoura desta noite memorável.

NOTAS & CORRESPONDÊNCIA

Brasília/Roma

Um debate sob três ângulos com expoentes de duas culturas

A Itália participará com delegação numerosa do V Seminário Brasília/Roma, que se realizará na capital brasileira de 25 a 27 de agosto próximo. Foi o que comunicou ao governador José Aparecido o secretário-geral da Associação de Estudos Sociais Latino-Americanos, Pierangelo Catalano. A intenção, afirma, é "dar relevância ao centenário de Dom Bosco", conforme também já foi comunicado pela entidade ao superior-geral da Congregação Salesiana.

Sob o tema geral "Centralização do poder e miscigenação das culturas", a delegação italiana abordará três grupos de questões: aspectos antropológicos e políticos, aspectos jurídicos e aspectos religiosos e sociais.

Os representantes italianos se ocuparão dos seguintes subtemas antropológicos e políticos:

"Quirites e Bárbaros", cujo relator será o professor Massimiliano Pavan", da Universidade de Roma "La Sapienza"; "De Caramuru ao candango", que será apresentado pelo professor Silvano Peloso, da Universidade da Tuscia (Viterbo). Sob os aspectos jurídicos, serão tratados os seguintes subtemas: "Dos Municípios ao Tratado de Roma", apresentado pelo professor Fausto Pocar, da Universidade dos Estudos de Milão; "Das Capitâneas ao Império e à Constituinte", pela professora Carmem Radulet, da Universidade da Tuscia.

Pelos aspectos religiosos e sociais, serão tratados os subtemas: "Da divinação à profecia", pelo professor Paolo Siniscalco, da Universidade de Roma La Sapienza; "Do padre Vieira a Dom Bosco", pelo professor Francesco Traniello, da Universidade de Torino.

Participação brasileira

Para cada tema já programado, haverá também um debatedor brasileiro ou expositor. Do lado brasileiro, está prevista a participação de:

Crodowaldo Pavan, presidente do CNPq;
Ronaldo Poletti, professor da UnB;
Ministro Moreira Alves, do Supremo Tribunal Federal;
Professor Darcy Ribeiro, Professor José Francisco Resek, ministro do STF;
Senador Affonso Arinos de Mello Franco;
Padre José Carlos Vasconcellos, do Centro de Estudos Salesianos de Barbacena;
Professor Edson Nery da Fonseca da UnB;
Professor Carlos Moura, do Ministério da Cultura.

O Programa

Ainda sujeito a alterações, é este o programa previsto para o V Seminário Brasília/Roma, a realizar-se na capital brasileira de 25 a 27 de agosto:

DIA 25 — QUINTA-FEIRA

09:00 horas

— Sessão Inaugural — Palácio do Buriti
Governador do Distrito Federal Reitor da UnB
Dr. Crodowaldo Pavan (CNPq)
Prof. Pierangelo Catalano

10:00 horas

— Primeira Sessão
I — Aspectos Antropológicos e Políticos

1. Quirites e Bárbaros
Prof. Massimiliano Pavan, Universidade de Roma "La Sapienza"
Dr. Moreira Alves ou Dr. Oscar Correia, Supremo Tribunal Federal

11:15 horas

2. De Caramuru ao Candango
Professor Silvano Peloso, Università della Tuscia (Viterbo)
Prof. Darcy Ribeiro

13:00 horas

— Almoço no Palácio do Buriti

15:00 horas

— II — Aspectos Jurídicos
1. Dos Municípios ao Tratado de Roma
Prof. Fausto Pocar, Università degli Studi di Milano
Prof. José Francisco Resek, Supremo Tribunal Federal

16:15 horas

2. Das Capitâneas ao Império e à Constituinte
Professora Carmem Radulet, Università della Tuscia

Professor Affonso Arinos de Mello Franco
Deputado Bernardo Cabral

19:00 horas

— Jantar no Hotel

DIA 26 — SEXTA-FEIRA

09:00 horas

— III — Aspectos Religiosos e Sociais

1. O Negro em Roma e no Brasil
Dr. Carlos Moura, MINC

10:15 horas

2. Da Divinação à Profecia
Professor Paolo Siniscalco, Università di Roma "La Sapienza"

13:00 horas

— Almoço na Câmara dos Deputados (indicação provisória)

15:30 horas

3. Do Padre Vieira a Dom Bosco
Professor Francesco Traniello, Università di Torino
Professor Edson Nery da Fonseca
Padre José Vasconcellos

17:00 horas

— Encerramento

19:30 horas

— Recepção ou Jantar na Embaixada da Itália

Documentário que faltava

"É um grande marco e um documentário precioso que estava faltando à Capital, a filha do amor, dos sonhos, da vontade e da teimosia do querido JK e dos seus leais amigos", diz João Valle Maurício, da Academia Mineira de Letras, referindo-se ao último número de Brasília, em cartão enviado ao governador José Aparecido, diretor da revista.

NOTAS & CORRESPONDÊNCIA

Registro para a História

"É o registro, que tanto se pede, da história das cidades e dos homens", diz Olavo Drummond, em carta enviada de São Paulo ao editor Osvaldo Peralva, em que analisa o número 82 de *Brasília*. "Amanhã, teremos com o que contar nas prateleiras da informação para a colheita de dados seguros sobre a ascensão arquitetônica e paisagística da Capital de nosso país. Tudo há de passar sobre as águas do tempo brasileiro e os filtros do jornalismo hão de captar o melhor que houve para o enriquecimento das gerações agradecidas".

A integra:

"São Paulo, 10 de maio de 1988. Prezadíssimo Osvaldo Peralva, Revive em suas mãos competentes, *BRASÍLIA*, em ritmo trimestral. Dirigida por José Aparecido de Oliveira, governando a Capital Federal e deixando em seu painel tintas indelévels de um jornalismo moderno e atuante. A ressurreição da revista chega, então, em compasso de fundadas esperanças. Li-a com dedicado interesse, na convicção de que, quando a "overture" impressiona, a sinfonia jamais abandonará a orquestração do êxito. A divulgação trimestral, ora reiniciada, pretende dar seguimento a uma velha idéia que o obscurantismo abandonou e agora retomando em trilhas de incontestável competência. É o registro, meu caro Peralva, é o registro, que tanto se pede, da história das cidades e dos homens. Amanhã teremos com o que contar nas prateleiras da informação para a colheita de dados seguros sobre a ascensão arquitetônica e paisagística da Capital de nosso país. Tudo há de passar sobre as águas do tempo brasileiro e os filtros do jornalismo hão de captar o melhor que houve para o enriquecimento das gerações agradecidas. Infeliz é o historiador quando garimpa nos rios do nada...

O sentido desta mensagem se restringe em dizer do entusiasmo que me move ao constatar a fidelidade ao programa de uma cidade, ao seu aspecto cultural, — que foi a sua grande inspiração, — estão presentes nos tempos atuais e serão divulgados ao intuito de que perdurem na lembrança de todos. O testemunho do registro será, assim, a garantia ao compromisso com uma urbe que a UNESCO considerou patrimônio da humanidade. Divida com o governador as manifestações da minha alegria. Abraços do

Olavo Drummond"

Hino de confiança

A Reitora da Universidade Católica de Petrópolis, professora Maria da Glória R. Sampaio Fernandes, acusa o recebimento do número 82 (nova fase) e destaca: "A Revista é um hino de confiança e esperança na nossa jovem Capital Federal, trazendo-nos com alegria e otimismo a certeza de que, por sua grandeza e importância histórica, já não é mais apenas brasileira, mas incorpora-se ao Patrimônio da Humanidade, o que a preservará e a fará crescer dentro da sensibilidade artística e visual dos seus criadores".

Emoção profunda

Ao governador José Aparecido, Diretor da revista "Brasília", o senhor Nonato Silva enviou a seguinte carta:

"Emocionou-me, profundamente, a ressurreição da revista "Brasília", em seu número 82, órgão que dirigi, com simpatia, de abril de 1957 a setembro de 1963. Outro tanto, revesti-me o espírito de tão feliz recordação, como ave de arribação que retorna aos pagos. Ilustraram-lhe as páginas os vultos mais expressivos das letras, da cultura, da política, da sociologia, da história, das artes, do jornalismo nacionais e internacionais. Teve o orgulho ver estampados em seu conteúdo os mais autênticos discursos de autoridades civis, militares e religiosas, bem como as mais patrióticas e convincentes colaborações. "Brasília" acompanhou, *pari passu*, e cantou, estridentemente, a epopéia da ereção da Nova Capital do Brasil, seguindo-lhe todos os lances urbanísticos e todas as fases arquitetônicas, registrando-lhe todas as etapas de construção, num crescendo simultâneo, ininterrupto, inconsútil. Deu-se, também, curso a vasto noticiário, de teor histórico, que ali está a atestar e a testemunhar a sua autenticidade e sinceridade conferidas a Brasília e ao Brasil, num todo homogêneo, sem fissura. Portanto, louvo, sobremodo, a bem-sucedida iniciativa de fazer renascer, *palam et publice*, após anos de repouso, tão notável publicação, pelas mãos firmes de tão seletto corpo redatorial, revestido da mais fina flor de intelectualidade operante. Parabéns!"



A

REVISTA BRASÍLIA

ESTÁ DE VOLTA

PARA PASSAR

BRASÍLIA EM REVISTA.

Depois de 25 anos, a revista Brasília — a primeira a ser editada na nova Capital — está de volta. Como faz em tudo o que acontece de bom para o DF, o Banco de Brasília é o primeiro a aplaudir, de pé. Afinal, Brasília, a revista Brasília e o Banco de Brasília têm muita coisa em comum, além do nome.



O Banco do Lucro Social.



REF.

CZs 350,00

Brasília vista e revista

Brasília foi criada para você ver, se encantar, e rever.

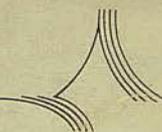
Brasília é a cidade que está e ficará na história.

Brasília é a revista que está voltando para contar as histórias dessa cidade. Este ano, quando se comemoram os 28 anos desta cidade, já Patrimônio Cultural da Humanidade, e o renascimento desta revista; a Novacap, que ajudou a construir essa história, presta sua homenagem às duas "Brasília". E deseja que todos os dias novos horizontes se abram para elas.

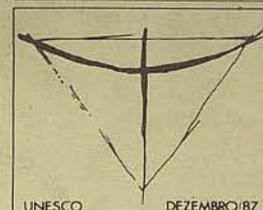
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

NOVACAP

COMPANHIA URBANIZADORA DA
NOVA CAPITAL DO BRASIL



BRASILIA



UNESCO

DEZEMBRO/87

CAPITAL DE TODOS
PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE
NOVA REPÚBLICA / PRESIDENTE JOSÉ SARNEY
GOVERNO JOSÉ APARECIDO

Senado Federal



SEN00251257